



**UNIVERSIDADE
IBIRAPUERA**

**PROJETO PEDAGÓGICO
DO
CURSO DE DIREITO**

2015

SUMÁRIO

I. DADOS GERAIS DO CURSO	4
1. FORMA DE ACESSO AO CURSO	4
II. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	5
1. PERFIL DO CURSO	6
1.1. O Curso e o Contexto Institucional	7
1.2. O Curso e o Contexto Regional.....	7
2. MISSÃO	10
2.1. Da Instituição.....	10
2.2. Do Curso	11
2.3. Compatibilidade entre Missão Institucional e Missão do Curso.....	12
3. CONCEPÇÃO DO CURSO	12
3.1. Objetivos do Curso.....	16
3.1.1. Geral	17
3.1.2. Específico	18
3.2. Perfil do Egresso	23
3.2.1. Perfil do Egresso – Formação Geral	23
3.2.2. Perfil do Egresso – Formação Básica.....	23
3.2.3. Perfil do Egresso – Formação Especifica	24
3.2.4. Competências, Atitudes e Habilidades.....	25
3.2.5. Atribuições no Mercado de Trabalho	28
3.3. Coerência da Formação com as Exigências do Mercado de Trabalho.....	29
3.4. Aderência com o Desenvolvimento Sustentável	29
3.5. Articulação do PPC com o PPI e o PDI	29
3.6. Posicionamento do Curso e Diferenciais Competitivos	31
4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	33
4.1. Coerência do Currículo com os Objetivos do Curso	37
4.2. Coerência do Currículo com o Perfil do Egresso.....	38
4.3. Coerência do Currículo com as Diretrizes Curriculares Nacionais	39
4.4. Dimensionamento da Carga Horária do Curso	41
4.4.1. Demonstrativo do Cumprimento das Diretrizes Curriculares	41
4.4.2. Inter-relação dos Componentes Curriculares.....	41
4.5. Metodologia de Ensino	42
4.5.1. Coerência entre Metodologia de Ensino e Concepção do Curso	44
4.5.2. Flexibilidade e Interdisciplinaridade Curricular.....	44
4.5.3. Desenvolvimento de Conteúdos na Modalidade Semipresencial.....	46
4.6. Ementário e Bibliografia	52
4.6.1. Adequação e Atualização	52
4.6.2. Descrição das Ementas e bibliografia	53
5. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS À FORMAÇÃO	83
5.1. Estágio Curricular	83
5.1.1. Mecanismos Efetivos de Acompanhamento	84

5.1.2.	Formas de Avaliação do Desempenho	85
5.2.	COEPE.....	88
5.3.	Trabalho de Curso (TC).....	89
5.4.	Atividades Complementares	90
6.	AVALIAÇÃO	94
6.1.	Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem	94
6.1.1.	Coerência entre o Ensino, a Aprendizagem e a Concepção do Curso	97
7.	AVALIAÇÃO DO CURSO.....	97
7.1.	Resultados obtidos nas Avaliações do MEC.....	97
7.2.	Participação no ENADE	97
7.3.	Sistema de Auto-avaliação do Curso	100
8.	PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DE APOIO AOS DISCENTES.....	101
8.1.	Bolsa de Estudos, Financiamentos e Descontos	101
8.2.	Desenvolvimento de Atividades Culturais e Esportivas	103
8.3.	Apoio Psicopedagógico.....	103
8.4.	Mecanismos de Nivelamento.....	104
8.5.	Atendimento Extra Classe	104
8.6.	Acessibilidade à Tecnologia da Informação.....	105

I. DADOS GERAIS DO CURSO

Denominação do Curso:	CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO		
Habilitação:	BACHARELADO		
Modalidade:	PRESENCIAL		
Endereço de Oferta do Curso:	Campus Moema – Av. Iraí, n 297 – Moema – São Paulo, SP- Tel. 5091-1155- Fax 5041-4529 – CEP 04082-000 Campus Chácara Flora - Av Interlagos, n.1329 – Chácara Flora – São Paulo –SP – Tel 5694-7900 – CEP 04661-100		
Período	Matutino Flora / Moema	Noturno Flora / Moema	Totais
Nº. de Vagas semestrais Oferecidas:	80/80	160/160	480
Regime de Matrícula:	SEMESTRAL		
Duração do Curso:	Tempo Mínimo 10 SEMESTRES	Tempo Máximo 20 SEMESTRES	

1. Forma de acesso ao curso

O ingresso em curso de graduação na Universidade é feito mediante processo seletivo (convencional ou agendado) ou outro meio permitido na legislação, por candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente.

O processo seletivo é organizado e realizado por uma Comissão designada pelo Reitor, após aprovação do edital específico pelo Conselho Universitário, à qual compete a coordenação do processo seletivo em todas as suas fases, a elaboração e o julgamento das provas e a aplicação

das penalidades cabíveis por infração às normas publicadas no respectivo edital.

As inscrições, critérios e normas, datas e prazos, conteúdos mínimos necessários e demais informações para os candidatos ao processo seletivo são explicitadas no edital aprovado pelo Conselho Universitário.

O processo seletivo agendado é realizado nos dois campi, em salas especialmente ambientadas para esse tipo de ação e presença de monitor que opera na aplicação das provas e fiscalização.

As provas exigidas no processo seletivo abrangem todas as matérias e disciplinas do núcleo comum obrigatório do ensino médio ou equivalente, sem ultrapassar esse nível de complexidade, para avaliar os conhecimentos dos candidatos e suas aptidões para o ensino superior, e a correção das provas é feita de acordo com os critérios elencados no Edital do processo seletivo.

A critério da Universidade, a admissão também poderá ser feita utilizando-se o resultado obtido no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, sendo que para concorrer o candidato deverá ter atingido o mínimo de 400 pontos para cada uma das áreas das provas e 500 pontos para a redação.

Havendo vagas, a requerimento dos interessados, a Universidade Ibirapuera aceitará transferências de alunos procedentes de cursos idênticos ou afins aos seus, ou ainda, portadores de diplomas de cursos superiores de graduação, julgada a afinidade, equivalências de estudos e conhecimentos, se for o caso, pelos Colegiados de Coordenação Didática de cada curso.

II. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

Introdução

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Universidade Ibirapuera – UNIB é uma nova proposta de trabalho, cuja finalidade é descrever um conjunto de elementos que são imprescindíveis e desenvolvidos para

atender o alunado, no tocante aos referencias relativos aos mesmos, bem como, aos procedimentos metodológicos definidos.

O projeto atende ao artigo 12 da Lei nº 9.394/96 (LDB), a qual determina que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar a sua proposta pedagógica.

Neste contexto, explicita-se a nova identidade do Curso, pontuando as tendências e linhas de pesquisa que regem a produção e criação do saber na área do Direito, conduzindo-se por elas para formar um profissional integrado ao mercado de trabalho, quando evidentemente, as oportunidades se fizerem presentes. Mas a intenção do saber pedagógico que perpassa o ensino no Curso de Direito primou por uma visão de futuro, perspectivas percebidas mediante os sinais presentes.

1. Perfil do Curso

1.1. O Curso e o Contexto Institucional

A Associação Princesa Isabel de Educação e Cultura - APIEC, entidade de direito privado, com sede e foro no município de São Paulo, sita na Chácara Flora - Avenida Interlagos, 1.329 - Jardim Marajoara - SP - CEP 04661-100, inscrita no CNPJ sob n. 50.954.213/0001-20, cujo estatuto está registrado e arquivado sob n. 34.971 do Livro A, n. 25, do Registro Cível de Pessoas Jurídicas, anexo ao 4o. Registro de Títulos e Documentos da Comarca desta Capital, em 16/04/1970 é a mantenedora da Universidade Ibirapuera-UNIB, que foi credenciada por meio da Portaria Ministerial n. 1.198, de 13 de agosto de 1992, publicada no D.O.U. n. 156, de 14 de agosto de 1992, pág. 11.051, seção I.

A Universidade Ibirapuera apresenta como missão "Oferecer soluções inovadoras e sustentáveis, comprometidas com a educação e valorização do ser humano, propondo-se a atender os anseios das pessoas e organizações no mundo globalizado". A UNIB está inserida na zona sul de SP, região com expressivo nível econômico, uma vez que, existem regiões com forte segmento industrial e de serviços.

Atualmente a IES possui 24 cursos superiores: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Biomedicina, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física (Licenciatura e Bacharelado), Engenharia da Produção, Farmácia, Fisioterapia, Gestão Comercial, Gestão da Qualidade, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Letras, Logística, Marketing, Matemática, Odontologia, Pedagogia, Psicologia, Publicidade e Propaganda e Sistemas para internet. Disponibiliza 15 cursos *lato sensu* para a comunidade e 01 curso *stricto sensu*: mestrado em Odontologia, com mais dois cursos em preparação para serem analisados pela CAPES.

A IES possui um setor de extensão universitária que desenvolve várias ações internas e beneficia a comunidade do entorno, o SAJU – Serviço de Assistência Jurídica, inclusive, aberto à comunidade da região.

O Curso de Direito da Universidade Ibirapuera - UNIB teve sua criação aprovada pelo CONSUN nos termos da Resolução 008/92 de 12/9/92, iniciando suas atividades educacionais na área jurídica, em fevereiro de 1993.

Foi regularmente reconhecido pela Portaria Ministerial nº 211 de 12 de fevereiro de 1999, tendo subsequentes Renovações de Reconhecimento através da Portaria MEC 2698 de 29/07/2005, e Portaria MEC 124 de 09 de julho de 2012.

Desde sua implantação, estruturou-se sob o signo da realidade socioeconômica, cultural e política, adequando-se assim, às exigências da vida moderna, buscando atingir a excelência do ensino jurídico, a partir da percepção do direito como fato social.

Tem como compromisso na área jurídica, evidenciar as ações educativas direcionadas à preparação de um bacharel com sólida formação humanística, ética, técnico-jurídica e empresarial.

Face ao constante processo de evolução e progresso de setores e esferas da sociedade, o curso se pauta na valorização do ser humano, na sustentabilidade econômico-financeira, na universalidade, na cidadania e responsabilidade social, na qualidade de ensino, na autonomia, na inclusão social, no desenvolvimento e equilíbrio da sociedade, no

empreendedorismo de equipes, profissionais e negócios, cujo saber jurídico pode contribuir tornando as negociações mais transparentes, e no tocante às responsabilidades, propiciar o acompanhamento, implementar melhorias nos processos jurídicos e inovar com segurança.

O curso busca atender de forma coerente os princípios institucionais previstos no PPI - Projeto Pedagógico Institucional, os quais pedem por agentes sociais críticos, competentes e comprometidos com as mudanças no mundo globalizado.

Neste contexto, ainda, destaca-se que o objetivo é formar profissionais de acordo com as novas demandas sociais, com capacidade para usar de maneira adequada e ética os instrumentos disponíveis da tecnologia da informática na área jurídica.

1.2. O curso e o Contexto Regional

A Universidade Ibirapuera está localizada na Zona Sul da capital São Paulo, em dois bairros vizinhos (Moema e Chácara Flora).

Possui dois *campi* assim localizados:



A Zona Sul da cidade de São Paulo é conurbada com as cidades de Diadema, Parelheiros, Itapeckerica da Serra, Embu-Guaçu e Taboão da Serra, o que aumenta a sua densidade demográfica. A faixa etária dessa população está bem abaixo da média da Capital (dados estatísticos fornecidos pelo IBGE).

A região metropolitana de São Paulo é o principal centro industrial e financeiro do Estado de São Paulo e do Brasil. Estende-se por uma área de

8.051 km². Cerca de 95% de seus habitantes concentram-se em 40% da área, formando uma zona urbana contínua, em cujo centro está a cidade de São Paulo.

Especificamente a região metropolitana, apesar de ocupar apenas 0,1% do território nacional, concentra cerca de 11% da população brasileira e é responsável pela geração de 25% das receitas do país.

O processo de concentração urbana do Brasil, em que cerca de 70% da população vive em áreas urbanas, se caracteriza pela monopolização. As regiões metropolitanas brasileiras foram responsáveis por 41% do incremento de população do país na última década.

A Zona Sul da Capital é o maior reduto eleitoral do Brasil, também agrega um complexo variado de indústrias, tais como: farmacêuticas, metalúrgicas, elétricas, prestadoras de serviços favorecendo a concentração da população.

O corpo discente da Universidade Ibirapuera advém, em sua maioria, do próprio bairro e de áreas vizinhas. A coleta de dados confirma a existência de alunos de zonas distantes de sua base física. Analisando este desvio, encontra-se como resposta o fato de os alunos trabalharem próximos da Universidade.

O entorno socioeconômico, demográfico e cultural da Universidade Ibirapuera apresenta o seguinte perfil:

- População da Zona Sul da Cidade de São Paulo: 3,5 milhões de habitantes.
- Área de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável.
- Região sede de grandes corporações multinacionais.
- Região predominantemente de serviços.
- Pólo de turismo e lazer.
- Pólo de atração educacional e cultural das classes C, D e E.
- Maior colégio eleitoral da cidade de São Paulo.
- Oportunidade de oferta educacional e capacitação profissional, via convênios, com prefeituras e sub-prefeituras regionais.

- Oportunidade de oferta de cursos para formação e capacitação na área de preservação ambiental.
- Fácil acesso por transporte coletivo.
- Espaço disponível para estacionamento.

Em face dos locais de atuação da Universidade estar na zona sul da Cidade de São Paulo, é fundamental que o curso volte seu foco de atenção para os problemas sociais e as demandas econômicas ocorridas em seu entorno.

Com relação aos alunos do Curso, a maioria trabalha durante o dia e estuda a noite, ou estuda de dia e trabalha a noite. São alunos trabalhadores, moradores na região sul da cidade de São Paulo, pertencentes às classes sociais B, C, D e outras mais carentes, provenientes do ensino médio regular, da rede pública, o que pede atenção especial, no sentido de prepará-los disponibilizando mecanismos que os ajudem a acompanhar, superar e dirimir eventuais defasagens e deficiências educacionais.

O Curso de Direito busca preparar seus discentes, qualificando-os profissionalmente para garantir empregabilidade nas empresas, organizações e instituições, mormente na região descrita, mais especificamente no entorno da instituição, bem como, outras regiões da cidade e ou outros Estados e cidades do território nacional.

2. MISSÃO

2.1 Da Instituição

A missão Educacional da Universidade Ibirapuera é “oferecer soluções inovadoras e sustentáveis, comprometidas com a educação e valorização do ser humano, propondo-se a atender os anseios das pessoas e organizações no mundo globalizado”.

Coube aos responsáveis e dirigentes desta Universidade a tarefa de buscar o desenvolvimento de vertentes inspiradoras, que constituíssem uma base sólida, cujos alcances são especificados a seguir:

- Produzir, ampliar e disseminar conhecimento;
- Desenvolver aprendizagens significativas, inovadoras e sustentáveis;
- Comprometer-se com o desenvolvimento das pessoas e das organizações;
- Integrar a educação universitária com o cenário globalizado;
- Agir de forma responsável perante a realidade da sociedade brasileira;
- Formar profissionais competentes e cidadãos qualificados para atender as demandas do mercado;
- Buscar constantemente a excelência no/do ensino universitário;
- Atuar em vários níveis e modalidades de ensino;
- Produzir conhecimento almejando formar profissionais capazes de ações e atitudes que transformem a realidade social em que vivem;
- Ser uma referência em educação universitária, por isso, possibilitar o acesso de todos ao conhecimento acadêmico;
- Trabalhar para promover a responsabilidade social e as melhorias da qualidade de vida de pessoas, grupos e sociedade.

2.2 Do Curso

O Curso cumpre a Missão da Universidade porque cria condições necessárias à integração das questões contemporâneas ao campo da literatura jurídica, cria discussão para buscar soluções jurídicas, equacionando problemas próprios da sociedade em que se insere e, vive os fenômenos da globalização.

O Curso de Direito da Universidade Ibirapuera se pauta na busca por oferecer uma educação jurídica de qualidade, preparar pessoas capazes de prestar serviços na área jurídica com comprometimento ético, embasamento teórico sólido e diversificado, capaz de compreender a realidade socioeconômica, cultural e política do país, cujo processo de democratização pede por ações afirmativas e humanizadoras, assim como, capaz de compreender os novos paradigmas que permeiam as relações no processo de globalização.

Ademais, é acentuada a necessidade de profissionais nos escritórios de advocacia, capazes de prestar serviços de qualidade nas empresas, instituições financeiras, repartições públicas (via concurso ou contrato) em todo território nacional, sendo fundamental, formação mais generalista, imbuídos de conhecimento jurídico, mas também de habilidades para atender as necessidades atuais dos clientes, parceiros e ou tomadores de serviços.

Levando-se em conta que os discentes do curso são preparados para atuar em empresas, organizações e instituições, ou mesmo para uma educação continuada, o Curso articula-se em sua concepção de educação com as exigências atuais do mundo globalizado. Desta forma, valoriza o espaço e a formação do egresso, preparando-o para atender as necessidades do âmbito empresarial.

2.3. Compatibilidade entre Missão Institucional e Missão do Curso

Indiscutível a compatibilidade entre a missão do curso e a missão institucional que reza “Oferecer soluções inovadoras e sustentáveis, comprometidas com a educação e valorização do ser humano, propondo-se a atender os anseios das pessoas e organizações no mundo globalizado.”

3. CONCEPÇÃO DE CURSO

De acordo com o estudo de mercado e das regiões apontados anteriormente neste projeto, compreende-se que o curso de Direito oferecido pela Universidade Ibirapuera está de acordo com a demanda estimada, a qual busca corresponder às necessidades vigentes na realidade e as mudanças, porque estão passando setores, sociedades, negócios empresariais, assim como, a necessária adequação de profissionais capazes de articularem conhecimentos e saberes práticos, técnicos e científicos no sentido de atender as demandas presentes e as que por ventura se fizerem no futuro.

A educação moderna pede por uma educação globalizada, capaz de atender de modo integral o anseio da sociedade empresarial.

Nesse sentido o curso de Direito também embasa-se no novo paradigma, capaz de preparar o futuro profissional para a análise, dimensionamento e solução de problemas a partir de uma sólida formação acadêmica articulada com a realidade social.

O Curso está em consonância com a complexidade e a abrangência das atribuições necessárias à formação do egresso. A formação do profissional de Direito inclui ainda, domínio de informática, ampliação da visão empresarial mediante aulas teóricas e práticas, em laboratório e desenvolvimento de projetos, trabalhos semestrais e de final de curso.

Hoje, o Curso de Direito da UNIB tem como concepção uma graduação moderna, voltada preferencialmente ao setor empresarial, visando atender necessidades vocacionais, humanas e profissionalização eficaz, constituído pela riqueza cultural, pela historicidade e ética, tendo em vista o desenvolvimento social, integrado e sustentável da sociedade brasileira e a soberania nacional.

Focado na necessidade de aprendizagem de conhecimentos e na aplicação de processos, produtos e serviços, desenvolve competências e habilidades embasadas na ciência, na cultura geral e escolar, na tecnologia, na aprendizagem ética e na convivência cidadã.

O egresso deste curso poderá continuar seus estudos em programas de pós-graduação, em nível de *lato sensu* ou de *stricto sensu*.

O Projeto do Curso expressa por isso, aquilo que a Constituição Federal - CF/88, em seu artigo 205, determina como compromisso de toda entidade educacional, formar cidadãos plenamente qualificados para exercer a sua profissão, nas suas mais diversas áreas.

A autonomia e a gestão democrática da UNIB se manifestam e são exercidas na atuação dos colegiados de cada curso, tendo assim, o curso, voz e voto.

A identidade do curso se estabelece no preparo do egresso, para desenvolver sua aptidão para exercer a advocacia, além de ter como intuito, levá-lo ao enfrentamento do mercado de trabalho, diferenciado e competitivo.

Coerente com esses princípios, o projeto do curso de Direito desenhou seu currículo, pensado, construído, com condições a possibilitar a compreensão e respeito das características da temporalidade da época em que vivemos.

Acompanhando as reformas ocorridas no Projeto Pedagógico Institucional – PPI em 2007, quando os cursos foram agrupados em núcleos de Saúde, Tecnologia, Educação e Ciências Sociais Aplicadas, estando o curso de Direito vinculado a este último, o Projeto Pedagógico do Curso estrutura-se em três (3) eixos constitutivos das dimensões curriculares, a saber: Eixo de Formação Geral, o qual garante um perfil de aluno UNIB, investido de uma educação sólida para a valorização e exercício da cidadania; Eixo de Formação básica, o qual desenvolve um perfil de profissional, capaz de atuar na grande área das ciências sociais, e finalmente, o Eixo de Formação específica cuja base está fundamentada na contínua atualização da malha curricular do profissional da área de Direito.

No que tange a formação geral, torna profissionais habilitados em conhecimentos, articulados com a reflexão crítica a fim de qualificá-los para o exercício da profissão nas oportunidades que se fizerem necessárias na sociedade.

Quanto à formação básica foca desenvolver e incentivar a participação em atividades de pesquisa seja através dos Núcleos de Pesquisa que existem na Universidade, seja mediante aqueles que serão criados para possibilitar a ampliação da formação dos discentes, ou para possibilitar uma formação continuada para os egressos, assim como, envolver os discentes e docentes nos estudos e na Pesquisa.

Certamente, a formação deste profissional se pautará na construção da autonomia científica, cuja ciência e método são estratégias, instrumentos para agir, para caminhar e buscar soluções, no entanto, não exclui a consideração ética e a dignidade humana, a participação solidária, cidadã, cabível, portanto, em qualquer área de formação.

Neste contexto, enumeram-se alguns pontos diferenciadores que regem a construção da concepção do Curso, quais sejam:

- Articulação contínua entre ensino (graduação), extensão (aperfeiçoamento) e pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) e a pesquisa;
- Utilização de metodologias de ensino-aprendizagem que possibilitem o desenvolvimento do raciocínio lógico e jurídico e a reflexão crítica;
- Enfoque interdisciplinar, de modo a inserir a análise do fenômeno jurídico na realidade social, política e econômica;
- Autonomia e Gestão Democrática;
- Estruturação do Curso pautada na proposta de três eixos de formação;
- Institucionalização do Núcleo de Prática Jurídica, do estágio supervisionado, da elaboração de TC e Atividades Complementares;
- Compromisso de manter Corpo docente qualificado;
- Compromisso com melhoria e atualização do corpo discente;
- Pesquisa de Iniciação científica e de integração de discentes nos Diretórios de Grupos de Pesquisa – DGP, sob o aval do CNPq;
- Valorização do capital humano nos relacionamentos entre pares, com o alunado e comunidade, de acordo com o programa de extensão vigente;
- Atualização contínua do acervo bibliográfico da área jurídica;

- a) Em face ao novo Paradigma, prima-se pela construção de competências e habilidades a serem desenvolvidas, cujo foco será aprendizagem significativa, construtiva e produtiva do aluno e dos envolvidos no processo;
- b) O conhecimento é trabalhado de forma Interdisciplinar e contextualizado, valorizando assim, o foco do ensino na construção de conceitos e criação de sentido e significado para o aluno e todos os envolvidos;
- c) Valorização da sala de aula como o lugar multifuncional, organizado para propiciar reflexão e vivência de situações variadas de aprendizagem, seja individual ou coletiva. As aulas são estruturadas para acontecer seminários, discussão de textos, estudos de casos, painéis, simpósios e outros métodos didáticos apropriados ao ensino jurídico, com o uso de tecnologia educacional contemporânea;
- d) Enfoque interdisciplinar na ampliação de fronteiras e contextos, exploração de espaços intermediários que constituem condições indispensáveis à aprendizagem e aquisição de conhecimento de qualidade.
- e) Valorização dos colegiados, particularmente do colegiado do curso, para tomada de decisões acadêmico-científicas com a participação dos docentes e discentes;
- f) A estrutura curricular do curso atual prevê articulação entre os três (3) eixos de formação, garantindo assim, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas dimensões geral, específica e profissional, focadas na realidade social, política, econômica e cultural, para a produção de novos saberes comprometidos com a transformação social, sob a perspectiva de atuação do Egresso e do Acadêmico no Espaço Empresarial;
- g) Utilização do NPJ como espaço privilegiado da interdisciplinaridade voltada para os estágios supervisionados;

- h) Valorização do Corpo docente, o qual é composto na maioria por docentes com Experiência Profissional e Titulação Acadêmica adequada; Atividades de nivelamento (vide regulamento PIC);
- i) As relações entre todas as pessoas que compõem o Curso com o público externo têm sido aprimoradas tendo como foco atitudes facilitadoras para uma convivência digna, solidária e pautada no exercício da cidadania.
- j) Reforma do espaço físico da Biblioteca no sentido de atender as necessidades de leitura e outras dos alunos e docentes;
- k) Disponibilização da Base EBSCO para os alunos.

3.1. Objetivos do Curso

O objetivo fundamental do Curso é formar pessoas capazes de exercer uma função ou atividade profissional, um cargo ou liderança dentro da formação contemplada na área jurídica. Constitui-se como objetivo da Universidade Ibirapuera capacitar e desenvolver competências e habilidades específicas, no sentido de formar o discente para exercer funções profissionais de acordo com a necessidade do mercado, respeitadas as diretrizes curriculares nacionais.

O Projeto Pedagógico objetiva ainda, mostrar que os fundamentos do Direito que embasam a prática pedagógica na UNIB estão respaldados pelo trabalho crítico de autores teóricos, de obras de renomados autores na área, disponíveis em várias fontes para consulta. Pauta-se por isso, nas propostas da Comissão de Ensino Jurídico da OAB, da Comissão de Especialista em Direito da SESU/MEC, da Comissão de Especialistas no Exame Nacional de Cursos do INEP/MEC, presentes nas Portarias e Instruções Normativas do Conselho Federal da OAB e nas Diretrizes Curriculares vigentes.

3.1.1. Objetivo Geral

O objetivo geral é formar profissionais para exercitar a cidadania, preparados, sensibilizados e conscientes da relevância da aplicação do Direito como instrumento capaz de fazer justiça social, integrar setores e pessoas e possibilitar a transformação positiva da sociedade.

Compete ao discente buscar conhecimento e aprender a conviver em grupo social, diferente, diversificado e complexo.

Com formação diferenciada, valoriza-se a articulação político-jurídica, o desenvolvimento do potencial intelectual e crítico, a interdisciplinaridade possível e necessária ao curso atual de Direito. Sendo por isso, fundamental desenvolver competências e habilidades específicas para o profissional não se tornar um profissional descartável.

Constitui-se também como objetivo geral, levar o discente a aprimorar a capacidade técnica para ler, escrever, elaborar relatórios, petições, contratos, saber raciocinar, desenvolver o raciocínio lógico; saber argüir em defesa de uma causa justa e nobre, argumentar com clareza e posicionar-se perante uma audiência pública ou privada, de conciliação ou condenação, agir com espírito de justiça perante fatos comprometedores, os quais demandem sentença favorável ou desfavorável ao cliente, não ser arbitrário ou negligente quando se trata de outrem, assim como, saber agregar valores morais e políticos para ser capaz de ler nas entrelinhas e advogar com ética e comprometimento pelos princípios da área jurídica, buscando fomentar o equilíbrio dos direitos na sociedade.

3.1.2. Objetivo Específico

Pode-se considerar como função didático-pedagógica da universidade, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser, aprender a viver junto, bem como desenvolver conhecimentos adequados à formação específica escolhida pelo aluno para habilidades que serão usadas na vida pessoal e profissional.

Neste contexto, é fundamental trabalhar a formação do aluno a partir de um processo de sensibilização, visando que este perceba a realidade cultural, a econômico-social e política do país, cujas relações de trabalho no sistema capitalista ditam por vezes, as condições de produção no processo de globalização. Sendo necessário, portanto, uma formação profissional e cultural que contemple a construção de relações e formas de humanizar para saber conviver e organizar-se, competir e articular com eficiência e competência os saberes que norteiam o contexto sócio-cultural e político.

Educar para o exercício da cidadania cujo elemento fundamental é a transformação social. Valer-se da articulação dos saberes, conhecimentos, experiências, vivências, fatos da realidade e documentário que atestem causas e possibilitem processos que levam à reparação de injustiças de pessoas, grupos, entidades, instituições públicas e privadas e outros, negando por isso, todo e qualquer modelo de individualismo e de exclusão social, geradores de desigualdades, competitividades acirradas e desenfreadas, desorganizadas, sem preparo intelectual ou humano, saber fugir da banalidade de competir por competir, não importando as condições próprias ou dos outros candidatos, cujas desvantagens por vezes, são visíveis e palpáveis e empobrecem o exercício da profissão.

Este Projeto está embasado nos novos paradigmas para a gestão e as práticas pedagógicas no âmbito da Universidade, permitindo transgredir aquilo que doravante pode-se chamar de "educação tradicional", ou seja, aquela educação que valoriza em excesso, apenas o conteúdo, educação de inspiração positivista.

No entanto, não se trata de eliminar ou negar o mérito da contribuição positivista para a educação em geral, cuja herança na cultura escolar brasileira faz-se presente em muitas situações, e embora imprescindível é necessário que se busque dar atenção para a possibilidade de superação desta educação, colocando-se em prática uma educação capaz de corresponder aos anseios de todos os participantes do processo ensino-aprendizagem.

O curso de Direito da UNIB caracteriza-se, nesta nova fase, por sua interdisciplinaridade, cujos exemplos podemos considerar aqueles que norteiam as questões do meio ambiente, tais como a questão da preservação ambiental e recuperação de espaços; a discussão sobre os benefícios e acessibilidades aos meios de comunicação, sejam como fatores de entretenimento ou de interação de conhecimentos; a busca por eficiência na automação de bens, prestação de serviços e na informação, procurando dentro deste entendimento conhecer algumas noções de economia geral e nacional como requisito para atendimento jurídico nas empresas; aprimorar sabedoria racional e sensibilidade afetiva para usar a favor de si mesmo e nas ações coletivas.

Também, constitui-se como fator preponderante para a formação jurídica saber articular a demanda de mercado com o perfil do profissional que se pretende formar, por isso, levou-se em consideração que não é possível na atualidade, formar um profissional capaz de enfrentar todos os problemas que a prática jurídica impõe, haja vista, lidamos com empresas e pessoas diversificadas, com culturas e estratégias próprias de trabalho. Entretanto, a formação universitária deve ficar alerta no sentido de controlar a menor taxa possível de obsolescência, a fim de flexibilizar e disponibilizar uma educação continuada.

Portanto, são fundamentais no processo formativo do futuro profissional da área jurídica, os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos que caracterizam o mundo moderno e se constituem como argumentos necessários para propor um novo paradigma na formação dos jovens universitários. Sobretudo, para torná-los capazes de enfrentar problemas novos, de modo confiante e desafiante, mostrando potencialidades para uma aprendizagem criadora, com racionalidade e sensibilidade, intuição, visão ampla e senso de investigação acurado. Constituem-se ainda como objetivos específicos, os enumerados a seguir:

- Destaque especial para uma formação humanista, aquela que cria condições concretas para o envolvimento dos alunos em atividades que apontem situações reais de ensino, de caráter

educacional e educativo, articulando assim a esfera social, política e trabalhista;

- Formar bacharéis aptos a atuar nas mais diversas áreas do Direito;
- Graduar profissional que tenha noções dos fundamentos básicos da área da Administração, para que atuem satisfatoriamente na orientação empresarial;
- Formar profissionais capazes de negociar e mediar de forma plena e consciente situações que pedem acompanhamento jurídico, em nível processual ou pré-processual;
- Formar o aluno com informações e conhecimentos diversificados e especificamente, para compreender e interpretar corretamente e prudentemente a doutrina, a legislação e a jurisprudência;
- Compreender sob a ótica jurídica, o universo de problemas que emergem do campo cultural, social, econômico e político, fundamentais à atuação no setor empresarial;
- Levar o aluno ao aprimoramento do raciocínio jurídico mediante acesso à justiça em sentido amplo;
- Formar os discentes com as bases e os princípios fundamentais das subáreas do Direito material, privado e público;
- Saber analisar as necessidades regionais e nacionais para uma atuação justa e concreta;
- Desenvolver o profissional pesquisador, com senso crítico e investigativo, que busca incessantemente aprimorar a própria formação;
- Levar ao conhecimento e compreensão dos graduados, a base do direito processual, visando atendimento correto do direito material, em todas as áreas;
- Formar profissional capaz de fomentar saberes e conhecimento mediante participação em congressos, debates, discussões, encontros, simpósios, Workshop, publicações e contínua atualização;

- Formar profissional capaz de interagir com a comunidade e sociedade em que vive, saber solucionar problemas e situações insustentáveis, aquelas que pedem por acompanhamento jurídico.
- Promover uma formação humanista que possibilite ao profissional exercer atividades e funções na sociedade, de modo a pensar e agir segundo os princípios e valores educacionais, sociais e políticos.
- Ter ética para garantir equilíbrio empresarial na prestação de serviços, nas relações de trabalho e outras;
- Saber aprender, fazer, conhecer e conviver com o outro;
- Preparar o profissional de Direito para atuar nas empresas, valorizar as parcerias, a prestação de serviços e o trabalho para outrem, assim como, a possibilidade de abrir o próprio escritório de advocacia;
- Possibilitar uma gama de conhecimentos teóricos da área jurídica e do campo empresarial, no sentido de levar o egresso a uma atuação de sucesso, com atitudes éticas, pró-ativas e assertivas;
- Implementar a pesquisa mediante projetos interdisciplinares, atividades complementares, elaboração de trabalhos acadêmicos que requeiram pesquisa, domínio e interpretação de dados, como fator de formação de acordo com as propostas modernas da educação, que requerem por um profissional atento, inovador, capaz de buscar novas informações e complementar as recebidas na academia, trazendo novas propostas e idéias para serem discutidas, elaboradas e re-elaboradas;
- Desenvolver habilidades práticas a fim de articular teorias e técnicas na prestação de serviços jurídicos;
- Ter formação humanística para saber diferenciar e valorizar a pessoa jurídica, a instituição para qual presta serviço, e as pessoas de sua convivência;

- Saber zelar e contribuir para a preservação do patrimônio alheio e dos bens que estão sob sua responsabilidade, seja como alguém que age no cumprimento da Lei ou como cidadão;
- Saber preservar a imagem da empresa e manter sigilo profissional perante situações que demandem comprovação;
- Zelar pela comunicação que emite e pelas as ações e outros elementos que comprometam as empresas;
- Ter visão global, interdisciplinar, aberta e questionadora sob a complexidade das organizações e das relações;
- Ter ética e participar de programas e ações de responsabilidade social no sentido de contribuir para o equilíbrio das organizações e contribuir com a transformação social;
- Ter visão atualizada de mundo e ética solidária como fundamento das ações de cidadania.

3.2. Perfil do Egresso

Face os objetivos e perfil do curso são de rigor apontar que, o perfil do egresso é diferenciado.

3.2.1 Perfil do Egresso – Formação Geral

O egresso do Curso de Direito da Universidade Ibirapuera - UNIB terá uma formação ampla, posto que voltada para várias áreas do Direito, e será qualificado, portanto, para prestar serviços de alto nível, com valorização do ser humano no seu direito à justiça e à paz.

Disponibiliza-se ao mercado de trabalho, um profissional consciente de suas responsabilidades éticas e sociais e com formação adequada e capacidade para promover ações inovadoras nas organizações, aliar conhecimento à busca de melhoria no processo de atuação e atendimento às causas jurídicas públicas ou privadas.

Um profissional apto para atuar em um mercado complexo, dinâmico e diversificado, o qual passa por mudanças constantes que pedem por transformações sociais, inovadoras.

Como conciliador, será fundamental compreender os aspectos culturais e sociais que separam e aproximam grupos e pessoas, cujos referenciais, funcionam como aspectos de valorização de povos, regiões, "etnias" "raças", que possibilitam os vários discursos niveladores, diferenciadores, negativos e afirmativos destes. Saber respeitar e valorizar a cultura das organizações, identificando oportunidades para a prestação de serviços jurídicos.

3.2.2 Perfil do Egresso – Formação Básica

O perfil do profissional de Direito com foco no Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas e de Negócios será:

- Profissional com sólida formação geral e humanística, com capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos, de interpretação e valorização dos fenômenos organizacionais, aliando postura reflexiva com visão crítica, fomentando a capacidade para trabalhar em equipe, favorecendo a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, além da qualificação para a vida, o trabalho e o desenvolvimento da cidadania;
- Profissional apto para atuar em mercados altamente competitivos e em constante transformação, cujas opções possuem um impacto profundo na vida social, econômica e no meio ambiente;
- Profissional com capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação.

O perfil do profissional de Direito será aquele com formação geral e humanizadora, para articular problemas sociais e empresariais, conceituar termos e práticas jurídicos, analisar processos, interpretar obras e teorias e valorizar os princípios e normas jurídicas na prestação de serviços, assim como, agir de maneira crítica e reflexiva e cooperar para o bom desempenho da organização de maneira individual, autônoma, com ética e sensibilidade.

3.2.3 Perfil do Egresso – Formação Específica

Nesta perspectiva, o egresso do Curso de Direito da Universidade Ibirapuera desenvolverá as seguintes habilidades pertinentes à área jurídica:

- Capacidade para fazer análise e saber interpretar textos, obras, documentos e material do direito;
- Saber trabalhar em equipe e de forma coletiva com profissionais da área e de outras áreas distintas ao departamento jurídico;
- Compreender a estrutura básica de diversos institutos e sistemas jurídicos;
- Compreender a dinâmica econômica da realidade jurídica, mediante noções do Direito Constitucional, Administrativo, Civil, Trabalhista, Processual, além dos Direitos Tributário, Financeiro, Econômico, de Responsabilidade Social da Empresa, bem como do Direito regulatório e concorrencial.
- Ser empreendedor, dinâmico e com capacidade de transitar não só pelas diversas áreas do direito, mas com igual habilidade pelas áreas da economia, das finanças, da contabilidade, da administração, das relações internacionais, além de outras áreas afins ao profissional empresarial jurídico.

3.2.4. Competências, Atitudes e Habilidades

- Capacitá-lo para compreender mensagens escritas e orais;

- Aprimorar leituras, escritas e raciocínio lógico e argumentativo;
- Compreender o papel da comunicação nas organizações;
- Saber elaborar mensagens para públicos alvos levando em consideração a linguagem jurídica e os canais utilizados;
- Conhecer blocos e sistemas socioeconômicos e políticos para compreender ambiente social, político e econômico do qual faz parte;
- Ter conhecimento geral da cultura, da sociedade, da história e da economia para adequação aos princípios jurídicos aplicáveis;
- Analisar tendências comportamentais de grupos e instituições e as novas tecnologias e mídias;
- Elaborar planos de orientação e ação jurídica e comunicá-los a partir de recursos disponíveis nas empresas;
- Aplicar conceitos e práticas empresariais na elaboração de documentos e no andamento de execuções e processos;
- Ter domínio de tecnologias da informática para utilizar nas atividades profissionais;
- Relacionar o cenário sócio-cultural e econômico do Brasil contemporâneo para compreender mudanças e transformações que ocorrem;
- Identificar os grandes sistemas políticos, econômicos e sociais que moldaram o século XX (comunismo e capitalismo) e suas relações com os princípios do Direito;
- Reconhecer a predominância mundial do sistema globalizado;
- Relacionar a globalização mediante o papel que as organizações mundiais ocupam na nova ordem social, política e econômica, e a situação do Brasil perante o contexto internacional, e especialmente, o contexto empresarial;
- Ser capaz de usar corretamente a linguagem verbal e escrita para atuar na área do Direito;
- Construir vocabulário próprio e valer-se de termos e conteúdos técnicos apropriados à área jurídica;
- Identificar problemas jurídicos e saber buscar soluções;

- Ter domínio de tecnologias e métodos para compreensão e aplicação de recursos jurídicos na prestação de serviços e outros;
- Construir competências para absorver informações, transmiti-las e se posicionar na construção de argumentos, sentidos e linguagens apropriadas;
- Ter competência no acesso e na análise de informações, na seleção e organização de dados, documentos, textos, obras de arte, livros, matérias jornalísticas e jurídicas;
- Ter competência epistemológica e ética e para saber posicionar-se criticamente perante o conhecimento científico, ter sensibilidade estética para conviver e aprender a respeitar as diferenças sociais e outras;
- Ter competência no relacionamento pessoal e interpessoal dentro e fora das organizações, administrar o próprio tempo e ter flexibilidade para administrar o tempo de prestação de serviços nas organizações.

Desenvolver habilidade e competências na formação do profissional de Direito requer acurado senso de responsabilidade, racionalidade, sensibilidade e justiça para lidar com as adversidades, diversidades culturais, sociais, econômicas e políticas, sabedoria e conhecimento para valorizar e respeitar os princípios e leis que regem as Teorias jurídicas, senso investigativo para aplicar a Lei de maneira imparcial.

Assim, as habilidades e competências podem ser desenvolvidas nas atividades que são fundamentais e imprescindíveis em qualquer formação jurídica dentro e fora da sala de aula:

- Realizar pesquisas em diferentes fontes, coletar informações semelhantes e divergentes a respeito de problemas e situações específicas, as quais pedem pela ação do bacharel, o pesquisador;
- Cultivar hábito de leitura, fazer visitas culturais e outros, observar comportamento de pessoas, grupos, comunidades e sociedades;
- Visitar bibliotecas, comparar acervos, estruturas, disponibilidades de consultas, empréstimos e material de interesse pessoal;

- Criar hábito de leitura em biblioteca, salas de estudo e aprender a participar de conversas, discussões e esforçar-se para acompanhá-las;
- Buscar informações complementares às discussões e conteúdos trabalhados em sala de aula;
- Retomar e reorganizar conhecimentos trabalhados;
- Resumir conteúdos e atividades das aulas e fazer síntese pessoal do que foi compreendido;
- Relacionar saberes posteriores com saberes articulados e convergentes nas aulas, exposições, grupos de pesquisa e outros;
- Utilizar ferramentas e técnicas para a elaboração de trabalhos analíticos, escritos ou apresentações orais;
- Analisar criticamente movimentos culturais e sociais no Brasil e no mundo;
- Aprender a conceituar e compreender fenômenos como o da globalização e outros;
- Refletir sobre o papel da empresa e da organização no mundo globalizado.

3.2.5. Atribuições no Mercado de Trabalho

A zona sul da cidade de São Paulo, especialmente nos arredores dos bairros de Moema e Interlagos, concentra atualmente uma parcela significativa de pessoas que trabalham ou moram no bairro com potencial para ingressar nos cursos oferecidos pela Universidade Ibirapuera. O curso de Direito conta com duas opções de turnos, matutino e noturno.

É indiscutível que o ensino jurídico está repleto de cursos, com distintos níveis de excelência, todavia, quase todos estão voltados para uma formação genérica, aquela que visa uma atuação do advogado no contencioso. Encontram-se nivelados, e somente os tradicionais, em face da reputação adquirida, destacam-se na atualidade.

Certamente por isso, o mercado empresarial busca um profissional do direito, com novos conceitos e conhecimentos, os quais somente eram adquiridos, quando cursavam distintos cursos de graduação, como administração, contabilidade, gestão empresarial e outros.

Neste contexto, o bacharel formado de acordo com as estruturas curriculares generalistas, com vieses dogmáticos, encontra-se limitado em habilidades que o permita compreender fenômenos inerentes às atividades jurídicas empresariais.

Nesse sentido, preocupada com a tendência mercadológica atual, a UNIB modificou completamente a concepção de seu curso de Direito, pensando na crescente necessidade de profissionais nos escritórios de advocacia, aqueles que prestem serviços às empresas do país, às instituições financeiras, ao Estado, com formação focada no direito empresarial e detentor de outros conhecimentos que permitem desenvolver habilidades para atender as necessidades atuais de seus parceiros.

3.3. Coerência da Formação com as Exigências do Mercado de Trabalho

O mercado exige um profissional diferenciado, empreendedor e focado aos novos conceitos exigidos nas gestões corporativas.

Assim, coerente à formação disponibilizada pelo curso de direito da Universidade Ibirapuera com as exigências do novo mercado jurídico nacional.

3.4. Aderência com Desenvolvimento Sustentável

A existência de um ambiente enriquecedor propiciado por ingredientes de criatividade, diversidade, inovação, e, naturalmente, interdisciplinaridade, tem sido a mola mestra para o desenvolvimento das pesquisas e a formação dos alunos que se capacitam a preservar a

natureza e exercer a solidariedade através de inúmeras atuações práticas e de pesquisa.

3.5. Articulação do PPC com o PPI e o PDI

O **PPC** - Projeto Pedagógico de Curso foi desenvolvido em consonância com as diretrizes estabelecidas no **PPI** – Projeto Político Institucional e com o **PDI** – Projeto de Desenvolvimento Institucional, haja vista, foi elaborado a partir das diretrizes que orientam a construção de projeto de curso, que discute o referencial teórico-metodológico possibilitando direcionamento de ações pedagógicas e práticas educativas na formação de pessoas, embasado em princípios que norteiam estas práticas e nas diretrizes, abordagens e estratégias de ações para construção, discussão e superação de conhecimentos e saberes dos seus envolvidos.

A articulação destes se traduz nas práticas que são consolidadas e institucionalizadas através do desenvolvimento de competências apontadas nos Eixos, discutidos anteriormente, e que são fundamentais para a formação de um núcleo comum capaz de:

- Desenvolver a capacidade para a utilização da legislação específica da área como elemento base do processo de argumentação e sustentação da prática profissional;
- Desenvolver a compreensão da complexidade social e econômica no mundo globalizado e do cenário competitivo da sociedade contemporânea;
- Desenvolver a percepção de mercado e do pensamento estratégico, bem como do domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo de diferentes mercados, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta e demanda adequada;
- Desenvolver a percepção do conjunto de instrumentos jurídicos e de gestão financeira e sua importância no processo decisório das organizações, bem como o domínio de técnicas que demonstrem sua

real situação econômico-financeira, dentro de uma visão sistêmica do negócio e por meio da correta mensuração e gestão dos principais indicadores de resultado;

- Desenvolver a percepção a respeito das relações humanas e organizacionais, das articulações interpessoais e da postura estratégica e jurídica na gestão dos recursos humanos;
- Desenvolver conhecimentos básicos relacionados aos diversos sistemas de controle, habilitando os alunos a compreender, analisar e processar informações jurídicas, econômicas e financeiras;
- Desenvolver conhecimentos específicos e adequados ao desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética, bem como, com uma comunicação compatível com o processo de negociação, via utilização de raciocínio, argumentação, persuasão e reflexão crítica;
- Desenvolver o raciocínio lógico e analítico em relação aos dados estatísticos e causais entre fenômenos jurídicos, produtivos, administrativos e de controle, do contexto e dos indicadores regionais;
- Desenvolver senso crítico do processo de problematização, da capacidade de apreensão de conteúdos cognitivos, do processo histórico, das mudanças paradigmáticas e da percepção entre o Direito e as diversas esferas da cultura, da ciência e do conhecimento formal e empírico;
- Desenvolver a compreensão das políticas nacionais e globais, bem como da análise de convergência e divergência em relação à realidade local;
- Desenvolver familiarização dos elementos da Teoria do Direito com a natureza, classificação e hierarquização das normas jurídicas com a tradição brasileira, de forma a permitir a compreensão da legislação em geral, o conhecimento da Constituição Federal e da apreensão do significado das leis como fenômeno social.

3.6. Posicionamento do Curso e Diferenciais Competitivos

Diante do real e nítido viés diferencial do curso de direito da Universidade Ibirapuera a seguir, alguns pontos diferenciadores competitivos do curso que, demonstram intenção de busca da excelência do ensino:

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Corpo docente com mais professores titulados em nível de *stricto sensu*;
- Mais de 1/3 dos docentes trabalham na modalidade RTI (Regime Tempo Integral) ou RTP (Regime Parcial)
- Utilização de metodologia de ensino que conduzam ao desenvolvimento do raciocínio jurídico e à reflexão crítica;
- As aulas são associadas a seminários, discussão de textos, estudos de casos, painéis, simpósios e outros métodos didáticos apropriados ao ensino jurídico, com o uso de tecnologia educacional contemporânea;
- Enfoque interdisciplinar, de modo a inserir a análise do fenômeno jurídico na realidade social, política e econômica;
- Valorização dos colegiados, particularmente do colegiado do curso, para a tomada de decisões acadêmico-científicas;
- Estruturação do curso de forma a capacitá-lo à transmissão do saber acumulado, à articulação do ensino com a pesquisa e a extensão, com a adequação à realidade social e a produção de saber novo, a ser instrumento de transformação sob a perspectiva da justiça social;
- Institucionalização do Núcleo de Prática Jurídica como órgão de execução da interdisciplinaridade e dos estágios supervisionados;
- Além dos docentes integrantes do mestrado que atuam na graduação em direito, os demais, na sua grande maioria novos contratados, possuem grande experiência e titulação adequada.
- Relacionamento próximo da administração do curso com seus docentes e discentes para a imediata constatação de equívocos ou de atos de sucesso;

- Biblioteca com um acervo bibliográfico que atende plenamente as necessidades do curso com obras jurídicas e de referência às matérias do curso;
- Alunos por turno em disciplina, no máximo de 70.
- Organização do projeto pedagógico em sintonia com os Projetos oficiais da instituição de ensino e o contexto local, com atendimento integral às diretrizes curriculares do curso objeto deste Termo (Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004).
- Programa de Qualificação em Língua Portuguesa, com o escopo de propiciar ao corpo discente oportunidade de nivelar seus conhecimentos da língua portuguesa frente às necessidades redacionais.
- Programa de Atualização das Normas de Atividades Complementares.
- Programa Institucional de Fomento à Monitoria.
- Programa de Motivação Enade;
- Adequado o acesso à biblioteca de forma a atender integralmente às determinações da Portaria MEC nº 3.284/2003.
- Acesso à biblioteca informatizado.
- Existência de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada.
- Sistema de avaliação institucional constante, nos termos do art. 3º, VIII, da Lei nº 10.861/2004 – CPA.

4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A estrutura curricular é fundamental para definir as exigências legais e vigentes, as tendências e os paradigmas de uma formação, é talvez o elemento mais significativo para decidir os rumos que um curso deve tomar dentro da universidade. Esta organização curricular deve assegurar uma formação capaz de criar significados, trabalhar conteúdos teóricos e práticos de forma a determinar o mínimo de conteúdo fundamental e

indispensável para a construção de conhecimentos relevantes que poderão ser norteadores de práticas profissionais e ações sociais.

As disciplinas que compõem o currículo do Curso de Direito foram construídas para atender as necessidades de mercado e regiões. Procurou-se também valorizar a formação ética do profissional em questão. As disciplinas foram elaboradas tendo como meio operacional, os planos de ensino, nos quais se definem ementas, objetivos, habilidades e competências que serão trabalhadas, conteúdos, bibliografias básicas e complementares, bem como as avaliações (atividades, trabalhos individuais, em grupo e outros).

Neste contexto, pode-se destacar que as disciplinas se estruturam e convergem para os três eixos de formação já discutidos anteriormente, os quais abrangem conhecimentos teóricos relevantes e disciplinas que visam uma formação embasada nos princípios gerais da área, na contribuição científica e cultural, objetivando trabalhar, agregar e aprimorar conhecimentos mediante conteúdos propostos nos planos de ensino, articulados e convergentes à formação, permitindo desenvolver atitudes e valores, assim como o comportamento ético e a sensibilidade para trabalhar como advogado.

De acordo com as exigências das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9.394/96MEC: Art. 1º, "a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais".

Isso significa que o espaço institucional deve valorizar a pluralidade sociocultural e econômica. Assim, as disciplinas contempladas na estrutura curricular têm eixos interdisciplinares e docentes com qualificação para promover uma formação de qualidade.

Fazem parte do novo currículo de graduação do Curso de Direito, as disciplinas exigidas pelas diretrizes curriculares da IES. A grade curricular buscou equilibrar e integrar teorias e conteúdos de acordo com a formação vislumbrada, com foco no Direito empresarial. Destacam-se os conteúdos das diversas disciplinas e seus enfoques na área, as atividades

extraclasse e complementares, a carga horária adequada, distribuída de acordo com as atividades e conteúdos que serão trabalhados e o TC – Trabalho de Curso.

Ressalte-se que a estrutura curricular foi desenvolvida a partir de um estudo conjunto com todos os atores envolvidos no processo de ensino, primando por implementar uma sistemática que melhore e consolide a qualidade do curso, acompanhando as tendências nacionais e internacionais do processo de ensino-aprendizagem, privilegiando assim, a criatividade, o empreendedorismo e a empregabilidade.

Nessa linha de pensamento, os parâmetros para a composição da estrutura curricular foram desenvolvidos a partir de agrupamento por áreas e núcleos, cujo agrupamento de disciplinas contempla os Eixos de Formação, já explicitados.

DIREITO 2014					
ESTRUTURA CURRICULAR			EAD		
1º PERÍODO			C.H.	(%)	CH
1	FILOSOFIA		66		
1	ÉTICA PROFISSIONAL		66		
1	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO		66		
1	POLÍTICA ECONOMICA E DESENVOLVIMENTO		66		
1	PSICOLOGIA		66		
TOTAL			330		

2º PERÍODO			C.H.	(%)	CH
2	DIREITOS DIFUSOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS		66		
2	HISTORIA DO DIREITO		66		
2	CIENCIA POLÍTICA		66		
2	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE DIREITO		66		
2	TEORIA GERAL DO ESTADO E DA CONSTITUIÇÃO		66		
TOTAL			330		

3º PERÍODO			C.H.	(%)	CH
3	DIREITO PENAL I: PARTE GERAL		66		
3	DIREITO DO CONSUMIDOR		66		
3	DIREITO CONSTITUCIONAL: DIREITOS FUNDAMENTAIS		66		
3	TEORIA GERAL DO PROCESSO		66		
3	DIREITO CIVIL I: TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL		66		
TOTAL			330		

	4º PERÍODO	C.H.	(%)	CH
4	DIREITO CIVIL II: PARTE GERAL	66		
4	DIREITO CONSTITUCIONAL II: ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	66		
4	DIREITO PENAL II: PARTE GERAL	66		
4	DIREITO ADMINISTRATIVO I : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ATOS ADMINISTRATIVOS	66		
4	DIREITO EMPRESARIAL I: PARTE GERAL SOCIEDADE	66		
	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	66	100%	66
	TOTAL	396		

	5º PERÍODO	C.H.	(%)	CH
5	DIREITO ADMINISTRATIVO II : CONTRATOS, LICITAÇÕES E PROCESSOS	66		
5	DIREITO PENAL III: PARTE ESPECIAL	66		
5	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I: PROCESSO DE CONHECIMENTO	66		
5	DIREITO CIVIL III: OBRIGAÇÕES	66		
5	DIREITO EMPRESARIAL II: CONTRATOS E TÍTULOS DE CRÉDITOS	66		
	ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS E SOCIOLÓGICOS	66	100%	66
	TOTAL	396		

	6º PERÍODO	C.H.	(%)	CH
6	DIREITO PENAL IV: LEGISLAÇÃO ESPECIAL	66		
6	DIREITO CIVIL IV: RESPONSABILIDADE CIVIL	66		
6	DIREITO EMPRESARIAL III: FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL	66		
6	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II: PROCESSO DE CONHECIMENTO	66		
6	DIREITO DO TRABALHO I	66		
6	POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE	66	100%	66
	TOTAL	396		

	7º PERÍODO	C.H.	(%)	CH
7	DIREITO PROCESSUAL PENAL I: PROCEDIMENTO GERAL	66		
7	DIREITO CIVIL V: CONTRATOS	66		
7	PRÁTICA JURÍDICA I: CIVIL	66		
7	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III: PROC. ESP. TUTELA DE URGÊNCIA	66		
7	DIREITO DO TRABALHO II	66		
	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	66		
	TOTAL	396		

	8º PERÍODO	C.H.	(%)	CH
8	DIREITO PROCESSUAL PENAL II: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E EXECUÇÕES	66		
8	DIREITO CIVIL VI: COISA E PROPRIEDADE INTELECTUAL	66		
8	DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV: EXECUÇÃO	66		
8	PRÁTICA JURÍDICA II: PENAL	66		
8	DIREITO COLETIVO E PROCESSUAL DO TRABALHO	66		
8	METODOLOGIA E TÉCNICA DE PESQUISA	66	100%	66
	TOTAL	396		

9º PERÍODO		C.H.	(%)	CH
9	DIREITO CIVIL VII: FAMÍLIA	66		
9	DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO I	66		
9	DIREITO PREVIDENCIÁRIO: SEGURIDADE SOCIAL	66		
9	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO	66		
9	PRÁTICA JURIDICA III: TRABALHO	66		
9	EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE	66	100%	66
9	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	200		
TOTAL		596		

10º PERÍODO		C.H.	(%)	CH
10	DIREITO CIVIL VIII: SUCESSÕES	66		
10	DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO II	66		
10	PRÁTICA JURIDICA IV: PETIÇÕES CIVEIS	66		
10	PRÁTICA JURIDICA V: PETIÇÕES PENAIS	66		
10	TRABALHO DE CURSO: CONCLUSÃO	66		
10	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	200		
TOTAL		530		

DISCIPLINA LIBRAS OFERTADA COMO OPTATIVA COM 66 HORAS/AULA				
RESUMO GERAL		H/A 50 MIN	%	H/R 60 MIN
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		360	8,08	300
TOTAL DE DISCIPLINAS PRESENCIAIS		3300	74,06	2750
TOTAL DE DISCIPLINAS A DISTÂNCIA		396	8,88	330
TOTAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO		400	8,98	333
TOTAL GERAL DO CURSO		4456	100	3713

4.1. Coerência do currículo com os objetivos do curso

O Curso de Direito da Universidade Ibirapuera prima pela coerência entre o currículo e os objetivos do curso, porque busca formar profissionais criativos, críticos e reflexivos, capazes de buscar soluções e alternativas num cenário de rápida evolução, atendendo melhor seu público-alvo, visando eficácia do atendimento, maximizando a agregação de valores das empresas e a melhoria da qualidade de vida da sociedade, bem como implementar projetos para enfrentar os desafios do mundo globalizado.

Fundamental neste processo, uma formação humanística consistente como embasamento de uma formação técnico-científica, com ética e em consonância com a realidade social.

O curso articula as áreas do conhecimento e o pleno desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo diante da sociedade e das organizações. Desta forma, em sua matriz curricular foram inseridos conhecimentos de formação geral que englobam empreendedorismo, estudos das áreas da sociologia, filosofia, psicologia, tecnológicos e de comunicação, com incentivo ao desenvolvimento do raciocínio lógico e quantitativo. Conhecimentos que propiciam ao aluno formação ética, analítica, crítica e interdisciplinar.

4.2. Coerência do currículo com o perfil desejado do Egresso

O currículo foi organizado de maneira coerente com a formação desejada ao perfil do egresso. Atende aos princípios de flexibilidade sem perder de vista a organização curricular necessária para desenvolvimento das competências e habilidades que garantirão o diálogo entre teoria e prática, com a flexibilização das áreas de saber que interagem nessa construção.

Essa visão está coerente com a concepção do profissional que se deseja, na medida em que privilegia a capacidade de resolver problemas, de desenvolver competências, de adquirir habilidades e atitudes para que possa aprender a pensar, aprender a aprender, aprender a relacionar o conhecimento com sua experiência na prática, a dar significado ao aprendizado, a captar o significado do mundo, a fazer a ponte entre a teoria e a prática, aprendendo a superar os desafios impostos pelas tecnologias contemporâneas.

O currículo possibilita formação ampla, com desenvolvimento da percepção, do senso crítico e reflexivo, com utilização da tecnologia, o que permitirá ao egresso que se habilite para atuar em todos os níveis.

4.3. Coerência do currículo com às Diretrizes Curriculares Nacionais

O Curso de Direito da UNIB foi desenvolvido após estudo das características regionais, das necessidades sociais e organizacionais de mercado de trabalho e das Diretrizes Curriculares Nacionais. Assim, foi concebido em três eixos: geral, básico e específico, desenvolvimento de estágio, atividades profissionais e Trabalho de Conclusão de Curso.

Propõe-se flexibilidade curricular em projetos e atividades disciplinares e complementares, nas quais os alunos atuam de acordo com suas afinidades e necessidades profissionais e pessoais, em espaços e tempos diferenciados de aprendizagem.

Na elaboração do currículo, levou-se em consideração o adequado perfil do graduando, ofertando sólida formação geral, humanística e axiológica, capacitando-o para fazer análise, ter domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliados a uma postura reflexiva e de visão crítica, que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica indispensáveis ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça, do desenvolvimento da cidadania e principalmente, visando a atuação do egresso voltada ao âmbito da empresa.

4.4. Dimensionamento da carga horária das unidades de estudo

O dimensionamento da carga horária baseia-se em uma proposta pedagógica contínua, que se apóia no ensino por meio de aulas dialogadas, análises jurisprudenciais, estudo de caso, simulações de audiências, compreensão de texto, produção de textos, discussão, reflexão, prática, incorporação de novas tecnologias, como o uso da informática no trabalho reflexivo em equipe, entre outros.

Com o desenvolvimento dessa proposta pedagógica buscou-se dimensionar a carga horária do Curso de Direito de forma a adaptá-la às necessidades e anseios dos discentes, dos docentes e do Colegiado de

Curso e demais atores envolvidos nesse processo de ensino e aprendizado, para que se pudesse ofertar um curso de qualidade e articulado com a política pedagógica que prima pelo profissional com perfil humanístico, crítico, ético e empreendedor.

4.4.1. Demonstrativo do Cumprimento das Diretrizes Curriculares

DISTRIBUIÇÃO DOS CONTEÚDOS COM BASE AS DCN			
<i>Resolução CNE/CES N° 9 de 29/09/2004</i>			
Curso:		DIREITO	
Eixos	Conteúdos Essenciais	Desdobramento em Disciplinas	Carga Horária
I – Eixo de Formação Fundamental	Tem por objetivo integrar o estudante no campo, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber	Filosofia	66
		Ética Profissional	66
		Leitura e Produção de Texto	66
		Política Econômica e Desenvolvimento	66
		Psicologia	66
		Ciência Política	66
		Educação Inclusiva	66
		Estudos Antropológicos e Sociológicos	66
		Políticas Públicas e Meio Ambiente	66
		Empreendedorismo e Sustentabilidade	66
		Metodologia e Técnica de Pesquisa	66
DII – Eixo de Formação Profissional	Abrangendo, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais	Direitos Difusos Individuais e Coletivos	66
		História do Direito	66
		Introdução ao Estudo de Direito	66
		Teoria Geral do Estado e da Constituição	66
		Direito Penal I: Parte Geral	66
		Direito do Consumidor	66
		Direito Constitucional: Direitos Fundamentais	66
		Teoria Geral do Processo	66
		Direito Civil I: Teoria Geral do Direito Civil	66
		Direito Civil II: Parte Geral	66
		Direito Constitucional II: Organização do Estado	66
		Direito Penal II: Parte Geral	66
		Direito Administrativo I: Administração Pública e Atos Administrativos	66
		Direito Empresarial I: Parte Geral Sociedade	66
		Direito Administrativo II: Contratos, Licitações e Processos	66
		Direito Penal III: Parte Especial	66
		Direito Processual Civil I: Processo de Conhecimento	66
		Direito Civil III: Obrigações	66
Direito Empresarial II: Contratos e Títulos de Créditos	66		
Direito Penal IV: Legislação Especial	66		
Direito Civil IV: Responsabilidade Civil	66		

		Direito Empresarial III: Falência e Recuperação Judicial	66
		Direito Processual Civil II: Processo de Conhecimento	66
		Direito do Trabalho I	66
		Direito Processual Penal I: Procedimento Geral	66
		Direito Civil V: Contratos	66
		Direito Processual Civil III: Processos Especiais Tutela de Urgência	66
		Direito do Trabalho II	66
		Direito Internacional Público e Privado	66
		Direito Processual Penal II: Procedimentos Especiais e Execuções	66
		Direito Civil VI: Coisa e Propriedade Intelectual	66
		Direito Processual Civil IV: Execução	66
		Direito Coletivo e Processual do Trabalho	66
		Direito Civil VII: Família	66
		Direito Previdenciário: Seguridade Social	66
		Direito Financeiro e Tributário I	66
		Direito Civil VIII: Sucessões	66
		Tópicos Especiais em Direito	66
		Direito Financeiro e Tributário II	66
		Subtotal	2574
III - Eixo de Formação Prática	Objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos	Prática Jurídica I – Cível	66
		Prática Jurídica II – Penal	66
		Prática Jurídica III – Trabalho	66
		Prática Jurídica IV: Petições Cíveis	66
		Prática Jurídica V: Petições Penais	66
		Trabalho de Conclusão de Curso	66
		Estágio Supervisionado I	200
		Estágio Supervisionado II	200
		Atividades complementares	360
		Subtotal	1156
Disciplina Libras ofertada como optativa com carga horária de 66 horas/aula, não inclusas na carga horária de integralização do curso.			
RESUMO GERAL			
Distribuição		Hora/aula	Hora Relógio
Disciplinas Presenciais e Semipresenciais		3696	3080
Estágio Supervisionado		400	333
Atividades Complementares		360	300
Total		4456	3.713

4.4.2. Inter-relação das unidades de estudo na concepção e execução do currículo

Como já referido em itens anteriores, as unidades de estudo foram criadas segundo a concepção de que para formar um profissional nesse

século XXI, há que se pensar, sobretudo em um profissional que seja cidadão e ético, competente, empreendedor, criativo e crítico, com base no conhecimento harmônico da realidade regional, nacional e internacional, numa perspectiva global.

Tendo como viés essa concepção, durante o processo de adaptação e reforma curricular, e também da implementação de um projeto pedagógico que pudesse traçar um perfil do discente e do egresso, fez-se necessária a constituição de um grupo vinculado ao curso de Direito para desenvolver ações de ensino, conforme já vislumbrado em itens anteriores, interligado a pesquisa e a extensão, visando oportunizar aos discentes e aos docentes, a possibilidade de ampliar a gama de experiências em sua formação acadêmica, dado que, o processo objetiva complementar a perspectiva convencional de educação acadêmica do operador de Direito baseada em um conjunto qualitativamente limitado de constituintes curriculares.

Esse método permitiu o desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas e pensamento crítico entre todos envolvidos, em contraste com o ensino centrado principalmente na repetição passiva de fatos e informações, e oportunizou ao grupo de docentes e discentes em conjunto com o Colegiado de Curso de Direito, tornarem-se cada vez mais independentes, desenvolvendo-se ações de ensino, pesquisa e extensão, de maneira articulada, permitindo uma formação global, tanto do aluno quanto dos professores do curso.

4.5. Metodologia de Ensino

A metodologia de ensino tem plena adequação à concepção do curso conforme, sendo que, o curso utiliza uma somatória de técnicas que abarcam desde o modelo clássico de aulas até a utilização de tecnologias atuais, permitindo ao aluno uma interação docente e discente facilitadora de seu evoluir no conhecimento de cada disciplina oferecida pelo curso.

Os princípios norteadores do saber e do fazer universitário são a produção/construção/apropriação e a disseminação do conhecimento nas relações dos sujeitos envolvidos no processo, a fim de que estabeleçam interações e trocas.

A metodologia de ensino-aprendizagem se pauta na relação teoria-prática, visando uma práxis educativa e formativa. Sendo fundamentais os trabalhos docentes pautados nesta práxis, os quais articulam teoria e prática, cuja linha de saída são os saberes teóricos, e linha de chegada, a prática, o saber fazer e o fazer concretamente.

Ademais, deve-se considerar que a evolução do conhecimento em todas as áreas acontece com certa velocidade e dinamismo na atualidade, o que certamente impossibilita suprir integralmente esta evolução. Por isso, competem aos docentes propor práticas inovadoras e abrangentes, atividades envolventes para que o discente aprenda de maneira ativa e participativa, promovendo assim sua autonomia intelectual, com independência para estudar e aprender.

Por isso, o conhecimento será o resultado deste processo, cujo uso deve ser feito na medida do exigido e do esperado, dentro e fora da sala de aula.

Não obstante, compete ao aluno compreender que sua participação é determinante na bagagem que construirá dentro da universidade. Por isso, faz-se indispensável sua responsabilidade para o sucesso da relação ensino-aprendizagem.

Os conhecimentos construídos devem estar em estreita consonância com a realidade socioeconômica e cultural do aluno. Por isso, será possível que este acompanhe os conteúdos e conhecimentos produzidos, os quais, comumente, mudam de maneira veloz na sociedade contemporânea, como nunca visto antes.

Neste contexto, atenção especial deve ser dada à questão atual, recorrente e constante, a incorporação dos novos e constantes avanços tecnológicos na prática e ação pedagógica de maneira crítica, construtiva e inovadora, a opção das disciplinas viabilizadas pela ferramenta da Internet, cujos efeitos e possibilidades reais de usos incrementam e

articulam saberes e conhecimentos. Liberdade para pensar, questionar, posicionar-se como característica intrínseca à esfera da educação, em especial, do espaço universitário, o espaço crítico por excelência.

4.5.1 Coerência entre metodologia de Ensino e Concepção do Curso

A metodologia de ensino se respalda em diversos instrumentos, no modelo clássico, no uso de estudos de casos, análise de doutrina e jurisprudência, simulação de situações na área jurisdicional, compreensão e produção textual, práticas reais e simuladas, simulação de audiências, júris e no incentivo das atividades de pesquisa e extensão.

O Curso oportuniza ao discente oportunidade real de construção de conhecimento e compreensão de conceitos fundamentais da área. O trabalho da prática em confronto com a teoria permite abordagem interdisciplinar do conteúdo e prepara os discentes para enfrentar os desafios que surgirão em seu caminho de profissionalização jurídica.

4.5.2. Flexibilidade e Interdisciplinaridade Curricular

A Matriz Curricular do Curso foi construída dentro dos limites da legislação em vigor, que permite a cada IES gerir e organizar o seu processo de ensino-aprendizagem de forma autônoma, estando assim garantida também a gestão flexível do currículo.

Partindo do conhecimento do sistema de ensino, iniciou-se a reforma curricular para adequar o projeto de ensino à realidade do contexto sócio-educativo onde está instalado o curso de Direito, sem esquecer que a Matriz Curricular é elaborada a partir da caracterização do perfil discente que se pretende formar, e dos egressos como ponto de apoio para implementação de soluções. Importa salientar que, por sua vez, esta reforma é elaborada também a partir da caracterização não apenas dos discentes, mas também da política pedagógica da Universidade.

A adequação da Matriz verifica-se após a fase de caracterização, a qual permite o (re) conhecimento dos discentes, dos docentes, do pessoal da administração e da filosofia educacional. Através da escolha de dados sinalizados na auto-avaliação do Curso e a Avaliação Institucional, que cria condições para se fazer uso da autonomia e gestão flexível do currículo, é possível a diferenciação pedagógica e a flexibilização de métodos e práticas.

Essa adequação permite que se proceda à definição de competências transversais, à definição de competências essenciais e de conteúdos de cada área curricular - disciplinar e fazer a articulação entre as áreas curriculares disciplinares e as não disciplinares.

Nesse patamar, a gestão flexível do currículo de Direito se vislumbra pela capacidade autônoma que os docentes tiveram para gerir o currículo em função dos interesses dos contextos educativos, fazendo adequação e diferenciação, diversificando as suas práticas e métodos, flexibilizando e reformulando à sua prática.

Desta forma, julga-se conveniente em todo o processo de ensino-aprendizagem jurídico que se faça a articulação de conteúdos, a programação das atividades de acordo com o planejamento das suas atividades complementares, que serão um dos pólos que permitirão tornar eficaz a competência transversal do conteúdo.

A educação atual pede por eixos interdisciplinares, que, se constitui como necessidade e exigência de inclusão de saberes, cruzamentos de temas, problemas, questões e áreas, pluralidade de saberes e conhecimentos convergentes, análogos, semelhantes e diferentes para serem analisadas e compreendidos em sua complexidade.

Neste contexto, entende-se que sua prática em cursos de graduação de Direito ampliarão a visão do conjunto, da área específica e de outras áreas convergentes e diferentes, apontarão para a pluralidade de conhecimentos que permitirão ao profissional do Direito, trabalhar a transversalidade dos conhecimentos, informações e experiências que são requeridas no processo de formação, possibilidade de fazer uma série de análises, analogias e correlações e não correr o risco de ficar com análises

e conhecimentos estanques e compartimentados de um mesmo objeto, caindo no engodo de acreditar que é possível uma visão total ou totalitária de um objeto ou assunto, mas podendo, unificar e ampliar saberes, conhecimentos, experiências e outros.

Assim, a possibilidade de analisar um objeto, assunto ou fenômeno cultural, social ou humano, deve levar em consideração as várias áreas ou ramos de atividades, buscando desta forma, ampliar aspectos e melhor integração. Neste sentido, deve-se considerar como eixos interdisciplinares, as disciplinas que contribuem para a formação específica e aquelas que são afins e contribuem para a compreensão do curso em questão.

Com a finalidade de estruturar um os eixos interdisciplinares, procurou-se focar neste projeto, os seguintes aspectos:

- Disciplinas que podem ser trabalhadas conjuntamente;
- Ementário e bibliografia de todas as disciplinas dos Cursos, com a finalidade de propiciar uma visão interdisciplinar dos conteúdos que serão focados no processo de formação do profissional de Direito.

No entanto, cabe ressaltar que não basta uma proposta de ensino interdisciplinar focada no projeto. Será fundamental para este trabalho interdisciplinar, um corpo docente com formação específica e diversificada capaz de ser convergente com as propostas conjuntas da universidade. Neste sentido, a Universidade Ibirapuera dispõe deste corpo docente qualificado e preparado para trabalhar de maneira interdisciplinar.

4.5.3 Desenvolvimento de Conteúdos na Modalidade Semipresencial

A matriz curricular do Curso de Direito, a partir de 2007, oferta algumas disciplinas na modalidade semi-presencial, haja vista, com o avanço tecnológico, surgem novas estratégias de desenvolvimento virtual para o ensino, dentre as quais, podem-se apontar as **comunidades de aprendizagem**, cuja função indica o conceito de pesquisa e estudo por um grupo de interesses comuns, não apenas para receber, mas para

trocar informações e consubstanciar a aprendizagem, construindo conhecimentos cooperativos e colaborativos. Deste modo, o ensino e a ação daqueles que os envolvem foram repensados, visando a acompanhar esse avanço.

Sendo assim, a Universidade Ibirapuera apresenta aos alunos da graduação em direito uma formação abrangente, incluindo aulas presenciais e semipresenciais. Sendo que as oferecidas de modo tradicional, garantem 100% de presença do professor em sala de aula, e as demais, com 50% ou até 100% via Internet (com apoio de material impresso), dependendo da carga horária de cada disciplina.

O aluno será instruído por um tutor, o qual além de se encontrar nas aulas presenciais também se comunicará por meio de chats, fóruns, debates, enfim, do portal Webclasses da Universidade Ibirapuera. Esse tutor tem como base para o desenvolvimento da disciplina, um conteúdo desenvolvido por um professor, chamado conteudista, que pode ser um professor da Universidade ou não, que desenvolve o material instrucional e cede a autoria para a Universidade.

O ensino semipresencial consiste na aplicação dos conteúdos programáticos das disciplinas por meio de atividades assíncronas e síncronas, sendo adotadas, na instituição, a tecnologia da Internet e Computador, instrumentos intermediadores da construção do conhecimento, envolvendo o aluno-aprendiz e o tutor como atores desse ensino-aprendizagem.

Neste contexto, o tutor é ator de grande importância, responsável por orientar os estudos e mediar as discussões entre os alunos, em torno do tema escolhido dentro da programação contida no Material Instrucional. Coloca-se como mediador do processo dialógico entre o conteudista/conteúdo e o aluno-leitor.

O tutor cria estratégias didático-pedagógicas para uma efetiva aprendizagem, em uma nova configuração, com base em um processo planejado com encontros presenciais e semipresenciais.

A organização didático-pedagógica envolve o processo global e integrado, no qual o domínio do conhecimento é centrado na

aprendizagem, foco básico da didática, tendo em torno de si o tripé dos elementos “**pessoas, processos e procedimentos**” que envolvem:

- **pessoas** – não só o **aluno** e o **tutor**, mas todos os demais segmentos da comunidade interna da Ibirapuera, em especial os supervisores, os adjuntos e a coordenação, projetando-se na comunidade externa;
- **processos** – os princípios metodológicos que integram as pessoas na busca, construção e recriação dos conhecimentos acadêmicos, científicos e empreendedores, contidos no desenho instrucional da metodologia de ensino semipresencial desenvolvida pelo NEaD;
- **procedimentos** – as estratégias operacionais que ensejam a prática educativa e a ação didática propriamente dita, vivenciais e identificadas como a atividade final do processo educativo.

A pedagogia inspirada nesses fundamentos faz com que o conhecimento chegue ao aluno pela descentralização dos processos e, dessa forma, oportuniza a formação da cidadania de todos por todos.

As técnicas de ensino, na metodologia semipresencial envolvem a mediação, a leitura, o diálogo, a comunicação, a discussão, as orientações, os informes, os exercícios e as pesquisas vivenciadas no ambiente de aprendizagem. Os encontros entre tutor e aluno são presenciais e semipresenciais, os quais envolvem as seguintes atividades presenciais:

- Palestras sobre a metodologia do ensino semipresencial (aula-inaugural);
- Aulas para adaptação e orientação de utilização dos recursos virtuais;
- Avaliações escritas.

Os encontros semipresenciais envolvem as seguintes atividades **SÍNCRONAS** (on-line) e **ASSÍNCRONAS** (off-line):

Atividades colaborativas: aquelas que exigem participação em grupo, vivenciadas nas **Comunidades de Aprendizagens** conforme a

disciplina, turma e tema, em que o aluno recebe as orientações necessárias à construção do seu conhecimento, prestadas pelo tutor.

Atividades de sistematizações: aquelas de avaliação (no ambiente **Tarefas**), objetivando que o aluno demonstre a aprendizagem e o desempenho alcançados mediante Exercícios; Resumos e resenhas; Dentre outras atividades.

Atividades de auto-avaliação e de pesquisa de dados – aquelas que acontecem através da ferramenta **“Enquete”** (Disponível na nova versão do Webclasses) **e das Ferramentas de comunicação:** são atividades integradoras, motivadoras e de socialização, disponíveis nos ambientes de avisos, eventos, notícias e correio interno, são as ferramentas que permitem a comunicação entre o aluno e o tutor (seja *on-line* ou *off-line*).

Recursos didáticos utilizados: Textos básicos e complementares; Apresentações; Imagens; Exercícios; Atividades heurísticas (questionários); Planilhas; Tabelas; Guias; Manuais; Material Instrucional e Calendário.

Ferramentas utilizadas como recursos virtuais no WebClasses: Perfil; Plano de Ensino/Aula; Quadro de Avisos; Enquetes; Agenda; Fóruns; Chat/ Comunicador; Boletim; Entrega de Trabalho; Correio Interno e outros complementos disponibilizados no sistema.

Com essa estrutura, e em consonância com as recomendações legais, definiu-se que a avaliação se pautaria na apresentação de produto/atividade realizado nos fóruns e chats; nas sistematizações; na correção *on-line*, eletrônica pelo sistema WebClasses; na correção *off-line* de tarefas postadas no sistema WebClasses; nas demonstração de conhecimentos testados, **presencialmente**, por meio da aplicação de prova mista (questões objetivas, discursivas e dissertativas).

Definiu-se que seriam duas avaliações obrigatórias no presencial, mais as atividades programadas por cada tutor para tirar a média. Os tutores, por acompanhar a turma, podem ministrar o ensino na proporção adequada, visando corresponder à necessidade apresentada pelos alunos,

podendo assim, avaliar o aprendizado e atribuir tarefas, que aprimorem e/ou reforcem os tópicos que foram trabalhados.

Compete também aos tutores, direcionar o estudo para a área de atuação de cada turma, visto que *existem disciplinas pertencentes relativas ao Eixo Geral e Básico de formação*. Um ponto positivo dessa modalidade é que, se o aluno quiser, ele pode expandir todo o conhecimento referente à disciplina, não estando limitado às paredes da Universidade. Agora, ele tem como grande aliado: a Internet.

Ferramentas disponibilizadas pelo Webclasses:

Correio Interno – Essa ferramenta está disponível para todos os usuários do portal Webclasses. Por meio dela é possível enviar mensagens a qualquer usuário interno ao portal. O funcionamento desse correio é similar ao de qualquer outro correio eletrônico, a partir do qual se pode anexar arquivos e selecionar mais de um destinatário. Além disso, pode-se criar pastas para organizar as mensagens recebidas.

Fóruns – É um espaço na web para discussões e troca de idéias em que os alunos e o professor deixam comentários, perguntas, críticas ou opiniões sobre tópicos relacionados à disciplina. Esta discussão não exige que todos estejam *on-line* no ambiente ao mesmo tempo, de forma que a discussão possa se estender por um período maior do que ocorre por meio de Chat. É uma ferramenta excelente para debates e troca de conhecimento, que auxilia o aluno principalmente nos momentos de dúvida, seja ela lançada por ele ou até mesmo por um colega.

Chats – Ambiente de conversação em que o aluno pode interagir, de forma escrita, com o professor e demais colegas. Tal ferramenta proporciona a discussão, em grupo, na qual todos podem visualizar e participar em um mesmo momento aproxima-se de uma sala de aula.

Blog – É uma página pessoal atualizada regularmente por uma pessoa ou um grupo. Neste blog é possível publicar qualquer tipo de conteúdo, de textos a vídeos. Com ferramentas próprias de interação, por meio de comentários adicionados por qualquer usuário.

No blog podem ser inseridos itens de assunto geral, entretanto, com bastante parcimônia. Dentro do ambiente acadêmico apenas o tutor

possui um blog, o qual pode utilizá-lo como uma ferramenta dinâmica de interação com os usuários do portal Webclasses para troca de informação, sem estar necessariamente vinculado a uma disciplina. Nessa ferramenta ele pode divulgar estágios, sugerir palestras, cursos, dentre outros itens que auxiliem, principalmente, os alunos na composição de suas horas de Atividade Complementar.

Além disso, poderá vincular informações referentes à participação em congressos, publicação de trabalhos e artigos, dentre outras notícias que podem ou não estar ligadas diretamente com sua vida acadêmica.

Wiki – A ferramenta Wiki possibilita a construção de trabalhos (textos) em equipe. Ela permite alterar, apagar, reescrever ou adicionar conteúdos sem a necessidade de muitos conhecimentos técnicos. Wikis são hoje muito utilizados para a criação interativa de documentos, reforçando a idéia de colaboração e troca de conhecimento.

Além das ferramentas já apresentadas, o aluno tem acesso, no Webclasses, ao material instrucional construído por um conteudista, postado pelo tutor e disponibilizado pelo NEaD em mídia e impresso conforme escolha dos alunos. Esse material é utilizado como cerne do trabalho desenvolvido nos encontros presenciais e, sobretudo, semipresenciais.

A importância do Material Instrucional - O material instrucional é o elemento pedagógico mediador entre o que se pretende construir em relação ao conhecimento com o aluno, e o que realmente será aprendido. Ele é o principal canal de comunicação entre o aluno e o professor-tutor para a construção do conhecimento.

Sendo este material peça importante e fundamental dentro de um curso a distância (ou semipresencial), o aluno deve seguir as orientações e sugestões contidas nele e executar todos os exercícios e atividades para aprofundamento do tema.

Funções básicas que compõem o processo de Ensino a Distância:

Produção – Consiste na geração do material destinado à instrução. É realizada a partir de um conjunto de equipamentos, métodos, técnicas e ferramentas operadas por pessoal técnico especializado.

Distribuição – Ações e meios para que os produtos (contendo os materiais) cheguem até os alunos, por meio de recursos de transmissão (Internet, impresso, CD-ROM /DVD, etc.).

Interação - É definida pelas ações recíprocas aluno-professor, aluno-sistema e aluno-aluno com base nos produtos disponíveis e por meio de recursos diversificados.

Acesso ao Webclasses - Para ter acesso à matéria e ao conteúdo das atividades semipresenciais é preciso acessar o portal www.ibirapuera.br, clicar Webclasses, selecionar usuário / matrícula e colocar o RA. Os materiais e atividades referentes às disciplinas serão exibidos na janela Tarefas, na parte inferior do navegador. Todas as informações referentes a forma de acesso estão disponibilizadas no link, <<https://unib.totalwork.com.br/sia/cat/Acessando%20Webclasses.pdf>>.

4.6. Ementário e Bibliografia

O Ementário e a Bibliografia do curso são formulados e revistos pelos professores semestralmente, considerando-se as ementas, objetivos gerais e específicos, conteúdo programático, metodologia de ensino e de avaliação, bibliografia básica e complementar, e ficam disponíveis para os discentes.

4.6.1. Adequação e atualização

Periodicamente, o Núcleo Docente Estruturante - NDE verifica a adequação e atualização das ementas e programas de estudo, ajustando-os e atualizando-os, sempre com vistas nas modificações Legislativas e eventuais modificações e posições doutrinárias. Este procedimento é efetivado no documento Ementário e Bibliografia.

Os docentes são instados a apresentar para possível aquisição, novas bibliografias que sejam relevantes na área de conhecimento. A indicação das novas bibliografias é feita através de formulários próprios que são apresentados à Biblioteca como sugestão para aquisição.

4.6.2. Descrição do Ementário e Bibliografia do curso

Disciplina: Filosofia	
Carga horária: 66 horas	1º período

Ementa:

Noções de filosofia. Noções fundamentais do pensamento filosófico-científico. Pensamento Contemporâneo.

Competências e Habilidades:

Compreensão das noções fundamentais do pensamento filosófico-científico, bem como o conhecimento e discussão acerca dos grandes temas da jusfilosofia, de modo a desenvolver a capacidade de raciocínio lógico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica, visando, também, a compreensão interdisciplinar do direito.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais, a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. Noções de Filosofia

- 1.1. Conceito
- 1.2. Finalidade do conhecimento
- 1.3. Os problemas fundamentais da filosofia
- 1.4. Evolução do conhecimento, linguagem, o conhecimento e a história
- 1.5. O problema da verdade e seu critério: Absolutismo, relativismo, dogmatismo, pragmatismo.
- 1.6. Finalidade prática do conhecimento: conceito, juízo, raciocínio, indução, dedução
- 1.7. Teoria e prática
- 1.8. Objetividade e subjetividade

2. Noções Fundamentais do Pensamento Filosófico-Científico

- 2.1. Período clássico do pensamento grego e a sistematização do pensamento e da lógica ocidental
- 2.2. Caracterização da filosofia medieval na formação do mundo ocidental e o surgimento da filosofia cristã
- 2.3. As origens do pensamento moderno e a idéia de modernidade: dúvida renascentista, revolução científica, humanismo, redescoberta do ceticismo antigo
- 2.4. Descartes e a filosofia do cogito
- 2.4.1. Tradição empirista
- 2.5. A filosofia política do liberalismo: Hobbes, Rousseau, Locke, Voltaire e os enciclopedistas

3. Pensamento Contemporâneo

- 3.1. Criticismo Kantiano
- 3.2. Positivismo de Comte
- 3.3. Existencialismo Sartreano
- 3.4. Teoria marxista e o Direito
- 3.5. O problema da verdade e o problema de uma filosofia ontológica do direito
- 3.6. A filosofia Jurídica de Del Vecchio.
- 3.7. Teoria do ordenamento jurídico de Norberto Bobbio.
- 3.8. Idéia de sistema em Hans Kelsen.
- 3.9. O conceito de justiça em Rawls.
- 3.10. Historicidade e natureza do pensamento jusfilosófico nacional.
- 3.10.1. O direito real na ontologia de Hartmann.
- 3.10.2. Sistemas jurídicos contemporâneos.
- 3.10.3. Hannah Arendt e as origens do totalitarismo.
- 3.11. Nietzsche e a moral cristã.
- 3.12. A ética comunicativa de Habermas.

Bibliografia Básica:

ARANHA, Maria Lúcia; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. 4 ed. São Paulo, Moderna, 2009.
CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 14 ed. São Paulo, Ática, 2014.
KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 9 ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2013.

Bibliografia Complementar:

GUIRALDELLI JR, Paulo. **A aventura da Filosofia: de Parmênides a Nietzsche**. Barueri, SP, Manole, 2010 (biblioteca virtual)
NADER, Paulo. **Filosofia do Direito**. 22 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
ALVES, Alaôr Caffé et al.. **O que é a filosofia do direito?** Barueri, SP: Manole, 2004.
MONTORO, André Franco. **Estudos de filosofia do direito**. 2 ed. São Paulo, Saraiva, 1994

COELHO, Luiz Fernando. **Fumaça do bom direito**: ensaios de filosofia e teoria do direito. Curitiba: Bonijuris, 2011.

Disciplina: Ética Profissional	
Carga horária: 66 horas	1º período

Ementa:

Ética, Objeto, Método, conceitos fundamentais. Bem, Valor, Dever e Norma. Ética, Justiça, Cidadania. Ética e Direito. Moral e Direito. As Normas Morais. Fundamentos Filosóficos da Ética. Questões Éticas - Biodireito e Bioética, Ética ambiental e o Desenvolvimento Sustentável. Ética do advogado - o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil - EAOAB, o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil - CEDOAB. Ética na Magistratura. Ética no Ministério Público

Competências:

Compreender a ética geral, seu sentido e relevância de sua observação na convivência com o outro, seja seu par ou qualquer semelhante, ou mesmo o meio ambiente ou os animais, exteriorizada por uma conduta respeitosa, bem como conhecer e entender as normas deontológicas que regem as diversas profissões jurídicas, especialmente, do advogado visando a sua aplicação no dia a dia desde a vivência acadêmica e na futura atuação profissional, sabendo delimitar seus direitos e deveres de conformidade, portanto, com a ética.

Metodologia de Ensino:

O conteúdo da disciplina será ministrado por meio de aulas expositivas, mas com interatividade discente, sempre contextualizando a teoria e a prática com exemplos destinados à compreensão e aplicação dos conceitos expostos, usando-se recursos audiovisuais, quadro de giz, etc.; leitura, interpretação de textos e dos artigos, um a um, mas de forma sistemática, das normas deontológicas referentes à ética, (EAOAB, Regulamento, CED, Provimentos); estudos dirigidos, seminários, dinâmicas de grupo, trabalhos de pesquisa em sala e extraclasse, individuais ou em grupos visando a uma melhor compreensão e fixação dos conteúdos trabalhados.

Metodologia de Avaliação:

Os alunos serão avaliados de forma contínua, pela frequência, atividades desenvolvidas em sala de aula e participação (FAP) e também por avaliações parciais e bimestrais, por meio de trabalhos escritos, individual e em grupo, e apresentação, seminários, pesquisa, entre outras, e prova, conforme calendário institucional.

Conteúdo Programático:

1. Ética - Objeto e Método

1.1 Conceitos fundamentais.

2. Bem, Valor, Dever, Norma

2.1. Ética, Direito, Justiça, Cidadania.

2.2 Ética e Direito

3. A Moral e o Direito

Diferenças, características – a autonomia e a heteronomia

3.1 As Normas Morais

3.2 Conceito

3.3 Valores morais. Conceito

4. Filosofia e Ética – Fundamentos Filosóficos da Ética:

4.1. Sócrates, Platão, Aristóteles, Epicuro (Epicurismo) e Zenon (Estoicismo) – ética dos bens

4.2. Kant – ética formal.

4.3. Cristianismo - o pensamento ético – ética dos valores

4.3.1 Santo Agostinho e São Tomás de Aquino

5. Questões éticas:

5.1. Biodireito e bioética

5.2. Ética ambiental e desenvolvimento sustentável

6. Ética Profissional

6.1 Ética do Advogado

6.1.2 O Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil - EAOAB – Lei 8.906/94.

A advocacia

- A atividade da advocacia
- Os direitos do advogado
- A inscrição
- A sociedade de advogados
- O advogado empregado
- Honorários advocatícios
- Incompatibilidades e impedimentos
- A ética do advogado
- Infrações e sanções disciplinares: Responsabilidade administrativa, civil e criminal do advogado

A OAB

- Fins da organização
- Os órgãos e suas competências: Conselho federal, conselhos seccionais, subseções, Caixa de Assistência
- As eleições e os mandatos

O Processo na OAB

O Processo disciplinar: instauração e procedimento; O Conselho Seccional e o Tribunal de Ética e Disciplina – competências

- Os Recursos

6.1.3 Regulamento Geral e Provimentos

6.1.4 Código de Ética e Disciplina

A Ética do advogado:

- As Regras Deontológicas Fundamentais
- Relações com o cliente
- O Sigilo Profissional
- A Publicidade
- Os Honorários Profissionais
- O dever de Urbanidade

O Processo Disciplinar:

- A Competência do Tribunal de Ética e Disciplina
- Procedimentos

7. Ética na Magistratura

7.1 Lei Orgânica da Magistratura

8. Ética no Ministério Público

8.1 Lei Orgânica do Ministério Público

Bibliografia Básica:

PINHO, Ruy Rebello ; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Instituições de Direito Público e Privado:** introdução ao estudo do direito, noções de ética profissional. 24 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NALINI, Jose Renato. **Ética Geral e Profissional.** 9 ed. São Paulo, Revista Dos Tribunais, 2012

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito.** 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar:

SINGER, Peter. **Ética prática.** 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

KESSERLING, Tomas: trad. Brenno Dischinger. **Ética, política e desenvolvimento humanos: a justiça na era da globalização.** 2 ed. Caxias do Sul – RS, 2011

NADER, Paulo. **Filosofia do Direito.** Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ADEODATO, Joao Mauricio. **Ética e retórica:** para uma teoria da dogmática jurídica. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ADEODATO, João Mauricio. **Filosofia do Direito:** Uma Crítica a Verdade na Ética e na Ciência. 5 ed. 2013. Saraiva.

Disciplina: LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO
--

Carga horária: 66 horas

1º período

Ementa:

Português forense. Funcionamento da linguagem. Estudo das palavras: o sentido na linguagem jurídica. Enunciação e discurso jurídico. Estilística. Prática forense.

Competências e Habilidades:

Compreensão de textos e fundamentação específica para produção de documentos jurídicos, mediante incentivo à leitura e desenvolvimento da capacidade analítica do aluno.

Metodologia:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais, a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. Português Forense

- 1.1. Linguagem, sistema, língua e normas
- 1.2. Níveis de linguagem

2. Funcionamento da Linguagem

- 2.1. O discurso
- 2.2. Condições de Produção
- 2.3. Paráfrase e Polifonia
- 2.4. Formação Discursiva
- 2.5. Ideologia do sujeito
- 2.6. Incompletude e ruptura
- 2.7. O dito e o não-dito
- 2.8. Tipos de discurso

3. Estudo das Palavras: O Sentido na Linguagem Jurídica

- 3.1. Polissemia
- 3.2. Homonímia
- 3.3. Homofonia
- 3.4. Denotação e conotação
- 3.5. O verbo jurídico
- 3.6. Arcaísmo
- 3.7. Neologismo
- 3.8. Dificuldades do vocabulário na linguagem jurídica

4. Enuciação e Discurso Jurídico

- 4.1. Enunciação e discurso
- 4.2. Definições de texto, contexto e intertexto
- 4.3. Tipos de texto
- 4.4. Coesão e coerência textual

4.5. Principais elementos de coesão no discurso jurídico

5. Estilística

5.1. Importância da estilística para o advogado

5.2. Figuras de linguagem

5.3. Figuras de palavras

5.4. Figuras de construção

5.5. Figuras de pensamento

5.6. O valor estilístico da pontuação

5.7. A expressão oral

5.8. Oratória Forense

6. Prática Forense

6.1. Procuração

6.2. Requerimento e petição inicial

6.3. A resposta do réu

6.4. A linguagem da sentença

6.5. A linguagem nos recursos jurídicos

6.6. A linguagem das alegações finais

6.7. A linguagem dos contratos

Bibliografia Básica:

GARCIA, Othon M.. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 24 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FIORIN, Jose Luiz; SAVIOLI, Francisco Platao. **Para Entender o Texto**: Leitura e redação. 16 ed. São Paulo: Ática, 2002.

Koch, Ingedore Villaça; Elias, Vanda Maria – **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo, Ed.Contexto, 2010 (biblioteca virtual)

Bibliografia Complementar:

DAMIÃO, Regina Toledo e HENRIQUES, Antonio. **Curso de Português Jurídico**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Ler e Redigir**. 3 ed. São Paulo: Atual Editora Ltda, 1988. (Coleção Ler e Redigir).

CONDEMARÍN, Mabel; GALDAMES, Viviana; MEDINA, Alejandra. **Oficina de Linguagem**: módulos para desenvolver a linguagem oral e escrita. São Paulo: Moderna, 1997.

GOLD Mirian; SEGAL, Marcelo - Português instrumental para cursos de Direito: como elaborar textos jurídicos. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2008 (biblioteca virtual)

BLIKSTEIN, Izidoro. **Técnicas de Comunicação Escrita**. 18 ed. São Paulo: Ática, 1999.

Disciplina: Política Econômica e Desenvolvimento	
Carga horária: 66 horas	1º período

Ementa:

A Ciência econômica. Evolução do pensamento econômico. Noções de microeconomia. Noções de macroeconomia. Desenvolvimento econômico.

Competências e Habilidades:

Compreensão de questões interdisciplinares das ciências sociais e equacionamento dos problemas de natureza econômica em harmonia com as exigências sociais, habilitando o acadêmico para a solução de litígios mediante o emprego de meios extrajudiciais de prevenção de conflitos individuais e coletivos.

Metodologia:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. A Ciência Econômica

Necessidades humanas, recursos e a atividade econômica

Economia Política: Conceitos e divisões

A escassez de recursos e as possibilidades de produção

A organização econômica

Argumentos positivos e normativos

A economia e o direito

1. Evolução do Pensamento Econômico

2.1. Evolução histórica da sociedade econômica

2.2. Os precursores da teoria econômica

2.3. Os clássicos

2.4. A teoria Neoclássica

2.5. A era Keynesiana

2.6. O pensamento contemporâneo

3. Noções de Microeconomia

3.1. Os tipos de mercados

3.2. A Lei da Oferta e Procura

3.3. O equilíbrio do mercado

3.4. Elasticidade da oferta e da demanda

3.5. Estruturas de mercado

4. Noções de Macroeconomia

4.1. Agregados Macroeconômicos

4.2. A teoria da determinação da renda

4.3. Governo, Moeda e Setor Externo

4.4. As políticas macroeconômicas: Fiscal, Monetária e Cambial

5. Desenvolvimento Econômico

- 5.1. Conceitos, Desenvolvimento e subdesenvolvimento
- 5.2. Níveis de bem estar social e os indicadores de desenvolvimento
- 5.3. Estratégias de desenvolvimento: abertura dos mercados e globalização
- 5.4. A dinâmica das desigualdades econômicas e sociais
- 5.5. O equilíbrio geral.

Bibliografia Básica:

GASTALDI, J. Petrelli. **Elementos de Economia Política**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

PASSOS, Carlos R.M e Nogami, Otto. **Princípios de Economia**. 6 ed. São Paulo: Pioneira, 2014.

RESH Adir Ubaldo, BUTZKE, Alindo; GULLO, Maria Carolina (org.) - Direito, Economia e Meio Ambiente: olhares de diversos pesquisadores. Caxias do Sul - RS, Educs, 2012 (biblioteca virtual)

Bibliografia Complementar:

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. **Macroeconomia**. 11 ed. São Paulo: Makron Books, 2013.

MANKIWI, N. Gregory. **Introdução à Economia**: Princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LIMA, Gerson - **Economia, dinheiro e poder político**. Curitiba, Intersaberes, 2012 (biblioteca virtual)

BRUM, Argemiro J.. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 21 ed. Petropolis: Vozes, 2000.

HUNT, E.K. ; SHERMAN Howard J.. **História do Pensamento Econômico**. 15.ed.. Petropolis, RJ: Vozes, 1997.

Disciplina: Psicologia	
Carga horária: 66 horas	1º período

Ementa:

Conceito e Noções Fundamentais da Psicologia Geral. Dinâmica da Personalidade Humana. A Psicologia Jurídica. Psicologia do Delito. Psicologia Forense. Psicologia Social e Grupal e Interação Psicológica-Jurídica.

Competências:

Conhecimento de Técnicas e Conteúdos fornecidos pela Psicologia, visando o Desenvolvimento de Aptidões para o Desempenho do Trabalho Interdisciplinar aplicado à Realidade Individual e Social do Acadêmico de Direito.

Metodologia de ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupo. Leituras orientadas, elaboração e produção de textos, debates, seminários, interpretação Jurisprudencial, entre outras.

Metodologia de Avaliação:

Avaliações bimestrais e parciais, atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos e resolução de situações problemas, entre outras.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

01 - Conceito e Noções Fundamentais da Psicologia Geral

- 1.1 – Conceito, Objeto e Objetivos.
- 1.2 – Perspectivas Históricas.
- 1.3 – Áreas de Atuação do Psicólogo.
- 1.4 – Principais Abordagens Psicológicas.
- 1.5 – Princípio da Pesquisa Psicológica.
- 1.6 – Instrumentos utilizados na Investigação.
- 1.7 – Ética e Psicologia.

02 - Dinâmica da Personalidade Humana

- 2.1 – Conceito de Personalidade.
- 2.2 – Evolução e Adaptação ao Meio.
- 2.3 – Temperamento.
- 2.4 – Caráter.
- 2.5 – Planos de Atuação da Personalidade.
- 2.6 – Mecanismos de Defesa.
- 2.7 – Frustração e Conflitos.
- 2.8 – Resolução de Conflitos.

03 - A Psicologia Jurídica

- 3.1 – Psicologia e Direito.
- 3.2 – Conceito de Psicologia Jurídica.
- 3.3 – Histórico da Psicologia Jurídica.
- 3.4 – Aplicação da Psicologia Jurídica.

04-Psicologia do Delito

- 4.1 – Conceito Psicológico de Conduta Delituosa.
- 4.2 – Frases Intrapsíquicas da Ação Delituosa.
- 4.3 – As Fronteiras Psicológica e Judiciária do Delito.
- 4.4 – Delitos não Qualificados.
- 4.5 – Motivos de Delito.
- 4.6 – Tipos de Delito.

05 - A Psicologia Forense

- 5.1 – Bases Psicológicas do Comportamento Criminal.
- 5.2 – O Conceito de Doença Mental.
- 5.3 – Psicopatologia e Delito.
- 5.4 – Relação entre Psicopatologia e Responsabilidade Penal.

06 - A Psicologia Social

- 6.1 – O Conceito de Psicologia Social.
- 6.2 – Bases Psicológicas do Comportamento.
- 6.3 – Comportamentos Agressivos/Sociopatias e outros.
- 6.4 – O Estudo da Violência.
- 6.5 – Direitos Humanos e Cidadania.

07 - A Interação Psicológico/Jurídico

- 7.1 – Posturas Metodológicas de Investigação da Psicologia Jurídica (Técnicas Instrumentais e não Instrumentais).
- 7.2 – Aspectos Psicológicos das Diversas Fases do Processo Judiciário nas Áreas Civil e Criminal. Depoimento, Declaração, Confissão e Provas.
- 7.3 – A Interação Psicológica-Jurídica como Procedimento Promotor de Justiça e de Justiça Social.
- 7.4 – A Questão Ética frente à Psicológica Jurídica.

08 - A Psicologia Grupal

- 8.1 – As Psicologia Social à Dinâmica de Grupo.
- 8.2 – A Evolução em Grupo.
- 8.3 – Direito: Suas relações e inter-relações grupais.
- 8.4 – O Profissional de Direito frente dos seus vários Grupos Sociais.

09 - Transtornos Psicológicos

- 9.1 – Comportamento Patológico.
- 9.2 – Transtornos de Ansiedade.
- 9.3 – Transtornos Somatoformes.
- 9.4 – Transtornos Dissociativos.
- 9.5 – Transtornos do Humor.
- 9.6 – Transtornos Esquizofrênicos.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupo. Leituras orientadas, elaboração e produção de textos, debates, seminários, interpretação Jurisprudencial, entre outras.

Metodologia de avaliação:

Avaliações bimestrais e parciais, atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos e resolução de situações problemas, entre outras.

Bibliografia Básica:

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia.** 13 ed. Revisada São Paulo: Saraiva, 2006
DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à Psicologia.** 3 ed. Rio de Janeiro: Makron Books, 2006.

SERAFIM, Antonio de Pádua; SAFFI, Fabiana - Psicologia e Práticas Forenses. Barueri, SP. Manole, 2012 (biblioteca virtual)

Bibliografia Complementar:

BARROS, Celia Silva Guimarães. **Pontos de Psicologia Geral**. 15 ed. São Paulo: Ática, 2004.

SCURO NETO, Pedro. **Manual de Sociologia Geral e Jurídica: Lógica e método do direito, problemas sociais, comportamento criminoso, controle social**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRITO, Leila Maria Torraca de (Org.). **Temas de Psicologia Jurídica**. 4.ed.. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2002.

ROVINSKI, Sonia Liane Reichert. **Fundamentos da Perícia Psicológica Forense**. São Paulo: Vetor, 2004.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. 24.ed.. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2006.

Disciplina: Direitos Difusos Individuais e Coletivos	
Carga horária: 66 horas	2º período

Ementa:

A disciplina de Direitos Difusos e Coletivos analisa os direitos de terceira geração em seu aspecto material e processual. Tendo em vista ser o Direito Difuso e Coletivo complexo e abrangente, é dada maior ênfase ao Direito Ambiental, ao do Consumidor e ao Processo Coletivo, sem deixar de analisar o Direito da Infância e Juventude e o Direito do Idoso. No Direito do Consumidor busca-se demonstrar os novos paradigmas trazidos por este e sua evolução durante os seus vinte anos de vigência. No Direito Ambiental, procura-se estabelecer critérios para o desenvolvimento sustentável a limitar o impacto das atividades humanas sobre os recursos ambientais. Os objetivos primordiais com relação aos Direitos da Infância e Juventude e dos Idosos são analisados sempre com vistas à proteção deste grupo reconhecidamente vulnerável.

Competências e habilidades

Apresentar os DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS através de análise das leis. Contextualizar os conhecimentos ministrados associando-os à realidade do direito, através do exame crítico das leis específicas, além de normas que atingem a coletividade, sempre relevando os princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana, solidariedade, justiça social, e efetivação dos direitos humanos nas relações privadas. Sobretudo, oferecer aperfeiçoamento profissional, partindo da constatação de que os Direitos DIFUSOS E COLETIVOS exigem do operador do direito cada vez mais a compreensão de normas de vários ramos do direito, as quais se interagem no ambiente da coletividade.

Critérios de Avaliação

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser

constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático

1. Direitos Difusos e Coletivos
 - Inquérito Civil
 - Ação Civil Pública

2. Estatuto da Criança e Adolescente
 - Lei 8069/90
 - Princípios
 - Família Natural e Substituta
 - Adoção Internacional
 - Perda e Suspensão do Poder Familiar
 - Normas de Prevenção

3. Direito do Consumidor, Ambiental e Improbidade
 - Princípios
 - Lei 6938/81
 - Lei 8078/90
 - Lei 8429/92

Bibliografia Básica:

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - 16ª edição, Saraiva, 2013

ESTATUTO DO IDOSO - 2ª edição - Saraiva, 2015

MACHADO, Martha de Toledo - **A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos**. Barueri, SP. Manole, 2003 (biblioteca virtual)

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, Jeferson Moreira de. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: manual funcional – doutrina, jurisprudência, legislação, formulários, esquemas. 3 ed.. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2012.

SMANIO, Gianpaolo Poggio. **Interesses difusos e coletivos: Estatuto da Criança e do Adolescente**, consumidor, meio ambiente, improbidade administrativa, ação civil pública e inquérito civil. 5º Ed. São Paulo. Atlas, 2003.

MIRAGEM, Bruno. **Direito do Consumidor: fundamentos do direito do consumidor, direito material e processual do consumidor, proteção administrativa do consumidor, direito penal do consumidor**. 4 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

BENJAMIN, Antônio Herman V.; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. **Manual de Direito do Consumidor**. 5 ed. São Paulo: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2013.

CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. **A constituição Aberta e os Direitos Fundamentais**: ensaios sobre o constitucionalismo pós-moderno e comunitário. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

Disciplina: História do Direito	
Carga horária: 66 horas	2º período

Ementa:

O fenômeno jurídico na História. O direito na Antiguidade. Origem do direito. A história interna e história externa no direito. O uso das expressões latinas e brocardos jurídicos na história do direito. Temas fundamentais da história do direito. As fontes do direito na Antiguidade. O direito canônico. O direito germânico. O direito português (as Ordenações) e a formação do direito no Brasil. O movimento codificador moderno e o jurista Teixeira de Freitas. O direito na idade moderna. O direito na idade contemporânea. O Direito em face ao pós-neoliberalismo e a globalização. A cultura jurídica brasileira.

Competências e Habilidades:

Leitura acerca do estudo da História do Direito desde a Antiguidade até os horizontes ideológicos da cultura jurídica brasileira enquanto fonte do conhecimento dos diversos institutos jurídicos atuais.

Metodologia:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. O Fenômeno Jurídico na História

1.1. O que é Direito

2. O Direito na Antigüidade

2.1 A Cidade Antiga

2.2 O Direito Grego

3. Origem do Direito

3.1 Símbolos do Direito. Ius. Directum. Derectum

3.2 Direito e Lei na História do Direito

4. A História Interna e História Externa no Direito

5. História Interna e Externa no Direito Romano

5.1 O uso das expressões latinas e brocardos jurídicos na História do Direito

5.2 O pretor, o juiz e o jurisconsulto

5.3 A jurisprudência Romana. A arte do caso

6. O Costume e a História do Direito

7. Temas Fundamentais seus Reflexos da História do Direito

7.1 Ius

7.2 Iusrisprudentia

7.3 Iustitia

7.4 Ius publicum

7.5 Ius privatum

8. Ius Singulare e Ius Naturale

9. As fontes do Direito na Antigüidade

10. O Direito Canônico

11. O Direito Germânico

11.1. O Direito Feudal (os foraes)

11.2. As fontes do Direito na Idade Média

12. O Direito Português (as Ordenações) e a formação do Direito na Brasil

13. O Movimento Codificador Moderno e o Jurista Teixeira de Freitas

13.1. Os Códigos na História do Direito

14. O Direito na Idade Moderna

14.1. O liberalismo Burguês

15. O Direito na Idade Contemporânea

15.1. Common law e os sistemas (pós) socialistas

16. O Direito em face ao pós-neoliberalismo e a Globalização

17. A cultura jurídica brasileira

17.1. Os horizontes ideológicos da cultura jurídica brasileira

Metodologia:

Aulas expositivas; dinâmicas em grupos; leituras orientadas; elaboração e produção de textos, entre outras...

Avaliação:

Serão aplicadas duas avaliações escritas bimestrais. A critério do professor, parcela das notas poderá ser constituída de outra atividade orientada como exercícios práticos, fichas de leituras, seminários, produção de textos.

Bibliografia Básica:

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. Teoria Geral do Estado. Barueri, São Paulo: Manole, 2010. (biblioteca virtual)

ALTAVILA, Jayme de. **Origem dos Direitos dos Povos**. 12 ed. São Paulo: Ícone, 2013.

NASCIMENTO, Walter Vieira do. **Lições de história do Direito**. 15 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Bibliografia Complementar:

COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga**. 3 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2010.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O Direito na História: Lições introdutórias**. 5 ed. São Paulo: Max Limonad, 2014.

ROQUE, Sebastião José. **História do Direito**. São Paulo: Icone, 2007. 335 p. (Coleção Elementos do Direito).

CRETELLA JUNIOR, José. **Curso de Direito Romano**. 21 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

CASTRO, Flavia Lages de. **História do Direito Geral e do Brasil - 10ª Ed.** 2014. Lumen Juris.

Disciplina: Ciência Política	
Carga horária: 66 horas	2º período

Ementa:

Conceitos gerais de ciência política. A sociedade e as relações sociais. O Estado. O Poder. Formas de Governo. As ideologias políticas. O Estado democrático e social. As recentes transformações do Estado: A globalização.

Competências e Habilidades:

Conhecimento básico acerca das teorias da Ciência Política de modo a desenvolver o raciocínio lógico, a argumentação, a persuasão e a reflexão

política, desenvolvendo a compreensão interdisciplinar do Direito considerando a sua adequada aplicação à realidade social.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas por atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. Conceitos Gerais de Ciência Política

- 1.1. Conceito de ciência política
- 1.2. Ciência política e as demais ciências sociais

2. A Sociedade e as Relações Sociais

- 2.1. Conceito de sociedade
- 2.2. Sociedade e comunidade
- 2.3. Sociedade e Estado

3. O Estado

- 3.1. Conceituações filosóficas, sociológicas e jurídicas
- 3.2. Elementos constitutivos
 - 3.2.1. Povo x população – o conceito de nação
 - 3.2.2. Aspectos sociais do conceito de território
 - 3.2.3. Leitura atual do conceito de soberania

4. O Poder

- 4.1. Conceito
- 4.2. Espécies
- 4.3. O poder e os sistemas políticos
- 4.4. Legalidade e legitimidade do poder
- 4.5. O poder contemporâneo
- 4.6. Separação de poderes

5. Formas de Governo

- 5.1. Democracia representativa
- 5.2. Presidencialismo
- 5.3. Parlamentarismo
- 5.4. Partidos políticos

6. As Ideologias Políticas

- 6.1. Liberalismo
- 6.2. Conservacionismo
- 6.3. Socialismo
- 6.4. Marxismo

6.5. Nacionalismo

7. O Estado Democrático e Social

8. As Recentes Transformações do Estado: A Globalização

Bibliografia Básica:

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 20 ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
WEFFORT, Fancisco Correa (org.) - Os clássicos da política. São Paulo, Ática, 2006 (biblioteca virtual)

Bibliografia Complementar:

RIBEIRO, Darcy. **O Processo Civilizatório**. Petrópolis: Vozes, 2011
ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**: Princípios do direito político. Bauru: Edipro, 1999.
BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Teoria do Estado e Ciência Política**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. 14.ed. São Paulo: Cultrix, 2007.
DE CICCIO, Claudio. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

Disciplina: Introdução ao Estudo do Direito	
Carga horária: 66 horas	2º período

Ementa:

1.O conceito de Direito. 2.O conceito de norma jurídica. 3. Fontes do Direito. 4. Relação Jurídica. 5. Aplicação do Direito. 6. Lógica e argumentação. 7. Fatos e Atos jurídicos. 8. Divisão do Direito.

Competências e Habilidades:

Conhecimento geral sobre os institutos fundamentais do Direito, proporcionando uma visão acadêmica, mas, também, pragmática e interdisciplinar do Direito.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliação parcial a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras,

preparando o acadêmico para a prática dos concursos jurídicos mais importantes do país, bem como para o domínio do conteúdo da matéria abordada.

Conteúdo Programático:

1. O conceito de Direito

- 1.1 Problemas da definição
- 1.2 Direito e Ideologia
- 1.3 Direito e Justiça
- 1.4 Direito positivo e direito natural
- 1.5 Direito e Moral

2. O conceito de norma jurídica

- 2.1 A lei e a norma
- 2.2 Características das normas jurídicas
- 2.3 Classificação das normas jurídicas
- 2.4 Diferenças entre as normas jurídicas e as demais normas
- 2.5 Validade da norma jurídica

3. Fontes do Direito

- 3.1 Fontes do direito e modelos jurídicos
- 3.2 Fontes formais e materiais
- 3.3 Lei, costume e jurisprudência
- 3.4 A doutrina e os princípios gerais do direito

4. Relação Jurídica

- 4.1 Conceito.
- 4.2 Espécies
- 4.3 Pessoas naturais e pessoas jurídicas
- 4.4 O processo
- 4.5 Prescrição e decadência
- 4.6 Fato jurídico

5. Aplicação do Direito

- 5.1 Aplicação do Direito
- 5.2 Interpretação das normas e subsunção
- 5.3 Integração e o problema das lacunas no direito
- 5.4 Antinomias
- 5.5 A ideologia na aplicação do Direito
- 5.6 Limites do ato de decisão judicial
- 5.7 Obrigatoriedade da lei e erro de direito
- 5.8 Eficácia da lei no tempo e no espaço

6. Lógica e argumentação jurídica

- 6.1 Lógica analítica
- 6.2 Lógica dedutiva
- 6.3 Lógica indutiva
- 6.4 Teoria da argumentação

7. Fatos e Atos jurídicos
 - 7.1. Considerações gerais
 - 7.2. Classificação dos fatos jurídicos
 - 7.3. Atos jurídicos
 - 7.4. Negócio jurídico
 - 7.5. Defeitos dos negócios jurídicos
 - 7.6. Nulidade e Anulabilidade

8.A Divisão do Direito

- 8.1. Direito objetivo e direito subjetivo
- 8.2. Direito Público e Direito Privado
- 8.3. Direito interno e direito externo
- 8.4. Direito individual, difuso e coletivo
- 8.5. Ramos do Direito Público
- 8.6. Ramos do Direito Privado

Bibliografia Básica:

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
GUSMÃO, Paulo Dourado. **Introdução do Estudo do Direito**. 47 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
MONTORO, André Franco. **Introdução à Ciência do Direito**. 27 ed. São Paulo: Martins, 2008.

Bibliografia Complementar:

BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. 8 ed. Brasília: UnB, 1996.
FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo Direito: Técnica, decisão, dominação**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 24 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
COTRIM, Gilberto Vieira. **Direito e Legislação: introdução ao direito**. 21.ed.. São Paulo: Saraiva, 2000.
DIMOULIS, Dimitri. **Manual de Introdução ao Estudo do Direito**. 2 ed. São Paulo: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2008.

Disciplina: Teoria Geral do Estado e da Constituição	
Carga horária: 66 horas	2º período

Ementa:

Análise do Estado enquanto fenômeno jurídico e político. Formação do Estado. Elementos do Estado. Formas de Estado. Formas de governo. Estado e Direito. Direito Constitucional. A Evolução Constitucional do Brasil. Teoria da Constituição.

Competências e Habilidades:

Conhecimento acerca das noções básicas da teoria do Direito com vistas à iniciação do desenvolvimento e compreensão dos textos jurídicos e legais.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliação parcial a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. Análise do Estado enquanto Fenômeno Jurídico e Político

2. Formação do Estado

- 2.1. Origem histórica do Estado
- 2.2. Causas de formação do Estado

3. Elementos do Estado

- 3.1. Soberania, território e povo
- 3.2. Poder
- 3.3. Conceito de Estado

4. Formas de Estado

- 4.1. Unitário
- 4.2. Composto – União Real, Pessoal, Confederação e Federação

5. Formas de Governo

- 5.1. Forma de governo e regime político
- 5.2. Classificação das formas de governo
- 5.3. Monarquia
- 5.4. República
- 5.5. Parlamentarismo
- 5.6. Presidencialismo
- 5.7. Tendências de governo contemporâneo

6. Estado e Direito

- 6.1. Personalidade jurídica do estado
- 6.2. Estado e nação
- 6.3. Reforma e revolução
- 6.4. Estado e Constituição

7. Direito Constitucional

- 7.1. Origem
- 7.2. Objetivo
- 7.3. Método
- 7.4. Relações com disciplinas afins
- 7.5. A Constituição. Conceito. Tipografia. Fontes do Direito Constitucional.
- 7.6. O Poder Constituinte. Doutrina e tipos de manifestação.
- 7.7. A Reforma Constitucional. Poder Constituinte do Estado Membro. A mutação constitucional.
- 7.8. Direito Constitucional intertemporal. Teoria de recepção e da desconstitucionalização. Direito Adquirido e Constituição.

8. A Evolução Constitucional do Brasil

9. Teoria da Constituição

- 9.1. O sistema constitucional
- 9.2. A norma constitucional. Especificidade. Distinção entre princípios e preceitos.
- 9.3. Os princípios constitucionais. Caracterização e funcionalidade. Conflito de princípios. A unidade hierárquico-normativa da Constituição.
- 9.4. Classificação das normas constitucionais.
- 9.5. Classificação das normas constitucionais quanto à eficácia. As diferentes propostas. O problema da efetividade da Constituição.
- 9.6. As disposições transitórias. A força normativa do Preâmbulo.
- 9.7. O problema das lacunas constitucionais. Integração e aplicação das normas constitucionais.
- 9.8. A interpretação da Constituição. Especificações.
- 9.9. Os métodos de interpretação constitucional.
- 9.10. A supremacia da constituição e as suas garantias.

Bibliografia Básica:

- MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 37 ed. São Paulo: Malheiros, 2014.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral de Estado**. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia Complementar:

- ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Teoria Geral do Estado**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional: E teoria da constituição**. 5 ed. Coimbra: Almedina, 2002.
- FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de teoria geral do Estado e ciência política**. 8 ed.. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 29 ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

Disciplina: Direito Penal I – Parte Geral	
Carga horária: 66 horas	3º período

Ementa:

O Direito Penal no contexto social. Evolução das idéias penais. Conceito de Direito Penal. Fontes do Direito Penal. Interpretação da lei penal. Da aplicação da lei penal. Teoria jurídica do delito. Teoria do crime. Teoria da conduta. Resultado. Teoria do tipo. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Relação de causalidade. Ilicitude. Causas de exclusão da ilicitude.

Competências e Habilidades:

Domínio de temas típicos da doutrina e jurisprudência, bem como temas atuais, conforme assinalados na doutrina contemporânea, nos exames da Ordem dos Advogados do Brasil e nos exames de ingresso às carreiras públicas.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. Introdução ao Direito Penal
 - 1.1 Conceito e caracteres do Direito Penal
 - 1.2 Objeto e funções do Direito Penal
 - 1.3 Relações com os demais ramos do Direito

2. Evolução das Idéias Penais
 - 2.1 Evolução histórica das idéias penais
 - 2.2 Escolas penais
 - 2.3 Evolução do Direito Penal no Brasil

3. Princípios penais de garantia

4. Fontes do Direito Penal
 - 4.1 Fonte de produção da lei penal

4.2 Fontes de conhecimento da lei penal

5. Norma e Lei Penal

5.1 Conceito e caracteres da norma penal

5.2 Norma penal em branco

5.3 Interpretação da lei penal

5.4 Costume, analogia e interpretação analógica

6 Aplicação da Lei Penal

6.1 Lei penal no tempo

6.2 Lei penal no espaço

6.3 Lei penal em relação às pessoas

6.4 Eficácia da sentença penal estrangeira

6.5 Contagem de prazo penal

7. Teoria Jurídica do Delito

7.1 Noções gerais

7.2 Conceito formal, material e analítico de crime

7.3 Conceito de conduta

7.3.1 Teorias da conduta

7.3.2 Ausência de conduta

7.3.3 Crimes comissivos e crimes omissivos

7.4 Resultado

7.4.1 Classificação de crimes quanto ao resultado

7.5 Teoria do tipo

7.5.1 Evolução histórica

7.5.2 Funções do tipo penal

7.5.3 Tipo e tipicidade

7.5.4 Fases de evolução da tipicidade

7.5.5 Dolo e culpa

7.5.6 Modalidades legais de tipos

7.5.7 Tipicidade conglobante

7.6 Relação de causalidade

8. Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica

9. Ilicitude ou Antijuridicidade

9.1 Conceito

9.2 Ilicitude formal e ilicitude material

9.3 Causas de exclusão de ilicitude

9.4 Estado de necessidade

9.5 Legítima defesa

9.6 Exercício regular de direito

9.7 Estrito cumprimento do dever legal

9.8 Teoria do consentimento do ofendido

Bibliografia Básica:

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal**: parte geral arts.1º a 120 do cp. 30 ed. São Paulo: Atlas, 2014. v.1.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. vol. 1. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Direito penal: parte geral**. 35.ed.. São Paulo: Saraiva, 2014 v.1.

Bibliografia Complementar:

FRAGOSO, Heleno Claudio. **Lições de Direito Penal**. 14 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. vol. 1. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GRECO, Rogerio. **Curso de Direito Penal – Parte Geral**. vol. 1. 16. ed. Niterói: Impetus, 2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro: Parte geral**. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MASSON, Cleber. **Direito Penal esquematizado– vol. 1, 2 – Parte Geral**. 8ª ed. 2014. Método.

Disciplina: Direito do Consumidor	
Carga horária: 66 horas	3º período

Ementa:

Fundamentos Básicos do Direito do Consumidor O Código de Defesa do Consumidor. Práticas Comerciais e Proteção Contratual. Defesa do Consumidor.

Competências e Habilidades:

Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina, e de outras fontes do Direito do Consumidor, bem como a relação de conceitos e aplicações de proteção do consumidor com as exigências sociais e seus reflexos no mundo jurídico.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia:

Aulas expositivas (com ou sem apoio audiovisual); dinâmicas em grupos; leituras orientadas; elaboração e produção de textos; interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. Fundamentos Básicos do Direito do Consumidor

- 1.1 Raízes do Consumo
- 1.2 Consumo: Cortes Europeias
- 1.3 Consumo: Modismo
- 1.4 Proteção do Consumidor
- 1.5 Sentido histórico
- 1.6 Proteção do Consumidor: Evolução no Brasil
- 1.7 Conceito de Consumidor
 - 1.7.1 Consumidor Stricto Sensu
 - 1.7.2 Coletividade de Consumidores
 - 1.7.3 Aplicação Extensiva do Conceito de Consumidor - Víctima do Evento, Equiparação de Consumidor diante das Práticas Comerciais e da Proteção Contratual
- 1.8 Conceito de fornecedor

2. O Código de Defesa do Consumidor

- 2.1 Política Nacional de relações de consumo
- 2.2 Sistema Nacional de Defesa do Consumidor
- 2.3 Direitos básicos do consumidor
- 2.4 Da proteção à saúde e segurança do consumidor
- 2.5 Da responsabilidade pelo fato do produto e serviço
- 2.6 Da responsabilidade por vício do produto e serviço
- 2.7 Da desconsideração da personalidade jurídica
- 2.8 Prescrição e decadência

3. Práticas Comerciais e Proteção Contratual

- 3.1 Da oferta
- 3.2 Da publicidade
- 3.3 Das práticas abusivas
- 3.4 Da cobrança de dívidas
- 3.5 Dos bancos de dados e cadastro de consumidores
- 3.6 Ordem contratual do Código de Defesa do Consumidor
 - 3.6.1 Proteção contratual
 - 3.6.2 Disposições gerais
 - 3.6.3 Cláusulas abusivas
 - 3.6.4 Contratos de adesão
- 3.7 Os reflexos da boa-fé objetiva na ordem contratual do Código Consumerista
- 3.8 Modificação e a revisão do contrato no Código de defesa do consumidor

4. Defesa do Consumidor

- 4.1 Sanções administrativas
- 4.2 Inflações penais
- 4.3 Defesa do consumidor em juízo
- 4.4 Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos
- 4.5 Ação Civil Pública e o Código de defesa do Consumidor

4.6 Coisa julgada

4.7 Recursos

Bibliografia Básica:

BARROS, Flávio Monteiro de. **Manual de Direito do Consumidor**. São Paulo - SP, Rideel, 2011. (biblioteca virtual)

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**. O novo regime das relações contratuais. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de Direitos do Consumidor**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar:

KHOURI, Paulo Roberto Roque Antonio. **Direito do Consumidor: contratos, responsabilidade civil e defesa do consumidor em juízo**. 3.ed.. Sao Paulo: Atlas, 2006.

MIRAGEM, Bruno. **Direito do Consumidor: fundamentos do direito do consumidor, direito material e processual do consumidor, proteção administrativa do consumidor, direito penal do consumidor**. 4 ed. São Paulo: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2013.

LUCCA, Newton de. **Direito do Consumidor: Aspectos práticos perguntas e respostas**. 2 ed. Bauru, SP: Edipro, 2000.

FONSECA, Antonio Cezar Lima da. **Direito Penal do Consumidor: código de defesa do consumidor e lei nº 8.137/90**. 2.ed.. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção, TARTUCE, Fábio. **Manual de Direito do Consumidor – Direito Material e Processual**. Vol. Único 3ª Ed. 2014.

Disciplina: Direito Constitucional: Direitos Fundamentais	
Carga horária: 66 horas	3º período

Ementa:

Hermenêutica Constitucional (Normas *versus* Princípios); Limites do Poder de Reforma; Dos direitos e garantias fundamentais; Remédios Constitucionais; Nacionalidade; Direitos Políticos; Dos Partidos Políticos, Organização do Estado; União Federal; Estados-Membros e Repartição de Competências; Intervenção.

Competências e Habilidades:

Domínio da terminologia do direito constitucional, compreensão do fenômeno jurídico constitucional, bem como o desenvolvimento do raciocínio jurídico crítico, a pesquisa e fundamentação das questões judiciais e extrajudiciais.

Sistema de Avaliação:

Provas bimestrais de caráter discursivo, na qual serão consideradas o domínio da língua, a organização lógica das idéias e o conteúdo da exposição. Trabalhos em equipe em sala de aula, sobre tema previamente determinado com leitura dirigida e fichamento; Seminários em grupo, no entanto, com avaliação individual; Frequência e participação em debates suscitados sobre temas polêmicos nas aulas expositivas.

Metodologia de Ensino:

- a) Aulas expositivas;
 - b) Discussão sobre leitura dirigida;
- Análises de casos concretos.

Conteúdo Programático:

1. Hermenêutica Constitucional (Normas versus Princípios):

Visão panorâmica da interpretação Constitucional; Princípios Constitucionais; Normas Constitucionais; Normas versus Princípios; Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

2. Limites do Poder de Reforma:

Limitações ao poder de reforma constitucional; emendas constitucionais; cláusulas pétreas.

3. Dos direitos e garantias fundamentais:

Localização; evolução (gerações); diferenciação entre direitos e garantias; características; abrangência; direitos individuais e coletivos; Reforma do Judiciário (EC nº 45/04) e Direitos Humanos; direito à vida; princípio da igualdade; princípio da legalidade; proibição de tortura (art. 5º, III); liberdade de manifestação de pensamentos (art. 5º, IV e V); liberdade de consciência, crença e culto (art. 5º, VI a VIII); Liberdade de atividade intelectual, artística, científica ou de comunicação e indenização em caso de dano (art. 5º, IX e X); Inviolabilidade domiciliar (art. 5º, XI); Sigilo de correspondência e comunicações (art. 5º, XII); Liberdade de profissão (art. 5º, XIII); Liberdade de informação (art. 5º, XIV e XXXIII); Liberdade de locomoção (art. 5º, XV e LXI); Direito de reunião (art. 5º, XVI); Direito de associação (art. 5º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI); Direito de propriedade (art. 5º, XXII, XXIII, XXIV, XXV e XXVI); Propriedade intelectual (art. 5º, XXVII, XXVIII e XIX); Direito de petição e obtenção de certidões (art. 5º, XXXIV); Princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV); Limites à retroatividade da lei (art. 5º, XXXVI); Princípio do juiz natural ou legal (art. 5º, XXXVII e LIII); Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII); Segurança jurídica em matéria criminal (art. 5º, XXXIX a LXVII); Legalidade e anterioridade da lei penal incriminadora; Práticas discriminatórias, crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia e crimes inafiançáveis e imprescritíveis; Regras constitucionais sobre as penas; Direitos assegurados aos presos; Regras sobre extradição;

Presunção de inocência; Regras sobre a prisão; Identificação criminal; Ação penal privada subsidiária da pública; Devido processo legal, contraditório e ampla defesa (art. 5.º, LIV e LV); Provas ilícitas (art. 5.º, LVI); Erro judiciário (art. 5.º, LXXV); Tratados internacionais na Emenda Constitucional nº 45.

4. Remédios Constitucionais:

Habeas corpus (art. 5.º, LXVIII); Mandado de segurança (art. 5.º, LXIX); Mandado de segurança coletivo (art. 5.º, LXX); Mandado de injunção (art. 5.º, LXXI); Habeas data (art. 5.º, LXXII); Ação popular (art. 5.º, LXXIII).

5. Nacionalidade:

Conceito; Espécies de nacionalidade e critérios para a sua aquisição; Brasileiro nato; Brasileiro naturalizado; Breves noções introdutórias; Naturalização ordinária; Naturalização extraordinária; Portugueses; Distinções entre brasileiros natos e naturalizados; Perda da nacionalidade; Cancelamento da naturalização; Aquisição de outra nacionalidade; Reaquisição da nacionalidade brasileira perdida.

6. Direitos Políticos:

Noções introdutórias; Soberania popular, nacionalidade, cidadania, sufrágio e voto; Direito político positivo (direito de sufrágio); Direitos políticos negativos; Privação dos direitos políticos – perda e suspensão; Perda dos direitos políticos (ares. 15, I e IV e 12, § 4.º, II); Suspensão dos direitos políticos (art. 15, II, III e V); Reaquisição dos direitos políticos perdidos ou suspensos;

7. Dos Partidos Políticos:

Conceito; Imposições constitucionais.

8. Organização do Estado:

Conceito genérico, Noções preliminares; Estado unitário; Estado unitário puro; Estado unitário descentralizado administrativamente; Estado unitário descentralizado administrativa e politicamente; Federação; Características comuns a toda Federação; Federação brasileira; Federação na CF/88.

9. União Federal:

Conceito genérico; União Federal; Capital Federal; Bens da União; Competências da União Federal; Competência não legislativa (administrativa ou material); Competência legislativa.

10. Estados-Membros:

Conceito; Formação dos Estados-Membros; Bens dos Estados-Membros; Competências dos Estados-Membros.

11. Repartição de Competências:

Competências administrativa e legislativa; Competência da União, Estados-membros, municípios e Distrito Federal; . Classificação das competências.

12. Intervenção:

Intervenção Federal; Alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004; Espécies de intervenção federal; Decretação e execução da intervenção federal; Controle exercido pelo Congresso Nacional; Afastamento das autoridades envolvidas; Intervenção estadual; Hipóteses de intervenção estadual e intervenção federal nos Municípios localizados em territórios federais; Decretação e execução da intervenção estadual; Controle exercido pelo Legislativo; Afastamento das autoridades envolvidas.

Bibliografia Básica:

TEMER, Michel. **Elementos de Direito Constitucional**. 24.ed.. São Paulo: Malheiros, 2014.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 37 ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

Bibliografia Complementar:

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 22.ed.. São Paulo: Malheiros editores, 2006.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional**. 5 ed. Coimbra: Almedina, 2002.

FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo ; FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. **Resumo de Direito Constitucional**. 18 ed.. São Paulo: Malheiros, 2014. (Coleção 10).

LEÃO, Adroaldo ; PAMPLONA FILHO, Rodolfo (Coords.). **Direitos Constitucionalizados**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado** – 18ª Ed. 2014. Saraiva.

Disciplina: Teoria Geral do Processo	
Carga horária: 66 horas	3º período

Ementa:

Direito e processo. Princípios processuais constitucionais e princípios gerais do Direito processual civil. Institutos fundamentais do Direito processual civil. Norma processual civil. A estrutura judiciária nacional. Institutos fundamentais do direito processual. Processo e procedimento. Sujeitos dos processos: partes, juiz e auxiliares da justiça. Advogado. Ministério público. Atos processuais.

Competências e Habilidades:

Compreensão dos institutos fundamentais do direito processual e aplicação de seus princípios em conformidade com a constituição federal.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. Direito e Processo

1.1. Noções Fundamentais

1.1.1. Teoria Geral do Processo: conteúdo e objetivos

1.1.2. Sociedade e Direito

1.1.3. Da autotutela à jurisdição

1.1.4. Autotutela, autocomposição e arbitragem

1.1.5. O princípio da "*nulla poena sine iudicio*"

1.2. Direito Processual: Noções Gerais

1.2.1. Direito Material e Direito Formal

1.2.2. Denominação do Direito Processual

1.2.3. Divisão do Direito Processual

1.2.4. Evolução histórica.

2. Princípios Processuais Constitucionais e Princípios Gerais do Direito Processual Civil

2.1. Princípios Gerais

2.2. Processo e Constituição

2.3. Tutela Constitucional

3. Norma Processual Civil

3.1. Conceito

3.2. Natureza

3.3. Espécies

3.4. Fontes

3.5. Eficácia da lei no tempo e no espaço

3.6. Sistemas

3.7. Interpretação e Integração da lei

4. A Estrutura Judiciária Nacional

4.1. Funções

4.2. Estrutura

4.3. Independência

4.4. Garantias

1.1.1.1.1.

5. Institutos Fundamentais do Direito Processual Civil

5.1. Competências

5.1.1. Critérios

5.1.2. Espécies

5.1.3. Competência Absoluta e Relativa

5.1.4. Prorrogação

5.1.5. Conexão e Continência

5.1.6. Desaforamento

5.1.7. Prevenção e Perpetuação

5.2. Ação

5.2.1. Conceito

5.2.2. Natureza Jurídica

5.2.3. Classificação

5.2.4. Ação Civil e Ação Penal

5.3. Jurisdição

5.3.1. Conceito

5.3.2. Natureza

5.3.3. Características

5.3.4. Princípios Fundamentais

5.3.5. Espécies e Limites

5.3.6. Jurisdição Civil e Penal

5.3.7. Jurisdição contenciosa e voluntária

6. Processo e Procedimento

6.1. Distinção

6.2. Processo: natureza jurídica, sujeitos, relação jurídica.

6.3. Processo de conhecimento, execução e cautelar

6.4. Procedimento: sistemas, tipos

7. Sujeito do Processo

8. Atos Processuais

8.1. Conceito

8.2. Classificação

Bibliografia Básica:

CINTRA, Antonio Carlos de Araujo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Candido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 30 ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

WAMBIER, Luiz Rodrigues ; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de ; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo e processo** de conhecimento. 10.ed.. São Paulo: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2008. v.1.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do** direito processual civil e **processo** de conhecimento. 55.ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2014. v.1.

Bibliografia Complementar:

MARQUES, José Frederico. **Manual de Direito Processual Civil: teoria geral do processo** civil. 5.ed.. Sao Paulo: Saraiva, 1977. v.1.
SILVA, José Milton da. **Teoria Geral do Processo**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro: teoria geral do processo** a auxiliares da justiça. 23.ed. v.1. São Paulo: Saraiva, 2013.
GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. **Direito processual civil: teoria geral do processo, processo** de conhecimento e recursos. v.1. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
MARINONI, Luiz Guilherme. **Teoria Geral do Processo**. 8.ed.. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. v.1.

Disciplina: Direito Civil I: Teoria Geral do Direito Civil	
Carga horária: 66 horas	3º período

Ementa:

Relação jurídica. Personalidade. Pessoa natural. Pessoa jurídica. Objeto da relação jurídica. Fato Jurídico. Negócio jurídico.

Competências e Habilidades:

Desenvolvimento do raciocínio lógico e da reflexão crítica acerca dos temas básicos de Direito Civil, segundo significativas alterações legislativas. Estudo sistemático do Código Civil Brasileiro. Exame dos artigos correlatos. Estudo da doutrina. Exame dos casos concretos. Estudo comparativo entre a doutrina e a jurisprudência.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. Relação Jurídica

- 1.1. Conceito
- 1.2. Caracterização
- 1.3. Elementos
- 1.4. Classificação

2. Personalidade

- 2.1. Conceito
- 2.2. Sujeitos de direito
- 2.3. Existência e duração da personalidade
- 2.4. Direitos da personalidade
 - 2.4.1. Conceito
 - 2.4.2. Classificação

3. Pessoa Natural

- 3.1. Capacidade e incapacidade
- 3.2. Os absolutamente incapazes
- 3.3. Os relativamente incapazes
- 3.4. Proteção aos incapazes – representação; assistência
- 3.5. Maioridade e emancipação
- 3.6. Individualização da Pessoa Natural
 - 3.6.1. O nome civil
 - 3.6.2. O estado das pessoas - político, familiar e individual
 - 3.6.3. Caracteres do estado
 - 3.6.4. Ações de estado
 - 3.6.5. O domicílio
 - 3.6.6. Elementos essenciais do domicílio
 - 3.6.7. Caracteres do domicílio
 - 3.6.8. Espécies de domicílio
- 3.7. Ausência

4. Pessoa Jurídica

- 4.1. Conceito
- 4.2. Natureza -teorias
- 4.3. Classificação
- 4.4. Existência e extinção das pessoas jurídicas
- 4.5. Grupos não personalizados

5. Objeto da Relação Jurídica

- 5.1. Noção de bem
- 5.2. prestação
- 5.3. patrimônio
- 5.4. Classificação dos bens

6. Fato Jurídico

- 6.1. Noção
- 6.2. Classificação

6.3. Efeitos - aquisição, conservação, transferência, modificação e extinção dos direitos

7. Negócio Jurídico

7.1. Conceito

7.2. Elementos essenciais

7.2.1. Capacidade do agente

7.2.2. Objeto

7.2.3. Causa

7.2.4. Forma

7.2.5. Consentimento

Bibliografia Básica:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. Teoria geral do direito civil. Vol. 1. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições De Direito Civil**: Introdução ao direito civil, teoria geral de direito civil. 27 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

VENOSA, Silvio Salvo. **Direito Civil**. Parte geral Vol.1. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar:

GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil**. 15 ed. Rio de Janeiro. Ed. Forense, 2000.

RÃO, Vicente. **Ato Jurídico**. 4 ed. São Paulo. Ed. Revista do Tribunais, 1997.

DINIZ, Maria Helena. **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada**. 12.ed.. São Paulo: Saraiva, 2007.

LISBOA, Roberto Senise. **Manual de Direito Civil**. Vols. 1, 8ª Ed. 2013.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Vol. 1, 12ª Ed. 2014. Saraiva

Disciplina: Direito Civil II: Parte Geral	
Carga horária: 66 horas	4º período

Ementa:

Análise e compreensão de textos e documentos mediante a utilização do raciocínio lógico, argumentação, persuasão e reflexão crítica, para identificar e solucionar problemas bem como a interpretação do Direito Civil e sua aplicação no âmbito individual e social.

Competências:

Responsabilidade Civil. Obrigação de indenizar. Aspectos da Antijuricidade. Ato Ilícito. Pressupostos e elementos. Culpa. Imputabilidade. Dano. Delito civil e delito penal. Responsabilidade Objetiva. Responsabilidade Subjetiva. Responsabilidade Estatal. Ação de Indenização.

Conteúdo Programático:**2 Da Responsabilidade Civil****2.1 Obrigação de indenizar****2.1.1 Aspectos da antijuricidade****2.1.2 Ato ilícito****2.1.3 Pressupostos e elementos****2.1.4 Culpa. Imputabilidade. Dano****2.1.5 Delito civil e delito penal****2.1.6 Responsabilidade delitual civil****2.1.7 Ação de indenização****2.1.8 Responsabilidade objetiva****2.1.9 Responsabilidade subjetiva****2.1.10 Responsabilidade estatal****Metodologia de Ensino:**

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Metodologia de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Atividades:

- Introdução ao Estudo da Responsabilidade Civil;
- Responsabilidade civil, moral e criminal;
- Pressupostos da Responsabilidade;
- Imputabilidade e responsabilidade sem culpa;
- Dano – conceito e requisitos / dano patrimonial / dano emergente e lucros;
- Dano patrimonial direto e indireto / lesão a direitos de personalidade /
- Dano estético / lesão à integridade intelectual e moral / lesados indiretos
- Dano moral / dano moral direto e indireto / reparação do dano moral /
- Nexo de causalidade e imputabilidade / causas excludentes
- Espécies de responsabilidade / efeitos da responsabilidade civil / modos de reparação
 - PROVA
- Devolutiva da prova / Espécies de responsabilidade
- Espécies de responsabilidade / âmbito de ressarcimento do dano moral / responsabilidade contratual e extracontratual
- Forma de reparação da ofensa à honra / delitos contra a dignidade sexual
- Titulares da ação ressarcitória / devedores da indenização - Liquidação do dano

- Modalidades de liquidação do dano / garantia da indenização / seguro obrigatório
- Responsabilidade por fato próprio e complexa / Responsabilidade por fato de terceiro
- Responsabilidade do tutor e do curador / do empregador e do comitente
- Responsabilidade do hoteleiro, do dono de educandário, do locador de

Bibliografia Básica:

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil:** parte geral. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

VENOSA, Silvio Salvo. **Direito Civil.** Vol. 2. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro.** Vol. 2. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar:

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil:** Fontes das obrigações: contratos - declaração unilateral de vontade - responsabilidade civil. 21 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil.** Vol 2 e 3. 11 ed. E 12 ed. São Paulo. Saraiva, 2014.

FIUZA, César. **Direito Civil:** curso completo. 17 ed.. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

LISBOA, Roberto Senise. **Manual de Direito Civil. Vols. 1,.** 8ª Ed. 2013.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro. Vol. 1,** 12ª Ed. 2014. Saraiva

Disciplina: Direito Constitucional II: Organização do Estado	
Carga horária: 66 horas	4º período

Ementa:

Controle de Constitucionalidade; Poder Legislativo; Processo Legislativo; Função Fiscalizadora; Poder Judiciário; Das funções essenciais à Justiça; Da defesa do Estado e das instituições democráticas; Da ordem social; Da educação, cultura; desporto e meio ambiente; Família; Tutela da criança e do adolescente, idoso e índios; Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I – Controle de Constitucionalidade:

Critério da distinção entre rigidez e flexibilidade constitucional; conceito do controle de constitucionalidade; natureza do ato inconstitucional; formas de controle; controle judiciário; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade; ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental; a

inconstitucionalidade por ação e por omissão; Da ação direta de inconstitucionalidade interventiva e da ação de executoriedade de lei federal, à luz da Reforma do Poder Judiciário (EC n. 45/2004).

UNIDADE II - *Divisão Orgânica do Poder – “Tripartição de Poderes”:*

Noções introdutórias; Noções Filosóficas (Aristóteles e Montesquieu); Princípio da indelegabilidade dos Poderes.

UNIDADE III – *Poder Legislativo:*

Estrutura do Poder Legislativo; Estrutura do Poder Legislativo federal; Estrutura do Poder Legislativo estadual, municipal, distrital e dos territórios federais; Atribuições do Congresso Nacional; Câmara dos Deputados; Competências privativas da Câmara dos Deputados; Senado Federal; Competências privativas do Senado Federal; Das reuniões; Sessão legislativa; Hipóteses de convocação extraordinária; Reunião em sessão conjunta; Sessão preparatória e mesas diretoras; Das comissões parlamentares; Comissões Parlamentares; Parlamentares Municipais, Estaduais e Federais; Imunidades parlamentares; Incompatibilidades e impedimentos dos parlamentares federais; Perda do mandato.

UNIDADE IV – *Processo Legislativo:*

Processo legislativo – Art. 59 CF; Emenda Constitucional; Lei Complementar; Lei Ordinária; Lei Delegada; Medida Provisória; Decreto Legislativo; Resolução; Esquema do processo legislativo; Fase iniciativa; Fase constitutiva; Fase complementar.

UNIDADE V – *Função Fiscalizadora:*

Tribunal de Contas da União; Tribunal de Contas Estadual, Distrital e Municipal;

UNIDADE VI – *Poder Judiciário:*

Funções do Poder Judiciário; Jurisdição; Reforma promovida pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004; O controle externo do Judiciário; Súmulas Vinculantes; Estatuto da magistratura; Garantias do Judiciário; Garantias institucionais do Judiciário; Garantias funcionais do Judiciário; Estrutura do Judiciário; Justiças: comum e especial; Organograma do Poder Judiciário; Quinto constitucional; Características gerais dos órgãos do Poder Judiciário; Supremo Tribunal Federal (STF); Superior Tribunal de Justiça (STJ); Tribunais Regionais Federais (TRF's) e Juízes Federais; Tribunais e Juízes do Trabalho; Competência da Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional nº 45; Tribunais e Juízes Eleitorais; Tribunais e juízes militares; Tribunais e Juízes dos Estados; Tribunais e Juízes do Distrito Federal e Territórios; Dos precatórios.

UNIDADE VII – *Das funções essenciais à Justiça:*

Ministério Público; Definição; Alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004; Organização; Chefe do Ministério Público; Princípios institucionais; Garantias do Ministério Público; Impedimentos; Funções institucionais do Ministério Público; Ministério Público junto ao Tribunal de Contas; Advocacia pública; Advocacia Geral da União; Procuradoria Geral dos Estados e Distrito Federal; Advocacia; Defensoria Pública.

UNIDADE VIII – *Da defesa do Estado e das instituições democráticas:*

Estado de defesa; Hipóteses de decretação do estado de defesa; Procedimento; Estado de sítio; Hipóteses de decretação do estado de sítio; Medidas coercitivas; Forças Armadas; Regras gerais; Ministério da Defesa; Segurança Pública; Aspectos gerais; Polícias da União; Polícias dos Estados; Polícias do Distrito Federal; Polícias dos Territórios; Polícias dos Municípios.

UNIDADE IX – *Da ordem social:*

Noções introdutórias; Da seguridade social; Da saúde; Da previdência social; Da assistência social.

UNIDADE X – *Da educação, cultura; desporto e meio ambiente:*

Da educação; Da cultura; Do desporto; do meio ambiente.

UNIDADE XI – *Família; Tutela da Criança e do adolescente, idoso e índios.*

UNIDADE XII – *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Metodologia de ensino:

- c) Aulas expositivas;
- d) Discussão sobre leitura dirigida;
- e) Análises de casos concretos.

Metodologia de Avaliação:

- a) Provas bimestrais de caráter discursivo, na qual serão consideradas o domínio da língua, a organização lógica das idéias e o conteúdo da exposição.
- b) Trabalhos em equipe em sala de aula, sobre tema previamente determinado com leitura dirigida e fichamento;
- c) Seminários em grupo, no entanto, com avaliação individual;
- d) Frequência e participação em debates suscitados sobre temas polêmicos nas aulas expositivas.

Conteúdo Programático:

- Apresentação da matéria, metodologia de ensino e avaliação. Explicações sobre o site do professor.
- Hermenêutica Constitucional (Neoconstitucionalismo).
- Direitos e garantias fundamentais. Introdução ao tema. Localização; evolução (gerações); diferenciação entre direitos e garantias; características; abrangência; direitos individuais e coletivos.
- Reforma do Judiciário (EC nº 45/04) e Direitos Humanos. Dimensões dos direitos fundamentais.
- legalidade; proibição de tortura (art. 5º, III); liberdade da manifestação de pensamentos (art. 5º, IV e V).
- Liberdade de consciência, crença e culto (art. 5º, VI a VIII); Liberdade de atividade intelectual, artística, científica ou de comunicação e indenização em caso de dano (art. 5º, IX e X); Inviolabilidade domiciliar (art. 5º, XI).
- Sigilo de correspondência e comunicações (art. 5º, XII); Liberdade de profissão (art. 5º, XIII); Liberdade de informação (art. 5º, XIV e

XXXIII); Liberdade de locomoção (art. 5.º, XV e LXI); Direito de reunião (art. 5.º, XVI).

- Direito de associação (art. 5.º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI); Direito de propriedade (art. 5.º, XXII, XXIII, XXIV, XXV e XXVI); Propriedade intelectual (art. 5.º, XXVII, XXVIII e XIX); - Direito de petição e obtenção de certidões (art. 5.º, XXXIV).

- Princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5.º, XXXV); Limites à retroatividade da lei (art. 5.º, XXXVI); Princípio do juiz natural ou legal (art. 5.º, XXXVII e LIII); Tribunal do Júri (art. 5.º, XXXVIII).

- Regras constitucionais sobre as penas; Direitos assegurados aos presos; Regras sobre extradição; Presunção de inocência; Regras sobre a prisão; Identificação criminal; Ação penal privada subsidiária da pública; Devido processo legal. Contraditório e ampla defesa (art. 5.º, LIV e LV); Provas ilícitas (art. 5.º, LVI); Erro judiciário (art. 5.º, LXXV); Princípio da Razoável Duração do Processo (art. 5º, LXXVIII) e Tratados internacionais na Emenda - - - Constitucional nº 45.

- Prova Parcial.

- Remédios Constitucionais. Mandado de injunção (art. 5.º, LXXI).

- Mandado de segurança (art. 5.º, LXIX). Mandado de segurança coletivo (art. 5.º, LXX).

- Habeas corpus (art. 5.º, LXVIII).

Bibliografia Básica:

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 29 ed. São Paulo: Atlas. 2013

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 37 ed. São Paulo: Malheiros. 2014.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 44 ed. 2010

Bibliografia Complementar:

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora**. 7 ed. São Paulo: Saraiva. 2009.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 29 ed. São Paulo: Malheiros. 2014.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional**. 5 ed. Coimbra: Almedina. 2002.

NOVELINO, Marcelo. **Manual de Direito Constitucional**. Vol. Único 9ª Ed. São Paulo. Método, 2014

PADILHA, Rodrigo. **Direito Constitucional**. 4ª Ed. 2014. Método

Disciplina: Direito Penal II: Parte Geral	
Carga horária: 66 horas	4º período

Ementa:

Culpabilidade. Excludentes de culpabilidade. Erro de tipo e erro de proibição. Etapas de realização do delito. Crime consumado. Tentativa. Concurso de pessoas. Concurso de delitos. História e evolução das penas. Modalidades e regimes de cumprimento de penas. Aplicação da pena. Concurso de crimes. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação. Medidas de segurança. Extinção a punibilidade.

Conteúdo Programático:

Culpabilidade. Excludentes de culpabilidade. .Erro de tipo e erro de proibição. Etapas de Realização do Delito. Crime consumado. Crime tentado. Estrutura do crime tentado. Crime impossível. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior. Concurso de Pessoas. Concurso de Delitos. Unidade e pluralidade de condutas ou ações. Concurso formal. Concurso material ou real. Crime continuado. História e Evolução das Penas. Conceito, princípios e modalidades de penas. Regimes de cumprimento de pena. Privativas de liberdade. Restritivas de direito. Pecuniárias. Aplicação da Pena. Conceito de individualização da pena. Fixação da pena-base. Agravantes e atenuantes. Limites das penas. Suspensão Condicional da Pena. Modalidades. Requisitos. Revogação. Livramento Condicional. Requisitos. Revogação. Efeitos da Condenação. Genéricos. Específicos. Reabilitação. Medidas de Segurança. Extinção da Punibilidade

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Metodologia de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

SEMANA	ATIVIDADES / ASSUNTOS
1 ^a	Culpabilidade. Excludentes de culpabilidade
2 ^a	Erro de tipo e erro de proibição.
3 ^a	Etapas de Realização do Delito
4 ^a	Crime consumado. Crime tentado. Seminário em classe.
5 ^a	Estrutura do crime tentado
6 ^a	Crime impossível
7 ^a	Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior
8 ^a	Concurso de Pessoas. Concurso de Delitos. Avaliação bimestral.
9 ^a	Unidade e pluralidade de condutas ou ações. Concurso formal. Concurso material ou real. Crime continuado.
10 ^a	História e Evolução das Penas. Conceito, princípios e modalidades de

	penas. Regimes de cumprimento de pena.
11 ^a	Privativas de liberdade. Restritivas de direito. Pecuniárias.
12 ^a	Aplicação da Pena. Conceito de individualização da pena. Fixação da pena-base. Seminário em classe.
13 ^a	Agravantes e atenuantes.
14 ^a	Limites das penas. Suspensão Condicional da Pena. Modalidades. Requisitos.
15 ^a	Revogação. Livramento Condicional.
16 ^a	Requisitos. Revogação. Efeitos da Condenação. Genéricos. Específicos Avaliação bimestral.
17 ^a	Reabilitação. Medidas de Segurança.
18 ^a	Extinção da Punibilidade
19 ^a	Avaliação final
20 ^a	Resultados

Bibliografia Básica:

MIRABETE, Júlio Fabrini. **Manual de Direito Penal**. Vol. I. 30 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 37 ed. São Paulo: Malheiros. 2014.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. vol. 1. 16 ed. Niterói: Impetus, 2014.

Bibliografia Complementar:

BRANDÃO, Claudio. **Teoria Jurídica do Crime**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

FRAGOSO, Heleno Claudio. **Lições de Direito Penal**. 14 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. vol. 1. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GOMES, Luiz Flavio. **Direito Penal**. vols. 1 e 2. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**: Parte geral. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

Disciplina: Direito Administrativo I: Administração Pública e Atos Administrativos

Carga horária: 66 horas

4º período

Ementa:

Direito administrativo: Noções introdutórias. Princípios gerais informativos. Poderes administrativos. Ato administrativo. Organização Administrativa da União, Estado e Municípios. Poder da polícia. Servidores públicos. Domínio público. Intervenção do estado na propriedade e atuação no domínio público. Controle da administração pública.

Organização da administração pública brasileira: Federal, Estadual e Municipal. Responsabilidade civil do estado.

Competências e Habilidades:

Análise e compreensão das normas sobre a administração pública brasileira e a importância do direito administrativo para o equilíbrio social em relação ao referencial teórico-metodológico, bem como à “práxis” administrativa da máquina estatal.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. Direito Administrativo: Noções Introdutórias

- 1.1. Direito, Sociedade e Estado
- 1.2. Estado, Poder e Direito
- 1.3. Personalidade estatal
- 1.4. Direito Público e Direito Privado
- 1.5. Conceito de Direito Administrativo
- 1.6. Fontes do Direito Administrativo: lei, jurisprudência, Costume, Princípios gerais do Direito.

2. Princípios Gerais Informativos

- 2.1. Princípio da Finalidade
- 2.2. Princípio da auto-executoriedade
- 2.3. Princípio da autotutela
- 2.4. Princípio da especialidade
- 2.5. Princípio da continuidade
- 2.6. Princípio da isonomia
- 2.7. Princípio da presunção de verdade e legitimidade do ato administrativo
- 2.8. Princípio da indisponibilidade do interesse público
- 2.9. Princípio do poder-dever do administrador
- 2.10. Princípio da discricionariedade
- 2.11. Princípio da vinculação do ato administrativo aos motivos determinantes
- 2.12. Princípio da hierarquia

3. Poderes Administrativos

- 3.1. Introdução
- 3.2. Distinção Entre Poderes Políticos e Poderes Administrativos
- 3.3. Os Poderes Administrativos: Classificação
- 3.4. Poder Vinculado
- 3.5. Poder Discricionário
- 3.6. Poder Hierárquico
- 3.7. Poder Disciplinar
- 3.8. Poder Regulamentar
- 3.9. Poder de Polícia
 - 3.9.1. Noções e Conceito
 - 3.9.2. Limitações
 - 3.9.3. Atributos
 - 3.9.4. Modos (Meios) de Atuação
 - 3.9.5. Condições de Validade
 - 3.9.6. Espécies

4. Ato Administrativo

- 4.1. Conceito
- 4.2. Requisitos de validade
- 4.3. Atributos
- 4.4. Classificação
- 4.5. Invalidação
- 4.6. Ato Disciplinar
 - 4.6.1. Conceito
 - 4.6.2. Natureza
 - 4.6.3. Requisitos
 - 4.6.4. Atributos
 - 4.6.5. Motivação

5. Organização Administrativa da União, Estado e Municípios...

6. O Poder da Polícia

7. Servidores Públicos

- 7.1. Função Pública
- 7.2. Agentes Públicos
- 7.3. Espécies de Agentes Públicos
- 7.4. Distinção entre Cargo Público e Função Pública
- 7.5. Direito do Titular do Cargo Público
- 7.6. Seleção de Pessoal para Trabalhar na Seara Pública
- 7.7. Concurso
- 7.8. Provimento
- 7.9. Nomeação
- 7.10. Estágio Experimental ou Probatório
- 7.11. Estabilidade
- 7.12. Posse
- 7.13. Exercício
- 7.14. Vacância
- 7.15. Exoneração
- 7.16. Demissão
- 7.17. Aposentadoria
- 7.18. Institutos Peculiares do Regime Jurídico Estatutário
- 7.19. Direitos do titular do cargo
- 7.20. Deveres dos Funcionários
- 7.21. Responsabilidades e Penalidades
- 7.22. Processo Disciplinar
- 7.23. Acumulação de Cargos
- 7.24. Estatutário X Justiça do Trabalho

8. Domínio Público

- 8.1. Noções Gerais
- 8.2. Patrimônio Público
 - 8.2.1. Noção:
 - 8.2.2. Conceito
 - 8.2.3. Administração de Bens Públicos
 - 8.2.4. Classificação dos Bens.
 - 8.2.5. Regime Jurídico Relativo aos Bens Públicos: Origem da Dominialidade
 - 8.2.6. Aquisição dos Bens Públicos
 - 8.2.7. Formas de Utilização dos Bens Públicos por Terceiros
 - 8.2.8. Formas de Alienação de Bens Públicos
 - 8.2.9. Titularidade dos Bens Públicos
 - 8.2.10. Afetação e Desafetação
 - 8.2.11. Os Bens Públicos do Estado Brasileiro
 - 8.2.12. Patrimônio Histórico

9. Intervenção do Estado na Propriedade e Atuação no Domínio Público

- 9.1. Noção Introdutória
- 9.2. Formas de Atuação no Domínio Econômico
- 9.3. Monopólio
- 9.4. Repressão ao Abuso do Poder Econômico
- 9.5. Controle de Abastecimento
- 9.6. Tabelamento de Preços
- 9.7. Intervenção na Propriedade Privada
 - 9.7.1. Conceito
 - 9.7.2. Meios interventivos

10. Controle da Administração Pública

- 10.1. Da importância do controle
- 10.2. Controle Administrativo
 - 10.2.1. Processo Administrativo: hierarquia e disciplina
 - 10.2.2. Processo e procedimento
 - 10.2.3. O processo administrativo e suas espécies
 - 10.2.4. Princípios do processo administrativo
 - 10.2.5. Fases do processo administrativo
 - 10.2.6. Modalidades do processo administrativo
 - 10.2.7. Processo administrativo disciplinar
 - 10.2.8. Meios sumários
 - 10.2.9. Autoridades competentes para aplicação das sanções disciplinares
 - 10.2.10. Classificação das punições disciplinares
 - 10.2.11. Recursos e cancelamento das punições
- 10.3. Controle Legislativo
- 10.4. Controle Judiciário

11. Organização da Administração Pública Brasileira: Federal, Estadual e Municipal

- 11.1. A Administração Federal
- 11.2. Administração Direta e Indireta
- 11.3. Os princípios fundamentais da Administração Pública Federal
- 11.4. Órgãos dirigentes da Administração federal
- 11.5. Órgãos de assessoramento
- 11.6. Outros órgãos e entes de cooperação
- 11.7. Estrutura da Administração pública estadual direta e indireta
- 11.8. As políticas públicas catarinenses
- 11.9. Organização Administrativa Municipal
 - 11.9.1. A Lei orgânica do Município
 - 11.9.2. A Administração Municipal
 - 11.9.3. A relação União / Estado / Município / Sociedade

12. Responsabilidade Civil do Estado

12.1. Fundamentos da responsabilidade do Estado

12.2. Teoria da culpa administrativa

12.3. Teoria do risco administrativo

12.4. Teoria do risco integral

Bibliografia Básica:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 27 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 31 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 40 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

Bibliografia Complementar:

CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de Direito Administrativo**. 18 ed. São Paulo: Forense, 2006.

SILVA, Lauri Romário. **Direito Administrativo I - Caxias do Sul, RS, EducS**, 2013. (biblioteca virtual)

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. **Curso de Direito Administrativo**. 5 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ALEXANDRINO, Marcelo, VICENTE, Paulo. **Direito Administrativo Descomplicado**. 22ª Ed. 2014. Método.

Disciplina: Direito Empresarial I: Parte Geral Sociedade	
Carga horária: 66 horas	4º período

Ementa:

Desenvolvimento histórico do direito comercial. Caracterização do comerciante e dos atos de comércio. Teoria da empresa. Obrigações do empresário. Estabelecimento. Teoria Geral do Direito Societário. Classificação das sociedades comerciais. Sociedades do Código Civil. Sociedade Limitada. Sociedade anônima. Grupos societários. Empresa pública. Sociedade de economia mista. Sociedade Cooperativa.

Competências e Habilidades:

Utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina, e de outras fontes do Direito, além do equacionamento de problemas em harmonia com as exigências sociais, visando o reconhecimento dos variados institutos que compõem o direito empresarial, bem como um posicionamento crítico sobre as recentes modificações ocorridas na legislação brasileira.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser

constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. Desenvolvimento histórico do direito comercial
 - 1.1. Direito comercial na Antigüidade
 - 1.2. O desenvolvimento da mercancia na Idade Média
 - 1.3. A transição do subjetivismo para o objetivismo
 - 1.4. As perspectivas de transformação

2. Caracterização do comerciante e dos atos de comércio
 - 2.1. Noção do comerciante e dos atos de comércio
 - 2.2. sistemas legislativos e conceituação
 - 2.3. Comerciante e atos de comércio no Direito brasileiro

3. Teoria da empresa
 - 3.1. Conceituação
 - 3.2. Natureza jurídica
 - 3.3. Distinção entre empresa, comerciante e estabelecimento
 - 3.4. Capacidade empresarial

4. Obrigações do empresário
 - 4.1. O registro empresarial
 - 4.2. A disciplina dos livros empresariais

5. Estabelecimento
 - 5.1. Conceituação
 - 5.2. Natureza jurídica
 - 5.3. Elementos
 - 5.4. Título de estabelecimento
 - 5.5. Trespasse

6. Teoria Geral do Direito Societário
 - 6.1 Distinção entre sociedade, associação e fundação
 - 6.2 Distinção entre sociedade empresária e sociedade simples
 - 6.3 A condição jurídica do sócio
 - 6.4 Natureza jurídica do contrato social
 - 6.5 Elementos básicos do contrato social
 - 6.6 Capital social
 - 6.7 Sociedades unipessoais
 - 6.8 Sociedades irregulares
 - 6.9 Dissolução e liquidação das sociedades
 6. 10 Transformação, Fusão, Cisão e Incorporação
 6. 11 Desconsideração da Personalidade Jurídica

7. Classificação das sociedades comerciais

7.1. Classificação de acordo com a *affectio societatis*

7.2. Classificação de acordo com a responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais

8. Sociedades do Código Civil

8.1. Sociedade em nome coletivo

8.2. Sociedade de capital e indústria

8.3. Sociedade em comandita simples

8.4. Sociedade em conta de participação

8.5. Sociedade em comum

8.6. Sociedade Simples

9. Sociedade Limitada

9.1. Noção histórica

9.2. Características gerais

9.3. Aplicação subsidiária das normas da Sociedade Simples

9.4. Noção de quota

9.5. Direitos e deveres dos sócios

9.6. Limites de responsabilidade dos sócios

9.7. Administração

9.8. Conselho Fiscal

9.9. Capital Social

9.10. Assembléia ou reunião

9.11. Dissolução parcial

10. Sociedade Anônima

10.1. Evolução histórica

10.2. Natureza e Características

10.3. Caráter Institucional

10.4. Ações

10.5. Demais valores mobiliários

10.6. Constituição

10.7. Órgãos sociais

10.8. Regime jurídico dos administradores

10.9. Poder de controle

10.10. Dissolução e liquidação

10.11. Movimentos Societários

11. Grupos societários

11.1. Sociedades coligadas, controladoras e controladas

11.2. Grupos de sociedades

11.3. Consórcio

12. Empresa pública

12.1. Características gerais

12.2. Finalidade lucrativa

12.3. Extinção

13. Sociedade de economia mista

14. Sociedade Cooperativa

Bibliografia Básica:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. Vol. 1, 2 3. 18 ed. e 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial**. 30 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

Bibliografia Complementar:

GONCALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa: comentários aos artigos 966 a 1.195 do código civil**. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

BULGARELLI, Waldirio. **Direito comercial**. 14.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BULGARELLI, Waldirio **Fusões, incorporações e cisões de sociedades**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VALLE, Anco Márcio. **Estudos de direito comercial, econômico e falimentar**. Rio de Janeiro: Idéia jurídica, 2001.

RAMOS, André Luiz Santa. **Direito Empresarial Esquematizado**. 4ª Ed. 2014. Metodo.

Disciplina: Educação Inclusiva	
Carga horária: 66 horas	4º período

1. EMENTA

Conhecer, analisar e refletir sobre as abordagens e as tendências da educação inclusiva em direção a uma prática transformadora que possibilite a construção do conhecimento e a participação deste aluno na escola, na família e na sociedade. Diversidade. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Raça e Etnia. Educação para as Relações Étnico Raciais. Educação em Direitos Humanos.

2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I: Educação inclusiva

1.1 - Exclusão, integração e inclusão

- 1.2 - A deficiência no contexto histórico
- 1.3 - Educação Inclusiva no Brasil
- 1.4 - Aspectos legais I
- 1.5 - Aspectos legais II
- 1.6 - Bullying e Resiliência
- 1.7 - Deficiência e alunos com necessidades educacionais especiais I
- 1.8 - Deficiência e alunos com necessidades educacionais especiais II
- 1.9 - Condutas Típicas e Superdotação
- 1.10 - Educar na Diversidade
- 1.11 - O Currículo como Forma de Inclusão
- 1.12 - Acessibilidade

Unidade II: Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

- 2.1 - Transtorno do Espectro Autista
- 2.2 - Síndrome de Asperger

Unidade III: Educação para as Relações Étnico Raciais

- 3.1 - A Historicidade e a Constituição da Subjetividade I
- 3.2 - A Historicidade e a Constituição da Subjetividade II
- 3.3 - Raça e Etnia
- 3.4 - Ideologia e Racismo
- 3.5 - Distorções Históricas e a Construção do Mito da Democracia Racial
- 3.6 - Ideal e Formas de Branqueamento

Unidade IV: Educação em Direitos Humanos

- 4.1 - Direitos Humanos
- 4.2 - Declaração Universal dos Direitos Humanos

2.1.1.1. METODOLOGIA

- Aulas dialógicas, com ênfase na visão crítico-reflexiva.
- Leituras orientadas, visando ao desenvolvimento da leitura crítico-reflexiva do aluno e à sua capacidade de construir o próprio conhecimento.
- Leituras orientadas e comentadas pelo professor de artigos e revistas sobre assuntos relacionados com a disciplina, permitindo aos alunos a discussão de problemas atuais, na perspectiva dos conhecimentos teóricos da educação inclusiva através de fóruns e chats de discussão.
- Sugestão de filmes, como forma de reflexão sobre o conteúdo programático.

- Atividades de reflexão sobre a prática educacional a partir da problemática apresentada disciplina, utilizando a ferramenta fórum, como auxílio na construção coletiva do conhecimento.
- Pesquisas realizadas pela internet e biblioteca..

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM COM INSTRUMENTOS APLICADOS

Será considerado aprovado o aluno que obtiver média aritmética superior a 6,0 (seis) na somatória de instrumentos avaliativos determinados pelo professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PADILHA, Maria Lunardi; OLIVEIRA, Ivone Martins de. **Educação para todos: as muitas faces da inclusão escolar**. Campinas, SP, Papirus, 2014

ALMARIO, Alan; SOARES, Camila. Juntos e Misturados: Refletindo inclusão na escola, São Paulo-SP, Edição do autor, 2015;

De Carvalho Rocha, Rosa Margarida. **Educação Das Relações Étnico-raciais - Pensando Referenciais Para A Organização da Prática Pedagógica**. São Paulo: Mazza Edições, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

_____. Resolução No. 1, de 17 de junho de 2004, do CNE/MEC, que "institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana".

Rodrigues, Rosiane. Nós do Brasil - Estudos Das Relações Étnico-raciais. São Paulo: Moderna, 2013

MIRANDA, Claudia (Org.). Bibliografia básica sobre relações raciais e educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 141 p. (Coleção Políticas da Cor).

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez., 1996. (Diversos autores)

OLIVEIRA, Iolanda (org.). Negro e educação 4: linguagens, educação, resistências, políticas públicas. São Paulo: ANPED, 2007. 336 p.

Disciplina: Direito Administrativo II: Contratos, Licitações e Processos

Carga horária: 66 horas

5º período

Ementa:

Direito administrativo: Noções introdutórias. Princípios gerais informativos. Poderes administrativos. Ato administrativo. Organização Administrativa da União, Estado e Municípios. Poder da polícia. Servidores

públicos. Domínio público. Intervenção do estado na propriedade e atuação no domínio público. Controle da administração pública. Organização da administração pública brasileira: Federal, Estadual e Municipal. Responsabilidade civil do estado.

Competências e Habilidades:

Análise e compreensão das normas sobre a administração pública brasileira e a importância do direito administrativo para o equilíbrio social em relação ao referencial teórico-metodológico, bem como à “práxis” administrativa da máquina estatal.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

13. Direito Administrativo: Noções Introdutórias

- 13.1. Direito, Sociedade e Estado
- 13.2. Estado, Poder e Direito
- 13.3. Personalidade estatal
- 13.4. Direito Público e Direito Privado
- 13.5. Conceito de Direito Administrativo
- 13.6. Fontes do Direito Administrativo: lei, jurisprudência, Costume, Princípios gerais do Direito.

14. Princípios Gerais Informativos

- 14.1. Princípio da Finalidade
- 14.2. Princípio da auto-executoriedade
- 14.3. Princípio da autotutela
- 14.4. Princípio da especialidade
- 14.5. Princípio da continuidade
- 14.6. Princípio da isonomia
- 14.7. Princípio da presunção de verdade e legitimidade do ato administrativo
- 14.8. Princípio da indisponibilidade do interesse público
- 14.9. Princípio do poder-dever do administrador
- 14.10. Princípio da discricionariedade
- 14.11. Princípio da vinculação do ato administrativo aos motivos

determinantes

14.12.Princípio da hierarquia

15. Poderes Administrativos

15.1. Introdução

15.2. Distinção Entre Poderes Políticos e Poderes Administrativos

15.3. Os Poderes Administrativos: Classificação

15.4. Poder Vinculado

15.5. Poder Discricionário

15.6. Poder Hierárquico

15.7. Poder Disciplinar

15.8. Poder Regulamentar

15.9. Poder de Polícia

15.9.1. Noções e Conceito

15.9.2. Limitações

15.9.3. Atributos

15.9.4. Modos (Meios) de Atuação

15.9.5. Condições de Validade

15.9.6. Espécies

16. Ato Administrativo

16.1. Conceito

16.2. Requisitos de validade

16.3. Atributos

16.4. Classificação

16.5. Invalidação

16.6. Ato Disciplinar

16.6.1. Conceito

16.6.2. Natureza

16.6.3. Requisitos

16.6.4. Atributos

16.6.5. Motivação

Organização Administrativa da União, Estado e Municípios...

17. O Poder da Polícia

18. Servidores Públicos

- 18.1. Função Pública
- 18.2. Agentes Públicos
- 18.3. Espécies de Agentes Públicos
- 18.4. Distinção entre Cargo Público e Função Pública
- 18.5. Direito do Titular do Cargo Público
- 18.6. Seleção de Pessoal para Trabalhar na Seara Pública
- 18.7. Concurso
- 18.8. Provimento
- 18.9. Nomeação
- 18.10. Estágio Experimental ou Probatório
- 18.11. Estabilidade
- 18.12. Posse
- 18.13. Exercício
- 18.14. Vacância
- 18.15. Exoneração
- 18.16. Demissão
- 18.17. Aposentadoria
- 18.18. Institutos Peculiares do Regime Jurídico Estatutário
- 18.19. Direitos do titular do cargo
- 18.20. Deveres dos Funcionários
- 18.21. Responsabilidades e Penalidades
- 18.22. Processo Disciplinar
- 18.23. Acumulação de Cargos
- 18.24. Estatutário X Justiça do Trabalho

19. Domínio Público

- 19.1. Noções Gerais
- 19.2. Patrimônio Público
 - 19.2.1. Noção:
 - 19.2.2. Conceito
 - 19.2.3. Administração de Bens Públicos
 - 19.2.4. Classificação dos Bens.
 - 19.2.5. Regime Jurídico Relativo aos Bens Públicos: Origem da Dominialidade
 - 19.2.6. Aquisição dos Bens Públicos
 - 19.2.7. Formas de Utilização dos Bens Públicos por Terceiros
 - 19.2.8. Formas de Alienação de Bens Públicos
 - 19.2.9. Titularidade dos Bens Públicos
 - 19.2.10. Afetação e Desafetação
 - 19.2.11. Os Bens Públicos do Estado Brasileiro
 - 19.2.12. Patrimônio Histórico

20. Intervenção do Estado na Propriedade e Atuação no Domínio Público

- 20.1. Noção Introdutória
- 20.2. Formas de Atuação no Domínio Econômico
- 20.3. Monopólio
- 20.4. Repressão ao Abuso do Poder Econômico
- 20.5. Controle de Abastecimento
- 20.6. Tabelamento de Preços
- 20.7. Intervenção na Propriedade Privada
 - 20.7.1. Conceito
 - 20.7.2. Meios interventivos

21. Controle da Administração Pública

- 21.1. Da importância do controle
- 21.2. Controle Administrativo
 - 21.2.1. Processo Administrativo: hierarquia e disciplina
 - 21.2.2. Processo e procedimento
 - 21.2.3. O processo administrativo e suas espécies
 - 21.2.4. Princípios do processo administrativo
 - 21.2.5. Fases do processo administrativo
 - 21.2.6. Modalidades do processo administrativo
 - 21.2.7. Processo administrativo disciplinar
 - 21.2.8. Meios sumários
 - 21.2.9. Autoridades competentes para aplicação das sanções disciplinares
 - 21.2.10. Classificação das punições disciplinares
 - 21.2.11. Recursos e cancelamento das punições
- 21.3. Controle Legislativo
- 21.4. Controle Judiciário

22. Organização da Administração Pública Brasileira: Federal, Estadual e Municipal

- 22.1. A Administração Federal
- 22.2. Administração Direta e Indireta
- 22.3. Os princípios fundamentais da Administração Pública Federal
- 22.4. Órgãos dirigentes da Administração federal
- 22.5. Órgãos de assessoramento
- 22.6. Outros órgãos e entes de cooperação
- 22.7. Estrutura da Administração pública estadual direta e indireta
- 22.8. As políticas públicas catarinenses
- 22.9. Organização Administrativa Municipal
 - 22.9.1. A Lei orgânica do Município
 - 22.9.2. A Administração Municipal
 - 22.9.3. A relação União / Estado / Município / Sociedade

23. Responsabilidade Civil do Estado

- 23.1. Fundamentos da responsabilidade do Estado
- 23.2. Teoria da culpa administrativa
- 23.3. Teoria do risco administrativo
- 23.4. Teoria do risco integral

Bibliografia Básica:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanela. **Direito Administrativo**. 27 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 31 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 40 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

Bibliografia Complementar:

CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de Direito Administrativo**. 18 ed. São Paulo: Forense, 2006.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. **Curso de Direito Administrativo**. 5 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 12.ed.. São Paulo: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2008.

ALEXANDRINO, Marcelo, VICENTE, Paulo. **Direito Administrativo Descomplicado**. 22ª Ed. 2014. Método.

Disciplina: Direito Penal III: Parte Especial	
Carga horária: 66 horas	5º período

Ementa:

Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra os costumes. Crimes contra a família. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública.

Competências e Habilidades:

Compreensão da parte geral e especial do Código Penal e da legislação especial, com vistas à identificação da tipicidade (subjéctiva e objectiva), dos aspectos subjéctivos e objectivos (sujeitos e bem jurídico) de cada tipo penal, bem como da respectiva pena e acção penal.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de actividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:**1. Crimes Contra a Pessoa**

- 1.1. Crimes contra vida
- 1.2. Lesões corporais
- 1.3. Periclitações da vida e da saúde
- 1.4. Da Rixa
- 1.5. Crimes contra a honra
- 1.6. Crimes contra a liberdade individual
- 1.7. Crimes contra a liberdade pessoal

2. Crimes Contra o Patrimônio

- 2.1. Furto
- 2.2. Roubo e extorsão
- 2.3. Usurpação
- 2.4. Dano
- 2.5. Apropriação indébita
- 2.6. Estelionato e outras fraudes
- 2.7. Receptação
- 2.8. Imunidade nos crimes contra o patrimônio

3. Crimes Contra a Propriedade Imaterial**4. Crimes Contra o Sentimento Religioso e Contra o Respeito aos Mortos****5. Crimes Contra os Costumes****6. Crimes Contra a Família**

- 6.1. Crimes contra o casamento
- 6.2. Crimes contra o estado de filiação
- 6.3. Crimes contra a assistência familiar
- 6.4. Crimes contra a saúde pública

7. Crimes Contra a Paz Pública**8. Crimes Contra a Fé Pública**

- 8.1. Moeda falsa
- 8.2. Falsidade de títulos e outros papéis públicos
- 8.3. Falsidade documental
- 8.4. Outras falsidades

Bibliografia Básica:

GRECO, Rogerio. **Curso de Direito Penal** – Parte Especial. 11. ed. Niterói: Impetus, 2014.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal: parte geral arts.1º a 120 do cp.** 30.ed. São Paulo: Atlas, 2014. v.2.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. vol.2. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

Bibliografia Complementar:

FRAGOSO, Heleno Claudio. **Lições de Direito Penal**. 14 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro: Parte geral**. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. vol. 2. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MASSON, Cleber. **Direito penal esquematizado – vol. 2**. 6ª Ed. 2014. Método

ESTEFAM, André. **Direito Penal – vol. 2**. 2 Ed. 2012. Saraiva.

Disciplina: Direito Processual Civil I:Processo de Conhecimento	
Carga horária: 66 horas	5º período

Ementa:

Prazos processuais. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo de conhecimento. Procedimento ordinário. Procedimento sumário. Teoria geral das provas.

Competências e Habilidades:

Equacionamento de problemas em harmonia com as exigências sociais, inclusive mediante o emprego de meios extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos, percepção do fenômeno jurídico em suas formas de expressão cultural e interpretação do Direito e sua aplicação no âmbito individual e social.

Domínio do texto legal, com o manuseio e acompanhamento do Código de Processo Civil e leis esparsas relacionadas ao CPC, leitura de livros e artigos recomendados e raciocínio lógico jurídico.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. Prazos Processuais

- 1.1 Prazos, verificação e penalidades
- 1.2 Comunicação dos atos processuais
- 1.3 Atos fora da circunscrição e comarca
- 1.4 Citação: conceito, espécies, efeitos, pessoalidade, repetição e renovação
- 1.5 Intimação: conceito, forma e efeitos
- 1.6 Vícios do ato processual: nulidades
- 1.7 Valor da causa e impugnação

2. Formação, Suspensão e Extinção do Processo

- 2.1 Formação do processo: início e modificação do pedido e causa de pedir
- 2.2 Suspensão do processo
- 2.3 Extinção do processo com e sem resolução do mérito

3. Processo de Conhecimento

- 3.1 Procedimento ordinário
 - 3.1.1 Petição inicial: requisitos, emenda e indeferimento
 - 3.1.2 Despacho da petição inicial
 - 3.1.3 Pedido: espécies
 - 3.1.4 Tutela antecipada: conceito e hipóteses de antecipação da tutela
 - 3.1.5 Tutela antecipatória e tutela cautelar
 - 3.1.6 Atitudes do réu
 - 3.1.7 Reconhecimento da procedência do pedido
 - 3.1.8 Defesas do réu: contestação, exceções e reconvenção
 - 3.1.9 Contestação: preliminares e mérito
 - 3.1.10 Exceções: incompetência, impedimento e suspeição
 - 3.1.11 Reconvenção
 - 3.1.12 Revelia e seus efeitos
 - 3.1.13 Do julgamento conforme o estado do processo
 - 3.1.14 Do julgamento antecipado da lide
 - 3.1.15 Das audiências: de conciliação e de instrução e julgamento
 - 3.1.16 Ação declaratória incidental
 - 3.1.17 Teoria geral das provas: conceito, finalidade, objeto e ônus
 - 3.1.18 Fatos que não dependem de prova
 - 3.1.19 Poder probatório do juiz
 - 3.1.20 Meios de prova: depoimento pessoal, confissão, exibição de documento ou coisa, documental, testemunhal, pericial, inspeção judicial
 - 3.1.21 Prova emprestada
 - 3.1.22 Prova ilícita
 - 3.1.23 Sentença: conceito, função, requisitos, efeitos, vícios, classificação
 - 3.1.24 Coisa julgada: conceito e limites
 - 3.1.25 Relativização da coisa julgada
- 3.2 Procedimento sumário
 - 3.2.1 Hipóteses de cabimento do procedimento sumário
 - 3.2.2 Petição inicial
 - 3.2.3 Audiências: de conciliação e de instrução e julgamento
 - 3.2.4 Resposta do réu

3.2.5 Sentença

Bibliografia Básica:

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Vol. 1. 55 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. Vol. 1. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

Bibliografia Complementar:

ALVIM, Arruda. **Direito Processual Civil**. 12 ed. São Paulo: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2008. V.1. 350 p. (Estudos e Pareceres).

MARTINS, Sergio Pinto. **Instituições de direito público e privado**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BARROSO, Darlan - Manual de Direito Processual Civil I: teoria geral e processo de conhecimento. Barueri, SP, Manole, 2007 (biblioteca virtual)

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil – Esquematizado**. 4ª Ed. 2014. Saraiva.

HARTMANN, Rodolfo Kronemberg. **Curso Completo de Processo Civil**. Impetus.

Disciplina: Direito Civil III:Obrigações	
Carga horária: 66 horas	5º período

Ementa:

Direito das obrigações. Conceitos. Modalidades. Da transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações. Da responsabilidade civil.

Competências e Habilidades:

Análise e compreensão de textos e documentos mediante a utilização do raciocínio lógico, argumentação, persuasão e reflexão crítica, para identificar e solucionar problemas bem como a interpretação do Direito Civil e sua aplicação no âmbito individual e social.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

1 Direito das Obrigações

- 1.1 Noções preliminares
- 1.2 Posição do direito das obrigações
- 1.3 Importância e características

2 Conceitos

- 2.1 Elementos constitutivos
- 2.2 Defeitos reais e pessoais
- 2.3 Fontes das obrigações

3 Modalidades

- 3.1 Das obrigações de dar
 - 3.1.1 Conceitos
 - 3.1.2 Obrigações de dar coisa certa
 - 3.1.3 Destino das obrigações em face do perecimento ou deterioração
 - 3.1.4 Atribuição de risco
 - 3.1.5 Acessório e melhoramentos da coisa em face da obrigação de dar
 - 3.1.6 Das obrigações de dar coisa incerta
 - 3.1.7 Direito de escolha nas obrigações de dar coisa incerta
- 3.2 Das obrigações de fazer
 - 3.2.1 Conceito
 - 3.2.2 Espécies
 - 3.2.3 Conseqüências do descumprimento
 - 3.2.4 Impossibilidade da prestação
 - 3.2.5 Prestação somente pelo devedor (infungível)
 - 3.2.6 Da execução das obrigações de fazer em geral
- 3.3 Das obrigações de não fazer
 - 3.3.1 Conceito
 - 3.3.2 Espécies
 - 3.3.3 Noções gerais
 - 3.3.4 Princípios legais
 - 3.3.5 Impossibilidade do cumprimento
 - 3.3.6 Do inadimplemento
- 3.4 Das obrigações alternativas
 - 3.4.1 Conceitos e características
 - 3.4.2 Da escolha e seus efeitos
 - 3.4.3 Da impossibilidade ou inexigibilidade de uma das prestações
 - 3.4.4 Da impossibilidade de todas as prestações
- 3.5 Das obrigações facultativas
 - 3.5.1 Conceito
 - 3.5.2 Noções preliminares
 - 3.5.3 Diferenciação e semelhança com as obrigações alternativas
- 3.6 Das obrigações divisíveis e indivisíveis
 - 3.6.1 Conceito
 - 3.6.2 Noções gerais
 - 3.6.3 Espécies
 - 3.6.4 Da indivisibilidade em relação às várias modalidades de obrigações

- 3.7 Das obrigações solidárias
 - 3.7.1 Disposições gerais
 - 3.7.2 Conceito e característica
 - 3.7.3 Da solidariedade ativa
 - 3.7.4 Da solidariedade passiva
 - 3.7.5 Do direito de regresso
 - 3.7.6 Da renúncia das solidariedades
 - 3.7.7 Do inadimplemento das obrigações solidárias

4 Da Transmissão das Obrigações

- 4.1 Da cessão de crédito
- 4.2 Conceito
- 4.3 Objetivo
- 4.4 Formas
- 4.5 Notificação do devedor
- 4.6 Responsabilidade do cedente
- 4.7 Da assunção da dívida

5 Do Adimplemento e Extinção as Obrigações

- 5.1.1 Do pagamento
- 5.1.2 Conceito
- 5.1.3 De quem deve pagar
- 5.1.4 O objetivo do pagamento e a prova do pagamento
- 5.1.5 O lugar do pagamento
- 5.1.6 Do tempo de pagamento
- 5.2 Do pagamento em consignação
 - 5.2.1 Conceito
 - 5.2.2 Requisitos
 - 5.2.3 Casos em que se justifica
 - 5.2.4 Levantamento do depósito
 - 5.2.5 Processo
- 5.3 Do pagamento com sub-rogação
 - 5.3.1 Conceito. Natureza jurídica
 - 5.3.2 Espécie, utilidades.
- 5.4 Da implantação do pagamento
 - 5.4.1 Conceito e requisito
- 5.5 Da dação em pagamento
 - 5.5.1 Conceito. Natureza jurídica
 - 5.5.2 Elementos
 - 5.5.3 Objetivos
- 5.6 Da novação
 - 5.6.1 Conceito e espécie
 - 5.6.2 Pressuposto
 - 5.6.3 Efeitos
- 5.7 Da compensação
 - 5.7.1 Conceito
 - 5.7.2 Pressuposto e vantagens
 - 5.7.3 Renúncia à compensação
 - 5.7.4 Disposições

- 5.8 Da confusão
- 5.8.1 Conceito
- 5.8.2 Espécie
- 5.9 Da remissão de dividas
- 5.9.1 Conceito
- 5.9.2 Natureza jurídica e formas

6 Do Inadimplemento das Obrigações

- 6.1 Disposições gerais
- 6.1.1 Regras gerais sobre o inadimplemento
- 6.1.2 Distinção entre caso fortuito e força maior
- 6.2 Da mora
- 6.2.1 Conceito
- 6.2.2 Espécie
- 6.2.3 Requisitos
- 6.2.4 Efeitos
- 6.2.5 Purgação de mora
- 6.3 Das perdas e danos
- 6.3.1 Conceito
- 6.3.2 Dano emergente e lucros cessantes
- 6.4 Dos juros legais
- 6.4.1 Conceito
- 6.4.2 Classificação
- 6.4.3 Juros compensatórios
- 6.4.4 Juros moratórios
- 6.5 Da clausula penal
- 6.5.1 Generalidades
- 6.5.2 Função da clausula penal
- 6.5.3 Espécies
- 6.5.4 Valor
- 6.5.5 Momento em que se torna devida
- 6.5.6 Nulidade
- 6.6 Das arras ou sinal de negocio
- 6.7 Da transação
- 6.7.1 Conceito
- 6.7.2 Natureza jurídica
- 6.7.3 Forma legal
- 6.7.4 Elementos
- 6.7.5 Objetivos e efeitos
- 6.8 Do compromisso
- 6.8.1 Conceito
- 6.8.2 Natureza jurídica
- 6.8.3 Vantagens
- 6.8.4 Compromisso e clausula compromissória
- 6.9 Dos atos unilaterais de vontade
- 6.9.1 Da promessa de recompensa
- 6.9.2 Da gestão de negócios
- 6.9.3 Do pagamento indevido
- 6.9.4 Enriquecimento sem causa

7 Da Responsabilidade Civil

7.1 Obrigação de indenizar

7.1.1 Aspectos da antijuricidade

7.1.2 Ato ilícito

7.1.3 Pressupostos e elementos

7.1.4 Culpa. Imputabilidade. Dano

7.1.5 Delito civil e delito penal

7.1.6 Responsabilidade delitual civil

7.1.7 Ação de indenização

7.1.8 Responsabilidade objetiva

7.1.9 Responsabilidade subjetiva

7.1.10 Responsabilidade estatal

Bibliografia Básica:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. Teoria geral do direito civil. Vol. 2. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil: Direito das obrigações**. 38.ed. e 40 ed. v.4 e 5, São Paulo: Saraiva, 2013.

VENOSA, Silvio Salvo. **Direito Civil**. Parte geral Vol.2. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar:

GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil**. 15 ed. Rio de Janeiro. Ed. Forense, 2000.

FERNANDES, Alexandre Cortez. **Direito Civil: obrigações**. Caxias do Sul - RS, Educus, 2010. (biblioteca virtual)

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições De Direito Civil: Introdução ao direito civil, teoria geral de direito civil**. 27 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

LISBOA, Roberto Senise. **Manual de Direito Civil. Vols. 2**. 7ª Ed. 2013.

Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro. Vol. 2**. 11ª Ed. 2014. Saraiva

Disciplina: Direito Empresarial II: Contratos e Títulos de Créditos	
Carga horária: 66 horas	5º período

Ementa:

Teoria Geral dos contratos empresariais. Caracterização dos contratos empresariais. Contratos em espécie. Propriedade industrial. Concorrência desleal. Teoria Geral dos Títulos de Crédito. Institutos Cambiários. Títulos em espécie.

Competências e Habilidades:

Utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina, e de outras fontes do Direito, além do equacionamento de problemas em harmonia com as exigências sociais, visando o reconhecimento dos variados institutos que

compõem o direito empresarial, bem como um posicionamento crítico sobre as recentes modificações ocorridas na legislação brasileira.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. Teoria Geral dos contratos empresariais

- 1.1 Autonomia da vontade
- 1.2 Fundamentos Constitucionais
- 1.3 Contratos Civis e contratos mercantis
- 1.4 Contratos mercantis e contratos de consumo

2. Caracterização dos contratos empresariais

3. Contratos em espécie

- 3.1 Contrato de alienação fiduciária em garantia
- 3.2 Contrato de representação mercantil
- 3.3 Contrato de distribuição
- 3.4 Contrato de mandato mercantil
- 3.5 Contrato de Franquia
- 3.6 Contratos Bancários
- 3.7 Contrato de faturização
- 3.8 Contrato de arrendamento mercantil

4. Propriedade industrial

- 4.1 Espécies
- 4.2 Proteção legal da propriedade industrial

5. Concorrência desleal

- 5.1 Concorrência leal genérica e específica
- 5.2 Tutela jurídica da concorrência desleal

6. Teoria dos Títulos de Crédito

- 8.1 Histórico
- 8.2 Noção
- 8.3 Características
- 8.4 Princípios

7. Institutos cambiários

- 9.1 Aceite
- 9.2 Aval
- 9.3 Protesto

- 9.4 Vencimento
- 9.5 Pagamento

- 8. Títulos em espécie
- 10.1 Letra de Câmbio
- 10.2 Nota Promissória
- 10.3 Duplicata
- 10.4 Cheque
- 10.3 Conhecimentos
- 10.4 Títulos Cambialiformes

Bibliografia Básica:

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. 15.ed.. São Paulo: Atlas, 2014. 827 p.
COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. 26.ed.. São Paulo: Saraiva, 2006. v.1

Bibliografia Complementar:

MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial**. 30 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. Vol. 1, 2 3. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
PAESANI, Liliana Minardi; VEIGA, Elisa Yamasaki. **Aplicação do novo código civil nos contratos empresariais: modelos contratuais empresariais**. Barueri, SP, Manole, 2004. (biblioteca virtual)
LAUTENSCHLEGER JÚNIOR, Nilson. **Os desafios propostos pela governança corporativa ao direito empresarial brasileiro: ensaio de uma reflexão crítica e comparada**. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2005.
RAMOS, André Luiz Santa. **Direito Empresarial Esquematizado**. 4ª Ed. 2014. Metodo.

Disciplina: Estudos Antropológicos e Sociológicos	
Carga horária: 66 horas	5º período

Ementa:

Estudo dos fenômenos da realidade política e social do Brasil, pelo enfoque da sociologia e da ciência política, a partir dos conteúdos: A Contextualização e o Contexto Histórico de Surgimento da Sociologia. As Diferentes Correntes Teóricas, Cidadania e democracia, Movimentos Sociais e Sociedades Complexas, Cultura e Identidade na Contemporaneidade e Diversidade Cultural e Lutas Democráticas.

Conteúdo programático:

- 1 - Contexto Histórico de Surgimento da Sociologia

- 1.1 O que Interessa aos Sociólogos e Antropólogos?
 - 1.2 Da Pré-Modernidade à Modernidade - do mito ao iluminismo
 - 1.3 As Revoluções Modernas: Industrial e Francesa
 - 1.4 O Advento da Internet (Rede Mundial de Computadores)
- 2 – As diferentes Correntes Teóricas
- 2.1 A Teoria Funcionalista- Émile Durkheim
 - 2.2 A Teoria Compreensiva – Max Weber
 - 2.3 A Teoria Marxista – Karl Marx
- 3 – Cidadania e Democracia
- 3.1 Contextualização histórica do conceito de Cidadania
 - 3.2 O Estado e a Sociedade Civil
- 4 – Movimentos Sociais e Sociedades Complexas
- 4.1 O que são Movimentos Sociais?
 - 4.2 Sociedades complexas e redes de Conhecimento
 - 4.3 Os Meios de comunicação de Massa e a Interação mundial
- 5 – Cultura e Identidade na Contemporaneidade
- 5.1 Como Pensar a Cultura? Cultura Popular e Cultura de Massa
 - 5.2 Identidade Cultural – respeito as diferenças
- 6 – Diversidade Cultural e Lutas Democráticas
- 6.1 A Diversidade Cultural, a questão da Exclusão e do Reconhecimento no debate contemporâneo
 - 6.2 Os Movimentos Emancipatórios da Contemporaneidade

Bibliografia Básica:

- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- COSTA, Cristina. **Sociologia: Introdução à ciência da sociedade.** 4 ed. São Paulo: Moderna, 2010
- MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia.** São Paulo: Brasiliense, 2013.

Bibliografia Complementar:

- PINSKY, Jaime; PINSKY Carla Bassanezi (org.). **História da cidadania.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008
- DIAS, Reinaldo. **Introdução à Sociologia.** São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2004. (biblioteca virtual)
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** 2ªed. São Paulo: Universidade de, 1998.
- MASI, Domenico de. **A sociedade pós-industrial.** 4 ed. São Paulo: SENAC, 2003.
- ARNAUD, André-Jean ; DULCE, Maria José Fariñas. **Introdução à análise sociológica dos sistemas jurídicos.** Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

Disciplina: Direito Penal IV:Legislação Especial

Carga horária: 66 horas

6º período

Ementa:

Crimes contra a Administração Pública. Contravenções penais. Leis penais extravagantes.

Competências e Habilidades:

Compreensão da parte especial do Código Penal e da legislação penal especial, com vistas à identificação da tipicidade (subjetiva e objetiva), dos aspectos subjetivos e objetivos (sujeitos e bem jurídico) de cada tipo penal, bem como da respectiva pena e ação penal.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. Crimes Contra a Administração Pública

- 1.1. Crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral
- 1.2. Crimes praticados por particular contra a administração em geral
- 1.3. Crimes contra a administração da Justiça

2. Legislação Especial

- 2.1. Contravenções penais
- 2.2. Entorpecentes.
- 2.3. Tortura.
- 2.4. Preconceito.
- 2.5. Lavagem de dinheiro.
- 2.6. Crimes contra a ordem tributária.
- 2.7. Abuso de autoridade.
- 2.8. Crimes contra o Meio Ambiente.
- 2.9. Crimes de Trânsito.
- 2.10. Estatuto do Desarmamento
- 2.11. Estatuto da Criança e do Adolescente

Bibliografia Básica

JESUS, Damásio Evangelista de. Direito penal: parte especial: dos crimes contra a pessoa e dos crimes contra o patrimônio. 33.ed.. São Paulo: Saraiva, 2014. v.2, 3 e 4.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. vols. 3 e 4. 12 e 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**. Vol. 3. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Bibliografia Complementar

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 11 ed.. São Paulo: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2014.

PRADO, Luiz Regis. **Direito Penal: parte especial arts. 121 a 196**. 2.ed.. São Paulo: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2008. v.2.

CUNHA, Rogério Sanches. **Direito penal: parte especial**. São Paulo: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2008. v.3. 479 p.

MASSON, Cleber. **Direito Penal esquematizado – vol. 3**. 4 ed. 2014. Método.

ESTEFAM, André. **Direito Penal – vol. 3**. 2 ed. 2013. Saraiva.

Disciplina: Direito Civil IV: Responsabilidade Civil	
Carga horária: 66 horas	6º período

Ementa:

Responsabilidade Civil. Da Culpa. Do Dano. Do Dano Material. Do Dano Moral. Causas Excludentes de Responsabilidade Civil. Responsabilidade Civil Subjetiva e Objetiva. Responsabilidade contratual. Responsabilidade extracontratual. Responsabilidade Civil por Ato Próprio. Responsabilidade civil por ato ou fato de terceiro. Responsabilidade civil pelo fato da coisa. Responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor. Liquidação do dano.

Competências e Habilidades:

Proporcionar o conhecimento acerca da responsabilidade civil contratual e extracontratual, visualizando a sua evolução doutrinária e jurisprudencial num contexto de reflexão crítica.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. Responsabilidade Civil
 - 1.1 Conceito
 - 1.2 Diferença entre responsabilidade civil e responsabilidade criminal
 - 1.3 Breve histórico da responsabilidade civil
 - 1.4 Espécies
 - 1.5 Pressupostos
2. Da Culpa
 - 2.1 Culpa *lato sensu* e culpa *strictu sensu*
 - 2.2 Espécies de culpa.
 - 2.3 Culpa contratual e extracontratual.
 - 2.4 Culpa *in eligendo*, *in vigilando* e *in custodiendo*
 - 2.5 Culpa presumida e culpa concorrente.
3. Do Dano
 - 3.1 Conceito
 - 3.2 Requisitos
 - 3.3 Espécies
4. Nexo de Causalidade
 - 4.1 Teorias
5. Dano Material
 - 5.1 Dano emergente e lucro cessante
 - 5.2 Titulares da ação de ressarcimento de dano material
 - 5.3 Da liquidação do dano material
6. Do Dano Moral
 - 6.1 Conceito
 - 6.2 Breve histórico
 - 6.3 Dano moral direto e indireto
 - 6.4 Bens lesados e configuração do dano moral
 - 6.5 Titulares da ação de reparação por dano moral
 - 6.6 A prova do dano moral
7. Causas excludentes de responsabilidade civil
 - 7.1 Estado de necessidade e legítima defesa
 - 7.2 Exercício regular de direito e estrito cumprimento do dever legal
 - 7.3 Caso fortuito, força maior e culpa exclusiva da vítima.
8. Responsabilidade civil subjetiva e objetiva
 - 8.1 Conceito
 - 8.2 Teoria do risco.
9. Responsabilidade civil por ato próprio
 - 9.1 Responsabilidade por calúnia, difamação e injúria.
 - 9.2 Responsabilidade por demanda de pagamento de dívida não vencida e já paga.
 - 9.3 Responsabilidade decorrente de abuso de direito.
 - 9.4 Responsabilidade decorrente do rompimento de noivado.
 - 9.5 Responsabilidade decorrente de ruptura do concubinato impuro.
 - 9.6 Responsabilidade entre cônjuges.
 - 9.7 Responsabilidade por dano ecológico ou ambiental.
 - 9.8 Responsabilidades por violação ao direito à própria imagem.
 - 9.9 Responsabilidade nos meios eletrônicos.
10. Responsabilidade por ato ou fato de terceiro.
 - 10.1 Resumo histórico.

- 10.2 Responsabilidade solidária das pessoas designadas no art. 932/CC.
- 10.3 Responsabilidade dos pais.
- 10.4 Responsabilidade dos tutores e curadores.
- 10.5 Responsabilidade dos empregadores ou comitentes pelos atos dos empregados.
- 10.6 Responsabilidade dos hoteleiros e estalajadeiros.
- 10.7 Responsabilidade dos educadores.
- 10.8 Responsabilidade dos que participaram no produto do crime.
- 11. Responsabilidade civil pelo fato da coisa
 - 11.1 Responsabilidade pela ruína do edifício.
 - 11.2 Responsabilidade resultante de coisas líquidas ou sólidas que caírem em lugar indevido.
 - 11.3 Responsabilidade em caso de arrendamento e de parceria rural.
 - 11.4 Responsabilidade das empresas locadoras de veículos.
 - 11.5 Responsabilidade em caso de arrendamento mercantil e alienação fiduciária.
- 12. Responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor.
 - 12.1 Responsabilidade do fornecedor no CDC
 - 12.2 Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço.
 - 12.3 Responsabilidade por vício do produto e do serviço.
- 13. Liquidação dos danos
 - 13.1 Liquidação por arbitramento
 - 13.2 Liquidação por artigos
 - 13.3 Critérios para fixação de valores
 - 13.4 Indenização em caso de homicídio, de lesão corporal grave ou leve.

Bibliografia Básica:

- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. Teoria geral do direito civil. Vol. 7. 28 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil: responsabilidade civil**. 20.ed. v.4. São Paulo: Saraiva, 2008.
- VENOSA, Silvio Salvo. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**, 14 ed. Vol 4, São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar:

- PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade Civil**. 9.ed.. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- DIAS, José de Aguiar. **Da Responsabilidade Civil**. 11.ed.. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- ARAÚJO, Vaneska Donato de [et al.]. **Responsabilidade Civil: direito civil**. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2008. v.5.
- LISBOA, Roberto Senise. **Manual de Direito Civil. Vols. 2**. 7ª Ed. 2013.
- Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro. Vol. 4**. 09ª Ed. 2014. Saraiva

Disciplina: Direito Empresarial III: Falência e Recuperação Judicial

Carga horária: 66 horas

6º período

Ementa:

Direito falimentar e recuperação de empresas. A Recuperação Judicial. Objetivo. Plano. Procedimento. A convocação da Recuperação Judicial em Falência. A Recuperação Extrajudicial. A homologação. O plano especial de Recuperação Judicial das Microempresas e das Empresas de Pequena Porte. A Recuperação Extrajudicial. A Falência - procedimento pré-falimentar. O regime jurídico da insolvência. O processo falimentar. Efeitos da falência. O procedimento de verificação e habilitação dos créditos. A classificação dos créditos. Os pedidos de restituição. A realização do ativo do devedor. Pagamento dos credores. Encerramento do processo falimentar. Direito Penal Falimentar.

Competências e Habilidades:

Utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina, e de outras fontes do Direito, além do equacionamento de problemas em harmonia com as exigências sociais, visando o reconhecimento dos variados institutos que compõem o direito empresarial, bem como um posicionamento crítico sobre as recentes modificações ocorridas na legislação brasileira.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:**1. TEORIA GERAL DO DIREITO FALIMENTAR****1.1 Noções gerais****1.2 Evolução histórica****1.3 Comentários sobre o Decreto-Lei nº 7.661/1945 e a Lei nº 11.101/2005 - principais inovações alterações****1.4 Conceitos: recuperação judicial, falência do empresário e da sociedade empresária****1.5 Natureza jurídica da Falência e da Recuperação Judicial****1.6 Regime jurídico da Insolvência****1.7 Princípios do regime de insolvência do agente econômico****2. Âmbito da incidência da Lei****2.1 Agente econômico devedor – Sujeição passiva****2.2 As pessoas que não se sujeitam ao Regime Jurídico da Lei nº 11.101/2005****2.3 Foro e Juízo competentes****3. O Juiz e o Ministério Público**

3.1 Competências – funções

4 Órgãos da Recuperação Judicial e da Falência – competências, funcionamento

- 4.1 O Administrador Judicial
- 4.2 A Assembléia Geral de Credores
- 4.3 O Comitê de Credores

5 Disposições comuns à recuperação judicial e à falência

- 5.1 Obrigações a título gratuito,
- 5.2 Despesas
- 5.3 Suspensão da prescrição
- 5.4 Suspensão de ações e execuções

6 Disposições comuns à recuperação judicial e à falência - Verificação e habilitação de créditos

- 6.1 Habilitação de créditos – formalização, impugnação
- 6.2 Verificação de créditos – julgamento, recurso, créditos ilíquidos
- 6.3 Quadro geral de credores
 - 6.3.1 Habilitação retardatária – consequências

7. A RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

- 7.1 Recuperação extrajudicial – requisitos
- 7.2 Créditos que envolve
- 7.3 O Plano de recuperação extrajudicial
 - 7.3.1 O pedido de homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial
 - 7.3.2 O procedimento
 - 7.3.3 Efeitos da homologação judicial

8 A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

- 8.1 Conceito, objetivo
- 8.2 Natureza jurídica
- 8.3 Legitimidade ativa para requerimento
- 8.4 Pressupostos subjetivos para requerimento
- 8.5 Créditos sujeitos à recuperação judicial
- 8.6 Meios de recuperação judicial
- 8.7 O pedido e o processamento da recuperação judicial – requisitos formais e os documentos obrigatórios
- 8.8 Deferimento do processamento e as determinações legais, natureza jurídica do ato judicial
- 8.9 Plano de recuperação judicial
- 8.10 Procedimento na recuperação judicial
 - 8.10.1. Objeção ao pedido de recuperação judicial
 - 8.10.2 Novação dos créditos
 - 8.10.3 Convocação de assembléia geral pelo juiz
 - 8.10.4 Aprovação, modificação e rejeição do plano de recuperação judicial pela assembléia geral
 - 8.10.5 Certidão negativa de débitos fiscais

- 8.10.6 Alienação judicial de filiais ou unidade produtivas
- 8.10.7 Estado de recuperação – prazo , o cumprimento da recuperação judicial, encerramento

9. Convolução da Recuperação Judicial em Falência

10. Recuperação Judicial para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte – Plano

11 A FALÊNCIA

- 11.1 As origens históricas do direito falimentar
- 11.2 A origem da expressão falência - conceito
- 11.3 O direito falimentar no Brasil
- 11.4 A evolução da legislação falimentar

12 Falência – conceito, natureza jurídica, pressupostos

- 12.1 Conceito, natureza Jurídica da falência
- 12.2 Pressupostos da Falência – elementos essenciais
 - 12.2.1 Causas determinantes e indícios para o estado de falência – pressupostos objetivos
 - 12.2.1.1 Insolvência – estado - sistema de determinação - impontualidade, protesto, não-pagamento de obrigação líquida, títulos sem aceite. Outros indícios. Conceito.
 - 12.2.1.2 Insolvência presumida ou confessada
 - 12.2. Legitimidade passiva na ação falimentar
 - 12.2.1 O empresário individual e a sociedade empresária
 - 12.2.2 A falência de sócio de responsabilidade ilimitada, de retirante, do espólio, de empresário menor, de sociedade irregular

13 Legitimidade ativa na ação falimentar – espécies de agentes

- 13.1 A Falência requerida pelo próprio devedor

14 Juízo competente

15 Requerimento da Falência

- 15.1. Petição inicial - embasamentos
- 15.2 Alegações de defesa do devedor
 - 15.2.1 Prazo para manifestação
 - 15.2.2 Defesa de natureza processual
 - 15.2.2.1 Matéria relevante a ser levantada na defesa

16 Procedimento Preliminar da Falência – da defesa à sentença

- 16.1 Falência com base na impontualidade: defesa com depósito elisivo, sem depósito elisivo, somente depósito, alegação de matéria relevante, provas

17 A Sentença que denega a falência – conseqüências, recurso, prazo

18 A Sentença que decreta a falência

- 18.1 Natureza jurídica
- 18.2 Conteúdo específico da sentença da falência – elementos básicos
 - 18.2.1 O termo legal da falência
 - 18.2.2 A publicidade da sentença
 - 18.2.3 Recurso - prazo
- 19 O Processo falimentar
 - 19.1 A Instauração do Juízo Universal da Falência – indivisibilidade e universalidade
 - 19.1.1 O tratamento dado às execuções com atos de constrição já realizados – exceções à *vis attractiva* do juízo falimentar
 - 19.1.2 Administração da Falência
 - Órgãos da falência – deveres atribuições e responsabilidades
 - 19.1.2.1 A atuação do juiz
 - 19.1.2.2 A participação do Ministério Público
 - 19.1.2.3 O administrador judicial
 - 19.1.2.4 Assembléia-geral de credores
 - 19.1.2.5 O comitê de credores
- 20 Efeitos da Decretação da Falência
 - 20.1 Efeitos da falência quanto à pessoa do devedor
 - 20.2 Efeitos da falência quanto aos bens do devedor
 - 20.3 Efeitos da falência quanto às obrigações do devedor
 - 20.3.1 Os contratos do falido
 - 20.3.2 A disciplina especial de alguns contratos
 - 20.4 Efeitos da falência quanto aos credores do falido
 - 20.5 Efeitos da falência quanto aos atos do falido
 - 20.5.1 Espécies de atos praticados anteriores à falência - ineficácia, revogação
- 21 Ação Revocatória – por ineficácia e por fraude
- 22 A Administração, arrecadação e guarda ou custódia dos bens, livros e documentos do falido
- 23 O Procedimento de Verificação e de Habilitação dos Créditos
 - 23.1. Os pedidos de restituição
 - 23.1.1 Os fundamentos dos pedidos de restituição
 - 23.1.2 As hipóteses de restituição em dinheiro, coisas vendidas à crédito, alienada fiduciariamente
 - 23.1.3 O processo do pedido de restituição – efeitos, juízo competente, legitimidade passiva e ativa, procedimento, sentença, recurso
 - 23.2 Habilitação dos créditos
 - 23.2.1 Concurso de credores
 - 23.2.2 Habilitação segundo a natureza
 - 23.2.3 Apresentação dos créditos
 - 23.2.4 Pedido
 - 23.2.4.1 Prazo

- 23.2.4.2 Requisitos
- 23.2.4.3 Legitimidade do crédito
- 23.2.5 Créditos não impugnados
- 23.2.6 Créditos impugnados – procedimento
- 23.2.7 Créditos retardatários
- 23.3. Créditos não sujeitos à habilitação
- 24 Classificação dos créditos
 - 24.1 A classificação dos créditos concursais
 - 24.1.2 Os créditos trabalhistas e equiparados
 - 24.1.3 Os créditos com garantia real
 - 24.1.4 Os créditos tributários
 - 24.1.5 Os créditos com privilégio especial
 - 24.1.6 Os créditos com privilégio geral
 - 24.1.7 Os créditos quirografários
 - 24.1.8 Os créditos subquirografários
 - 24.1.9 Os créditos subordinados
 - 24.2 Os créditos extracontratuais
- 25 A Realização do Ativo do Devedor
 - 25.1 A liquidação – definição, objetivo
 - 25.1 Os procedimentos de venda dos bens
 - 25.2 Modalidades de venda
 - 25.3 A disciplina da sucessão empresarial nas obrigações do devedor na LRE
- 26 Pagamentos dos Credores
 - 26.1 Ordem de pagamentos
- 26 A Realização do Ativo do Devedor
 - 26.1 A liquidação – definição, objetivo
 - 26.1 Os procedimentos de venda dos bens
 - 26.2 Modalidades de venda
 - 26.3 A disciplina da sucessão empresarial nas obrigações do devedor na LRE
- 27 ENCERRAMENTO DO PROCESSO FALIMENTAR
 - 27.1 A extinção das obrigações do devedor falido
- 28 Extinção das Obrigações
 - 28.1 Requerimento pelo falido
 - 28.2 Pressupostos
 - 28.3 Procedimento
 - 28.4 Sentença – natureza jurídica e efeitos
- 29. Disposições Penais 2
 - 29.1 Os crimes em espécie e as penas
 - 29.2 Efeitos da condenação e a reabilitação
 - 29.3 Ação penal

Bibliografia Básica:

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. 26.ed.. São Paulo: Saraiva, 2006. v.1.

FAZZIO JUNIOR WALDO. **Manual de Direito Comercial**. Atualizada de acordo com a lei de falências. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

Bibliografia Complementar:

RESTIFFE, Paulo Sergio - **Recuperação de empresas: de acordo com a lei 11.101 de 09.02.2005**. Barueri, SP, Manole, 2008. (biblioteca virtual)

TZIRULNIK, Luiz. **Direito Falimentar**. 7.ed.. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. **Resumo de Direito Comercial**. 29.ed.. São Paulo: Malheiros editores, 2002.

ROQUE, Sebastião José. **Direito Falimentar**. 2.ed.. São Paulo: Icone, 2002.

PACHECO, José da Silva. **Processo de Recuperação Judicial e Extrajudicial**. 4ª Ed. 2013. Forense.

Disciplina: Direito Processual Civil II: Processo de Conhecimento	
Carga horária: 66 horas	6º período

Ementa:

Sentença. Coisa julgada. Recursos. Princípios gerais dos recursos. Audiência preliminar. Instrução processual. Apelação. Agravo. Embargos infringentes. Embargos de declaração. Recursos para o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal. Da ordem dos Processos nos Tribunais. Reexame necessário. Uniformização de jurisprudência. Declaração de inconstitucionalidade. Homologação de sentença estrangeira.

Competências e Habilidades:

Equacionamento de problemas em harmonia com as exigências sociais, inclusive mediante o emprego de meios extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos, percepção do fenômeno jurídico em suas formas de expressão cultural e interpretação do Direito e sua aplicação no âmbito individual e social.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. Sentença
2. Coisa Julgada
3. Recursos
 - 3.1 Natureza jurídica de recurso
 - 3.2 Atos processuais impugnáveis por recurso
 - 3.3 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos
 - 3.4 Requisitos de admissibilidade dos recursos
 - 3.5 Os poderes do relator
 - 3.6 A questão da súmula vinculante
 - 3.7 Efeitos dos recursos
4. Princípios gerais dos recursos
 - 4.1 Duplo grau de jurisdição
 - 4.2 Taxatividade
 - 4.3 Singularidade
 - 4.4 Fungibilidade
 - 4.5 Dialeticidade
 - 4.6 Voluntariedade
 - 4.7 Irrecorribilidade em separado das interlocutórias
 - 4.8 Complementaridade
 - 4.9 Proibição da *reformatio in pejus*
5. Apelação
6. Agravo
7. Embargos infringentes
8. Embargos de declaração
9. Recursos para o Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça
10. Da ordem dos processos no Tribunal
11. Reexame necessário
12. Uniformização de jurisprudência
13. Declaração de inconstitucionalidade
14. Homologação de sentença estrangeira

Bibliografia Básica:

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Vol. 1. 55 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. Vol. 1. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil**. Vol. 1, 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008

Bibliografia Complementar:

MARTINS, Sergio Pinto. **Instituições de direito público e privado**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil: procedimentos especiais**. 37 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006, v.3.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil – Esquematizado**. 4ª Ed. 2014. Saraiva.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

ALVIM, Arruda. **Direito Processual Civil**. 12 ed. São Paulo: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2008. V.1. (Estudos e Pareceres).

Ementa: DIREITO DO TRABALHO I	
Carga Horária: 66 horas	6º período

Ementa:

Apresentação. História do direito do trabalho no Brasil. Teoria geral do direito do trabalho. Trabalho autônomo e trabalho subordinado. Relação individual de trabalho. Conteúdo mínimo da relação de emprego. Relação coletiva de trabalho. Comissões de conciliação prévia.

Competências e Habilidades:

Compreensão sobre a origem do Direito do Trabalho, sua evolução histórica, e o conteúdo da legislação vigente visando a análise da dogmática mediante raciocínio crítico sobre os aspectos teóricos, formais e práticos da legislação vigente.

Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. Apresentação
 - 1.1. Noções preliminares

1.2. Posição do Direito do Trabalho

2. História do Direito do Trabalho

- 2.1. Conceito contemporâneo do direito do trabalho
- 2.2. A questão social
- 2.3. O nascimento da grande indústria e o desenvolvimento da ciência
- 2.4. O aparecimento do proletariado
- 2.5. A mão-de-obra para a nova indústria
- 2.6. A indignidade das condições de trabalho subordinado
- 2.7. O pensamento econômico
- 2.8. O liberalismo
- 2.9. O liberalismo e os contratos
- 2.10. Transformações no mundo das relações do trabalho
- 2.11. Desemprego, direito do trabalho e terceiro setor
- 2.12. Globalização econômica, avanço tecnológico e direito do trabalho
- 2.13. Efeitos da globalização e perspectiva do direito do trabalho na sociedade pos-moderna

3. História do Direito do Trabalho no Brasil

- 3.1. As greves e o anarquismo
- 3.2. Primeiras leis: sindicalismo, proteção aos menores e locação de serviços
- 3.3. A política trabalhista e os decretos por profissões
- 3.4. As bases do direito coletivo
- 3.5. Os efeitos da política econômica e 1964
- 3.6. A Constituição Federal de 1988
- 3.7. A modernização do modelo brasileiro
- 3.8. As novas leis trabalhistas

4. Teoria Geral do Direito do Trabalho

- 4.1. Denominações
 - 4.1.1. Direito operário
 - 4.1.2. Direito corporativo
 - 4.1.3. Direito social
 - 4.1.4. Direito do trabalho
- 4.2. Definição de direito do trabalho
 - 4.2.1. Definições subjetivas
 - 4.2.2. Definições objetivas
 - 4.2.3. Definições mistas
- 4.3. Relações entre direito do trabalho e outras ciências
 - 4.3.1. Direito do trabalho e economia
 - 4.3.2. Direito do trabalho e sociologia
 - 4.3.3. Direito do trabalho e medicina do trabalho
 - 4.3.4. Direito do trabalho e filosofia do trabalho
 - 4.3.5. Direito do trabalho e psicologia do trabalho
 - 4.3.6. Relações com o direito administrativo
 - 4.3.7. Relações com o direito processual
- 4.4. Relações entre direito do trabalho e outros ramos do direito
 - 4.4.1. Relações com o direito internacional

- 4.4.2. Relações com o direito constitucional
- 4.4.3. Relações com o direito administrativo
- 4.4.4. Relações com o direito processual
- 4.4.5. Relações com o direito civil.
- 4.5. Autonomia do direito do trabalho
 - 4.5.1. Autonomia legislativa
 - 4.5.2. Autonomia doutrinária
 - 4.5.3. Autonomia didática
 - 4.5.4. Autonomia jurisprudencial
- 4.6. Natureza jurídica do direito do trabalho
 - 4.6.1. Noções introdutórias
 - 4.6.2. Direito público
 - 4.6.3. Direito privado
 - 4.6.4. Direito misto
 - 4.6.5. Direito unitário
 - 4.6.6. Direito social
 - 4.6.7. O privatismo do direito do trabalho
- 4.7. Elaboração da norma jurídica trabalhista
 - 4.7.1. Elaboração pelo Estado
 - 4.7.2. Elaboração pela autonomia dos particulares
 - 4.7.3. Elaboração consuetudinária da norma jurídica trabalhista
- 4.8. Fontes e Classificação das normas jurídicas trabalhistas
 - 4.8.1. Leis constitucionais
 - 4.8.2. Leis ordinárias
 - 4.8.3. Decretos, medidas provisórias, leis delegadas, portarias e regulamentos
 - 4.8.4. Sentenças normativas e individuais
 - 4.8.5. Convenções coletivas e individuais
 - 4.8.6. Usos e costumes
 - 4.8.7. Regulamentos de empresa
 - 4.8.8. Convenções internacionais
- 4.9. Eficácia da lei trabalhista no tempo
- 4.10. Eficácia da lei trabalhista no tempo
- 4.11. Princípios gerais do direito do trabalho
 - 4.11.1. Princípios comuns do direito e do direito do trabalho
 - 4.11.2. Concepção universalista
 - 4.11.3. Concepção nacionalista
 - 4.11.4. Princípios setoriais
 - 4.11.5. Princípios do direito civil, aplicáveis ao direito do trabalho
 - 4.11.6. Princípios universais do direito do trabalho
 - 4.11.7. Princípios de alguns sistemas jurídicos
 - 4.11.8. As presunções jurídicas
 - 4.11.9. Princípios do direito brasileiro
- 4.12. Direito do trabalho e direito de previdência social
- 4.13. Divisão do direito do trabalho
- 4.14. Divisão do trabalho profissional

5. Trabalho Autônomo e Trabalho Subordinado

- 5.1. Teorias sobre o âmbito pessoal do direito individual do trabalho
- 5.2. A relação de emprego
 - 5.2.1. Fundamentos
 - 5.2.2. Características
 - 5.2.3. Definição
 - 5.2.4. Sujeitos
 - 5.2.5. Causa
 - 5.2.6. Consentimento
 - 5.2.7. Renúncia, cessão e novação de créditos trabalhistas
 - 5.2.8. Classificação
- 5.3. Natureza jurídica do vínculo entre empregado e empregador
 - 5.3.1. Contrato e relação de emprego
 - 5.3.2. O vínculo entre empregado e empregador como relação jurídica do tipo contratual
 - 5.3.3. Dirigismo contratual e decadência da autonomia da vontade
 - 5.3.4. O significado do princípio da liberdade de trabalho
 - 5.3.5. Subcontratação, cooperativas de trabalho
 - 5.3.6. As novas formas de contratos de trabalho
- 5.4. Do empregado
 - 5.4.1. Definição
 - 5.4.2. Diferença entre empregado e trabalhador autônomo
 - 5.4.3. Diferença entre empregado e outros trabalhadores
 - 5.4.4. Diferença entre empregado e outras figuras
 - 5.4.5. Capacidade e tipos de empregados
 - 5.4.6. Advogado empregado
- 5.5. Do empregador
 - 5.5.1. Definição
 - 5.5.2. Tipos de empregador
 - 5.5.3. Interposição de empresas
 - 5.5.4. A empresa como principal figura de empregador
 - 5.5.5. Grupos de empresas, tipos, solidariedade passiva e solidariedade ativa
 - 5.5.6. Consórcio de empregadores
 - 5.5.7. O empregador e seu poder de organização, poder de controle e poder disciplinar
 - 5.5.8. Participação do trabalhador na gestão
 - 5.5.9. Participação do trabalhador nos lucros
 - 5.5.10 Participação do trabalhador no capital
 - 5.5.11. A microempresa

6. Relação Individual de Trabalho

- 6.1. A formação da relação de emprego
 - 6.1.1. Fase pré-contratual.
 - 6.1.2. A forma do consentimento.
 - 6.1.3. Período experimental.
 - 6.1.4. Período de aprendizagem.
 - 6.1.5. Provas da relação de emprego.
 - 6.1.6 Carteira de Trabalho e Previdência social e registro.
 - 6.1.7 O prazo da duração da relação de emprego.

- 6.1.8 O prazo da duração da relação de emprego.
- 6.1.9 O contrato por obra certa.
- 6.1.10 Contrato a prazo para acréscimo de empregados (Lei 9.601/98).
- 6.2. Alteração das condições de trabalho
 - 6.2.1. Alterações subjetivas: sucessão e alteração da estrutura jurídica do empregador.
 - 6.2.2. Alterações objetivas: *jus variandi*, transferência de empregados, suspensão do trabalho e seus efeitos.
- 6.3. Extinção da relação de emprego
 - 6.3.1. Extinção por iniciativa do empregado
 - 6.3.2. A aposentadoria e a extinção do contrato
 - 6.3.3. Extinção por iniciativa do empregador
 - 6.3.4. Extinção por iniciativa de ambos
 - 6.3.5. Extinção decorrente de ato de terceiro ou fato
 - 6.3.6. Programa de Dispensa Voluntária (PDV)
- 6.4. Dispensa do empregado
 - 6.4.1. Definição
 - 6.4.2. Concepção clássica
 - 6.4.3. A apreciação geral sobre a dispensa do empregado
 - 6.4.4. A convenção 158 da OIT
 - 6.4.5. A concepção contemporânea
 - 6.4.6. A fragilidade do sistema brasileiro
 - 6.4.7. Disciplina jurídica da dispensa
 - 6.4.8. Estabilidade no emprego
 - 6.4.9. A função da estabilidade
 - 6.4.10. Aviso prévio
 - 6.4.11. Indenização
 - 6.4.12. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
 - 6.4.13. Regulamentação do FGTS
 - 6.4.14. Homologação dos pagamentos na rescisão do contrato
 - 6.4.15. Falência e liquidação extrajudicial
- 6.5. Justa causa do empregado
 - 6.5.1. Definição
 - 6.5.2. Sistemas de justa causa
 - 6.5.3. Efeitos da justa causa
 - 6.5.4. Figuras de justa causa.
- 6.6. Justa causa do empregado
 - 6.6.1. Definição de dispensa indireta e sua configuração
 - 6.6.2. Figuras de justa causa
 - 6.6.3. Efeitos da dispensa indireta
 - 6.6.4. Problemas jurídicos sobre a dispensa indireta
 - 6.6.5. O dano moral

7. Conteúdo Mínimo da Relação de Emprego

- 7.1. Salário
 - 7.1.2. Conceito
 - 7.1.3. Normas constitucionais sobre salário
 - 7.1.4. Salário e encargo sociais

- 7.1.5. Formas e estipulação
 - 7.1.6. Participação nos lucros
 - 7.1.7. Remuneração variável
 - 7.1.8. Regras de proteção e de pagamento
 - 7.1.9. Pagamento em utilidades.
 - 7.1.10. Reflexos da flexibilização nos salários
 - 7.2. Equiparação salarial
 - 7.2.1 Fundamentos
 - 7.2.2. Requisitos
 - 7.2.3. Efeitos
 - 7.2.4. Salário substituto
 - 7.2.5. Quadro de carreira
 - 7.3. Salário mínimo
 - 7.3.1. Conceito
 - 7.3.2. Tipos
 - 7.3.3. Problemas jurídicos
 - 7.4. Revisão do valor do salário
 - 7.4.1. Correção do valor do salário
 - 7.4.2. Aumento do salário
 - 7.5.3. Tipos especiais de remuneração
 - 7.5.4. Abono
 - 7.5.5. Adicionais legais
 - 7.5.6. Comissões
 - 7.5.7. Gratificações
 - 7.5.8. Décimo terceiro salário
 - 7.5.9. Gorjetas
 - 7.5.10. Prêmios
 - 7.5.11. Natureza das diárias e ajudas e custo
- 7.6. *Fundo de Garantia por Tempo de Serviço*
- 7.6.1. Causas, natureza jurídica e âmbito de aplicação
 - 7.6.2. Da opção para a generalização
 - 7.6.3. Depósitos
 - 7.6.4. Movimentação das contas
 - 7.6.5. Disposições sobre cessação do contrato de trabalho
 - 7.6.6. Gestão
 - 7.6.7. Fiscalização e cobrança compulsória
 - 7.6.8. Reforma e legislação
- 7.7. Descanso semanal remunerado
 - 7.7.1. Origens
 - 7.7.2. Desenvolvimento da legislação
 - 7.7.3. Sistema legal
 - 7.8. Férias
 - 7.8.1. Definição e natureza
 - 7.8.2. Antecedentes históricos
 - 7.8.3. Classificação
 - 7.8.4. Efeitos da suspensão do trabalho
 - 7.8.5. Efeitos da extinção do contrato de trabalho
 - 7.8.6. Regras de duração, de remuneração e de prescrição
 - 7.8.7. Férias coletivas

- 7.9. Trabalho do menor
- 7.10. Trabalho da mulher
- 7.11. Empregado rural
- 7.12. Empregado doméstico

8. Relações Coletivas de Trabalho

- 8.1. A jurisdição das relações coletivas de trabalho e o direito sindical
- 8.2.1. O direito sindical nas constituições
- 8.2.2. Definição, conteúdo e direito sindical
- 8.2. Definição e fundamentos das relações coletivas
- 8.2.1. Relações coletivas e relações individuais
- 8.2.2. Classificação das relações coletivas de trabalho
- 8.2.3. Fundamentos jurídicos
- 8.2.4. Pluralismo jurídico
- 8.2.5. Interesse coletivo
- 8.2.6. Autonomia privada
- 8.2.7. Liberdade sindical
- 8.3. Sistemas de organização sindical
- 8.4. Sindicalismo internacional
- 8.5. A estrutura do sindicato
- 8.5.1. Definição de sindicato
- 8.5.2. Natureza jurídica
- 8.5.3. Órgãos do sindicato
- 8.5.4. Participação nos órgãos do Estado
- 8.5.5. Funções do sindicato
- 8.5.6. Assembléias sindicais
- 8.5.7. Sindicalização de funcionários públicos
- 8.5.8. Formação de sindicatos
- 8.5.9. Estabilidade do dirigente sindical
- 8.6. Greve
- 8.6.1. Direito estrangeiro
- 8.6.2. Definição de greve e fundamentos
- 8.6.3. Modalidades
- 8.6.4. Modelo brasileiro
- 8.6.5. Alterações da Lei 7.783, de 1989
- 8.7. "Lockout".
- 8.8. Convenções coletivas de trabalho
- 8.8.1. Denominação
- 8.8.2. OIT
- 8.8.3. Direito estrangeiro
- 8.8.4. Natureza jurídica e definição
- 8.8.5. Modalidades
- 8.8.6. Relações com o contrato individual de trabalho
- 8.8.7. Relações com a lei
- 8.8.8. O contrato coletivo de trabalho
- 8.8.9. Aplicação dos instrumentos coletivos
- 8.9. Formas de composição dos conflitos coletivos
- 8.10. Representação dos trabalhadores na empresa

9. Comissões de Conciliação Prévia

- 9.1. Modalidades de conciliação
- 9.2. Direito comparado
- 9.3. Legislação vigente
- 9.4. O sistema no Brasil
- 9.5. Principais problemas jurídicos

Bibliografia Básica:

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 30 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho: História e teoria geral do direito do trabalho relações individuais e coletivas do trabalho**. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 33.ed. São Paulo: LTr, 2007.

Bibliografia Complementar:

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

PRADO, Roberto Barretto. **Curso de Direito Coletivo do Trabalho**. 2.ed.. São Paulo: LTr, 1991. (4.ex.).

ALMEIDA, Ísis de. **Manual de Direito Processual do Trabalho: processo de conhecimento e processo de execução trabalhista**. 9.ed. v.2. São Paulo: LTr, 1998.

DAMASCENO, Fernando Américo Veiga. **Direito, Processo e Justiça do Trabalho: Princípios e Perspectivas**. Manole, 2002. (biblioteca virtual)

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Curso de direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE

Carga Horária: 66 horas

6º período

3. EMENTA

Introdução ao estudo das políticas públicas. Conceito de Estado, mercado e esfera pública. Democracia e políticas públicas. O histórico do Estado de bem-estar social; a formação da cidadania moderna e o desenvolvimento da democracia. A formação da agenda pública. Instrumentos de gestão ambiental pública. A questão da decisão e da não decisão. Consumo verde. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos partidos políticos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. Implementação e avaliação das políticas públicas. Tendências das políticas públicas no início do século XXI e os efeitos da globalização. Meio ambiente e gestão empresarial. Política Nacional de Meio Ambiente.

OBJETIVOS

Objetivos Gerais

Mostrar e refletir com os alunos o papel das políticas públicas em relação ao processo de formação da cidadania, bem como da preservação do meio ambiente, abordando as principais tendências de tratamento do tema quanto às questões de seu planejamento, implementação e avaliação, bem como o papel dos agentes políticos nesse processo.

Objetivos Específicos

- Compreender os conceitos fundamentais que definem políticas públicas, Estado, mercado, esfera pública e meio ambiente;
- Refletir acerca da viabilidade da construção do estado de bem-estar social, inclusive no Brasil;
- Discutir sobre os fatores determinantes que levam à formação da agenda pública, bem como o papel dos agentes políticos na sua implementação;
- Relacionar o estudo das políticas públicas com a perspectiva de solução de problemas sociais;
- Refletir sobre as principais tendências das políticas públicas no Brasil neste início de século e os efeitos da economia globalizada.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I:

- Conceito de Estado;
- Conceitos de mercado e esfera pública;
- Histórico do Welfare State;
- As possibilidades de implantação do estado de bem-estar social no Brasil;
- A formação da cidadania moderna e o desenvolvimento da democracia;

Unidade II:

- A formação da Agenda Pública;
- Modelos de decisão e Políticas Públicas;
- O papel do Parlamento, dos Partidos Políticos e Estruturas Institucionais na elaboração de Políticas Públicas;
- Mídias e Políticas Públicas;

Unidade III:

- Implementação e avaliação de Políticas Públicas;
- Efeitos da globalização nos países de terceiro mundo, inclusive no Brasil;
- Tendências econômicas e políticas para o século XXI;
- Tendência das Políticas Públicas no início do século XXI;

Unidade IV:

- Meio ambiente: O que é?
- Meio ambiente, biodiversidade e ecologia;
- Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: uma abordagem econômica;
- Meio ambiente e responsabilidade social: uma abordagem política e empresarial;
- Meio ambiente e gestão empresarial;
- Política Nacional de Meio Ambiente.

HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DESENVOLVIDAS

Habilidades

- Dominar os principais conceitos políticos (Estado, Democracia, Instituições Políticas, Partidos Políticos...);
- Ser capaz de avaliar criticamente toda a dinâmica que envolve a elaboração e execução de políticas; públicas, bem como o papel dos agentes políticos e institucionais no processo;
- Elaborar por escrito análises das políticas públicas implementadas e executadas no Brasil.

Competências

- Reconhecer as principais tendências do processo de implementação de políticas públicas;
- Analisar a qualidade das políticas públicas implementadas no Brasil;
- Conhecer as responsabilidades e direitos relativos ao exercício da cidadania;
- Ter responsabilidade social e consciência ambiental;
- Atentar-se à Política Nacional de Meio Ambiente

4.1.1.1.1.METODOLOGIA

As aulas serão ministradas a distância, utilizando-se os recursos de internet, tais como fóruns, chats, correio interno, entre outras ferramentas apropriadas.

AValiação DA APRENDIZAGEM COM INSTRUMENTOS APLICADOS

Será considerado aprovado o aluno que obtiver média aritmética superior a 6,0 (seis) na somatória de instrumentos avaliativos determinados pelo professor.

Bibliografia Básica:

LEAL, Rogério Gesta (Org). **Direitos sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

MALINVERNI DA SILVEIRA, Clóvis Eduardo. **Princípios do Direito Ambiental: articulações teóricas e aplicações práticas.** Caxias do Sul - RS, Educs, 2013. (biblioteca virtual)

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental.** 12 ed. São Paulo. Saraiva, 2014

Bibliografia Complementar:

OLIVEIRA, Antonia Teresinha de. **Políticas públicas e atividade administrativa.** São Paulo: Fiuza, 2005.

SCHNEIDE, S.; SILVA, MK. ; MARQUES, PEM. **Políticas públicas e participação social no Brasil.** 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SIRVINSKAS, Luis Paulo (Org.). **Legislação de direito ambiental: constituição federal.** 6 ed. São Paulo: Rideel, 2011.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental.** 8.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

CARVALHO, A.M; SALLES, F; GUIMARÃES, M; UDE, W. **Políticas Públicas.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

Disciplina: Direito Processual Penal I: Procedimento Geral	
Carga horária: 66 horas	7º período

Ementa:

Conceito e importância do direito processual penal. Sistemas processuais penais desenvolvimento histórico do processo penal. Princípios do processo penal. Eficácia da lei processual penal no tempo. Inquérito policial. Ação penal. Jurisdição penal. Competência. Questões e processos incidentes. Atos do processo.

Competências e Habilidades:

Conhecimento a respeito dos institutos de processo penal mediante o exame das leis processuais penais, visando estabelecer uma compreensão atualizada e crítica a respeito dos mesmos.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser

constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. Conceito de Direito Processual Penal

- 1.1 O processo penal e o direito de punir
- 1.2 Relação do direito processual com outros ramos do direito

2. Sistemas Processuais Penais

- 2.1 Sistema Inquisitório
- 2.2 Sistema Acusatório
- 2.3 Sistema Misto

3. Desenvolvimento histórico do processo penal

4. Princípios do Processo Penal

- 4.1 Conceito de princípio
- 4.2 Princípio do devido processo legal (*due process of law*)
- 4.3 Princípio do contraditório
- 4.4 Princípio da ampla defesa
- 4.5 Princípio da iniciativa das partes
- 4.6 Princípio do juiz natural
- 4.7 Princípio do impulso oficial
- 4.8 Princípio *nulla poena sine iudicio*
- 4.9 Princípio da livre convencimento motivado/persuasão racional
- 4.10 Princípio da imparcialidade do juiz
- 4.11 Princípio da igualdade das partes
- 4.12 Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos
- 4.13 Princípio do duplo grau de jurisdição
- 4.14 Princípio da oralidade e seus consectários
- 4.15 Princípio do estado de inocência
- 4.16 Princípio da verdade real
- 4.17 Princípio da economia processual
- 4.18 Princípio da publicidade dos atos processuais

5. Fontes do Processo Penal

6. Eficácia e Aplicação da Lei Processual Penal no Tempo e no Espaço

- 6.1 *Vacatio legis*, ab-rogação/derrogação
- 6.2 Eficácia da lei penal no tempo
 - 6.2.1 Princípio da imediatidade
- 6.3 Diferença entre norma penal e norma processual penal
- 6.4 Eficácia da lei processual penal no espaço
 - 6.4.1 Princípio da territorialidade/ressalvas

7. Inquérito Policial

6.1 Conceito, natureza jurídica e finalidade

6.2 Infrações de menor potencial ofensivo: Leis n. 9.099/95 e 10.259/2001

6.3 Persecução penal e polícia judiciária

6.4 Formas de instauração do inquérito policial

6.5 Valor probatório e vícios

6.6 Princípios

6.7 Procedimento, prazos, finalização e arquivamento do inquérito policial

7. Ação Penal

7.1 Conceito

7.2 Condições gerais da ação

7.3 Ação penal pública

7.3.1 Espécies de ações penais públicas

7.3.2. Princípios referentes às ações penais públicas

7.4 Ação penal privada

7.4.1 Espécies de ações penais privadas

7.4.2 Princípios relativos às ações penais privadas

7.5 Denúncia e queixa

7.5.1 Requisitos, emenda e rejeição;

7.6 Extinção da punibilidade

8 Ação civil *ex delicto*

9 Jurisdição Penal

8.1 Conceito

8.2 Princípios

8.3 Formas e categorias

8.4 Limites da jurisdição penal

9. Competência

9.1 Conceito

9.2 Espécies

9.3 Critérios de fixação

9.3.1 Competência pelo lugar da infração

9.3.2 Competência pelo domicílio ou residência do réu

9.3.3 Competência pela natureza da infração

9.3.4 Competência pela distribuição

9.4 Competência em face de conexão e continência

9.4.1 Conceito e espécies de conexão

9.4.2 Conceito e espécies de continência

9.4.3 Regras na determinação da conexão ou continência

9.4.4 Efeitos da conexão ou continência

9.4.4.1 Reunião/separação dos processos

9.5 Competência por prevenção

9.6 Competência por prerrogativa de função

10. Questões e Processos Incidentes

- 10.1 Questões prejudiciais
- 10.2 Exceções
- 10.3 Incompatibilidades e Impedimentos
- 10.4 Conflito de jurisdição
- 10.5 Restituição de coisas apreendidas
- 10.6 Medidas assecuratórias
- 10.7 Incidente de falsidade
- 10.8 Incidente de insanidade mental

11. Atos de comunicação processual

- 11.1 Citação
 - 11.1.2 Conceito e espécies
 - 11.1.3 Revelia e suspensão do processo penal
- 11.2 Intimação
 - 11.2.1 Procedimento das intimações
- 11.3 Notificação

12. Prisão e Liberdade Provisória

- 12.1 Prisão em flagrante
 - 12.1.2 Requisitos do auto de prisão em flagrante
 - 12.1.3 Modalidades de flagrantes
- 12.2 Prisão temporária;
- 12.3 Prisão preventiva;
- 12.4 Prisão decorrente de sentença de pronúncia
- 12.5 Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível
- 12.6 Liberdade provisória com ou sem arbitramento de fiança

Bibliografia Básica:

- MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo Penal**. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. Vol. 1 e 2. 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- PACHECO, Denilson Feitoza. **Direito Processual Penal: teoria, crítica e práxix**. 7.ed.. Niteroi, RJ: Impetus, 2010.

Bibliografia Complementar:

- NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 11 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 14ª Ed. 2007. São Paulo. Saraiva.
- GRECO FILHO, Vicente. **Manual de Processo Penal**. 10ª Ed. 2013. Saraiva.
- LIMA, Renato Brasileiro. **Manual de Processo Penal**. Vol. Único. 2ª Ed. 2014. Juspodivm.
- MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal**. Saraiva, 2014

Disciplina: Direito Civil V: Contratos	
Carga horária: 66 horas	7º período

Ementa:

Teoria Geral dos Contratos. Função Social do Contrato. Limites à liberdade contratual. Requisitos de validade dos contratos. Classificação dos Contratos. Contratos em favor de terceiro. Arras. Vícios redibitórios. Evicção. Extinção dos contratos. Contratos em espécie.

Competências e Habilidades:

Proporcionar o conhecimento básico a respeito da teoria geral dos contratos, bem como de alguns contratos em espécie, visando, também, estabelecer uma reflexão crítica acerca desses temas conformando-os com as alterações legislativas.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. Teoria Geral dos Contratos
2. Função social do contrato
3. Limites à liberdade contratual
4. Requisitos de validade dos contratos
 - 4.1 Subjetivos
 - 4.2 objetivos
 - 4.3 formais
 - 4.4 Interpretação dos contratos
5. Classificação dos contratos
 - 5.1 bilaterais e unilaterais
 - 5.2 típicos, atípicos e mistos
 - 5.3 onerosos e gratuitos
 - 5.4 consensuais, reais e formais
 - 5.5 comutativos e aleatórios
 - 5.6 contratos de adesão
6. Contratos em favor de terceiro

6.1 Contrato preliminar

7. Arras

7.1 Conceito

7.2 funções

8. Vícios redibitórios

8.1 conceito

8.2 efeitos

9. Evicção

9.1 conceito

9.2 efetivação da garantia

9.3 evicção parcial

10. Extinção dos contratos

10.1 rescisão voluntária

10.2 resolução

10.3 rescisão

10.4 teoria da imprevisão

11. Contratos em espécie

11.1 compra e venda

11.1.1 conceito

11.1.2 elementos

11.1.3 riscos

11.1.4 promessa de compra e venda

11.1.5 cláusulas especiais

11.2 compromisso de compra e venda

11.2.1 promessa irrevogável de compra e venda

11.2.2 promessa unilateral e opção

11.2.3 capacidade das partes

11.2.4 forma

11.2.5 natureza

11.2.6 execução

11.2.7 disciplina jurídica

11.2.8 extinção

11.3 troca ou permuta

11.3.1 conceito

11.3.2 caracterização

11.3.3 disposições comuns à troca e à compra e venda

11.3.4 disposições próprias da troca

11.4 doação

11.4.1 conceito

11.4.2 requisitos

11.4.3 classificação

11.4.4 efeitos

11.4.5 Ineficácia

11.4.6 revogação

Bibliografia Básica:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. Teoria das obrigações contratuais e extra contratuais. Vol. 3. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

VENOSA, Silvio Salvo. **Direito Civil**. Parte geral Vol.3. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

VENOSA, Silvio Salvo. **Direito Civil**. Parte geral Vol.2. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar:

GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil**. 15 ed. Rio de Janeiro. Ed. Forense, 2000.

GAGLIANO, Pablo Stolze; **PAMPLONA FILHO**, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**: responsabilidade civil. 12.ed. v.3. São Paulo: Saraiva, 2014.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições De Direito Civil**: Contratos. 18 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

LISBOA, Roberto Senise. **Manual de Direito Civil**. Vols. 3. 4ª Ed. 2009.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Vol. 3. 11ª Ed. 2014. Saraiva

Disciplina: Prática Jurídica I – Cível	
Carga horária: 66 horas	7º período

Ementa:

Prática Cível: Advocacia. Procedimento ordinário. Procedimento sumário. Procedimento Cautelar. Procedimentos Especiais. Dos Recursos. Da Execução de Título Extrajudicial. Dos Embargos. Do cumprimento de sentença. Da Impugnação.

Competências e Habilidades:

Reflexão crítica para relacionar os conceitos teóricos à atividade jurídica, bem como à ética profissional; exercício da prática e atividade forense, com enfoque aos procedimentos e peças processuais em primeiro grau de jurisdição.

Metodologia:

Elaboração de peças processuais simuladas. Debate sobre temas da atualidade relacionados ao campo jurídico e ao conteúdo programático. Estudo e análise de autos findos. Atividades complementares.

Avaliação:

Elaboração de peças processuais simuladas, realizadas em sala de aula. Prova bimestral, com a elaboração de peça processual simulada. Participação e relatório de atendimento da prática real e atividades

complementares. Participação em sala de aula, tais como exposição de tema ou caso previamente estudado.

4.2. Conteúdo Programático:

1. A Advocacia Cível

- 1.1- Contrato de Honorários
- 1.2- Procuração
- 1.3- Substabelecimento
- 1.4- Renúncia e Revogação do Mandato

2. Procedimento Ordinário

- 2.1- Petição Inicial
- 2.2- Contestação
- 2.3- Reconvenção
- 2.4- Exceções

3. Procedimento Sumário

- 3.1- Petição Inicial
- 3.2- Contestação
- 3.3- Pedido Contraposto
- 3.4- Exceções

4. Procedimento Cautelar

- 4.1 Considerações Gerais. Normas aplicáveis
- 4.2. Cautelares Nominadas
- 4.3 Cautelares Inominadas

5. Procedimentos Especiais

- 5.1 Dos Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa
- 5.2 Dos Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária

6. Dos Recursos

- 6.1 Prazos recursais.
- 6.2 Preparo. Custas processuais.
- 6.3 Efeito devolutivo, suspensivo e translativo
- 6.4 Apelação
- 6.5 Agravo
- 6.6 Agravo de instrumento
- 6.7 Agravo retido
- 6.8 Agravo regimental
- 6.9 Embargos de declaração. Análise de sentença e seus requisitos

- 6.10 Embargos infringentes
- 6.11 Recurso especial
- 6.12 Recurso ordinário constitucional
- 6.13 Recurso extraordinário
- 6.14 Embargos de divergência

7. Da Execução de Título Extrajudicial. Dos Embargos.

7.1 Considerações Gerais. Normas aplicáveis.

8. Do cumprimento de sentença. Da Impugnação.

8.1 Considerações Gerais. Normas aplicáveis.

Bibliografia Básica:

- DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Teoria geral do direito civil. Vol. 1. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- VENOSA, Silvio Salvo. **Direito Civil. Parte geral** Vol.1. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2014
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil.** Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Vol. 1. 55 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Bibliografia Complementar:

- WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil.** Vol. 1, 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008
- WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil.** Vol. 2 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008
- MARTINS, Sergio Pinto. **Instituições de direito público e privado.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil: dos contratos** e das declarações unilaterais da vontade. 30.ed. v.3. São Paulo: Saraiva, 2006.
- VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: contratos** em espécie. 14.ed. v.3. São Paulo: Atlas, 2014.

Disciplina: Direito Processual Civil III: Processo Especial Tutela de Urgência

Carga horária: 66 horas	7º período
--------------------------------	-------------------

Ementa:

Processo cautelar. Procedimento cautelar. Arresto. Seqüestro. Caução. Busca e apreensão. Exibição. Produção antecipada de provas. Alimentos provisionais. Arrolamento de bens. Justificação. Protestos, notificações e interpelações. Homologação do penhor legal. Posse em nome do nascituro. Atentado. Protesto e apreensão de títulos. Ação cautelar inominada. Procedimentos Especiais do livro III.

Competências e Habilidades:

Domínio e conhecimento dos processos de execução e cautelar, visando também uma reflexão crítica a respeito do ordenamento processual civil brasileiro, bem como aplicação às situações concretas.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia:

Aulas expositivas; dinâmicas em grupos; leituras orientadas; elaboração e produção de textos; interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:1. Processo Cautelar

1.1 Função do processo cautelar

1.2 Regras gerais do processo cautelar: a efetividade do processo e tutelas jurisdicionais diferenciadas

1.3 Processo principal e processo cautelar. A autonomia do processo cautelar

1.4 Ação cautelar e medidas cautelares

1.5 O processo cautelar e os diversos tipos de tutela

1.6 Características do processo cautelar: autonomia, acessoriedade, instrumentalidade, provisoriedade e revogabilidade

1.7 Requisitos do processo cautelar

1.7.1 Fumus boni iuris

1.7.2 Periculum in mora

2. Procedimento Cautelar3. Arresto

3.1 Conceito

3.2 Procedimento

4. Seqüestro

4.1 Conceito

4.2 Procedimento

5. Caução

5.1 Conceito

5.2 Procedimento

6. Busca e Apreensão

6.1 Conceito

6.2 Procedimento

7 Exibição

7.1 Conceito

7.2 Procedimento

8 Produção Antecipada de Provas

8.1 Conceito

8.2 Procedimento

9 Alimentos Provisionais

9.1 Conceito

9.2 Procedimento

10 Arrolamento de Bens

10.1 Conceito

10.2 Procedimento

11 Justificação

11.1 Conceito

11.2 Procedimento

12 Protestos, Notificações E Interpelações

12.1 Conceito

12.2 Procedimento

13 Homologação de Penhor Legal

13.1 Conceito

13.2 Procedimento

14 Posse em Nome de Nascituro

14.1 Conceito

14.2 Procedimento

15 Atentado

15.1 Conceito

15.2 Procedimento

16 Protesto e Apreensão de Títulos

16.1 Conceito

16.2 Procedimento

17 Ação Cautelar Inominada

18 Procedimentos Especiais do Livro III

Bibliografia Básica:

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil.** Processo de execução e cumprimento da sentença, processo cautelar e tutelar de urgência. Vol. 2. 49 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. Vol. 3. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil**. Vol. 2 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008

Bibliografia Complementar:

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

MARTINS, Sergio Pinto. **Instituições de direito público e privado**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Manual de Direito Processual Civil: teoria geral: premissas e institutos fundamentais, relação jurídica, procedimentos em 1.º e 2.º graus, recursos, execução e tutela de urgência**. 5.ed.. São Paulo: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2010.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil: medidas de urgência tutela antecipada e ação cautelar procedimentos especiais**. 10.ed. v.3. São Paulo: Atlas, 2014

ARAÚJO CINTRA, Antonio Carlos de. **Comentários ao Código de Processo Civil: arts. 332 a 475**. 2.ed. v.4. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

Ementa: DIREITO DO TRABALHO II	
Carga Horária: 66 horas	7º período

Ementa:

Organização da justiça do trabalho. Condições da ação. Dissídios individuais e coletivos. Sentença normativa e ação de cumprimento. Convenção e acordo coletivo. Audiência. Instrução. Sentença. Recursos. Execução.

Competências e Habilidades:

Conhecimento acerca da organização da Justiça do Trabalho, bem como do direito processual aplicado ao direito do trabalho, visando uma compreensão atualizada e crítica a respeito do mesmo.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

4.3. Conteúdo Programático:

1. Organização da Justiça do Trabalho

- 1.1. Conceituação de direito processual do trabalho e sua posição diante dos demais ramos do Direito
- 1.2. Fontes
- 1.3. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil
- 1.4. Aplicação da lei no tempo e no espaço
- 1.5. Princípios do direito processual do trabalho
- 1.6. Jurisdição e competência
- 1.6.1. Hipóteses especiais de fixação da competência
- 1.7. Organização judiciária brasileira

2. Condições da Ação

- 2.1. Partes
- 2.2. Representação
- 2.3. Nulidades
- 2.4. Litisconsórcio
- 2.5. Intervenção de Terceiros

3. Ação Trabalhista

- 3.1 Natureza Jurídica
- 3.2 Pressupostos processuais
- 3.3 Condições da ação
- 3.4 Ação Declaratória Incidental
- 3.5 Petição Inicial
- 3.5.1 Forma
- 3.5.2 Valor da causa
- 3.5.3 Documentos
- 3.5.4 Indeferimento da petição inicial
- 3.5.5 Inépcia da petição inicial
- 3.5.6 Modificações à postulação inicial
- 3.5.7 Procedimento Sumaríssimo

4. Distribuição

- 4.1 Distribuição por Dependência
- 4.2 Procedimentos
- 4.3 Efeitos da distribuição

5. Audiência

- 5.1. Conceito e procedimentos
- 5.2. Ausência das partes
- 5.3. Conciliação inicial

6. Resposta do Réu

- 6.1 Exceções
- 6.1.1 Procedimentos
- 6.1.2 Impedimento
- 6.1.3 Suspeição
- 6.1.4 Incompetência

- 6.1.5 Recurso
- 6.2 Contestação
 - 6.2.1 Preliminares
 - 6.2.2 Prejudicial de Mérito
 - 6.2.3 Defesa de mérito
- 6.3 Reconvencção
 - 6.3.1 Pressupostos
 - 6.3.2 Revelia
 - 6.3.3 Instrução Processual
 - 6.3.4 Sentença
 - 6.3.5 Recurso
 - 6.3.6 Execução

7. Instrução

- 7.1. Ônus da prova
- 7.2. Fatos que não necessitam de prova
- 7.3. Depoimento pessoal
- 7.4. Testemunhas
- 7.5. Documentos
- 7.6. Perícia
- 7.7. Inspeção judicial

8. Alegações Finais

9. Sentença

- 9.1 Sentença Normativa e Ação de Cumprimento
- 9.2 Coisa Julgada

10. Recursos

- 10.1. Noções gerais
- 10.2. Recurso ordinário
- 10.3. Recurso de revista
- 10.4. Embargos
- 10.5. Recurso extraordinário
- 10.6. Agravo de instrumento
- 10.7. Agravo regimental
- 10.8. Correição parcial

11. Execução

- 11.1. Noções gerais
- 11.2. Execução contra devedor insolvente
- 11.3. Falência
- 11.4. Liquidação da sentença, citação e penhora
- 11.5. Meios impugnativos na execução

Bibliografia Básica:

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 8.ed.. São Paulo: LTr, 2009.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 30 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 33.ed. São Paulo: LTr, 2007.

Bibliografia Complementar:

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DAMASCENO, Fernando Américo Veiga. **Direito, Processo e Justiça do Trabalho: Princípios e Perspectivas**. Manole, 2002. (biblioteca virtual)

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho: História e teoria geral do direito do trabalho relações individuais e coletivas do trabalho**. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

DARCANCHY, Mara Vidigal. **Teletrabalho para pessoas portadoras de necessidades especiais**. São Paulo: LTR, 2006.

ANDRADE, Laura Martins Maia de. **Meio ambiente do trabalho e ação civil pública trabalhista**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

Disciplina: Direito Internacional Público e Privado	
Carga horária: 66 horas	7º período

Ementa:

Sociedade Internacional. Direito Internacional Público. Evolução Histórica, Relações do DIP com outros ramos do Direito. Fundamentos e Fontes do Direito Internacional Público. Estados. Reconhecimento dos Estados e dos Governos. Sucessão dos Estados.

Direitos e Deveres Fundamentais dos Estados. Restrições aos Direitos dos Estados. Intervenção. Responsabilidade dos Estados. A Guerra. Coletividades não Estatais e Organizações Jurídicas Internacionais. Comércio Internacional. Mercosul.

Competências e Habilidades:

Conhecimento acerca dos institutos fundamentais do Direito Internacional Público e Privado, proporcionando não só uma visão acadêmica, mas pragmática e interdisciplinar do Direito.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Exposições orais. Apreciação crítica da bibliografia. Oferta de roteiros que permitam a racionalização do desenvolvimento das aptidões. Organização de pesquisas bibliográficas, individualmente ou em grupos. Quadro-negro, retroprojeter/transparências. Análise de peças processuais.

Conteúdo Programático:

1. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO
 - 1.1. Sociedade Internacional
 - 1.2. Introdução, Origens e Composição da Sociedade Internacional
 - 1.3. Estrutura e Características.
2. Direito Internacional Público
 - 2.1. Definições, Bases Sociológicas e a Contribuição do Direito Romano - Jus Fetialle.
3. Evolução Histórica do Dip
 - 3.1. Na Antiguidade, Período Romano e Idade Média, Contemporânea e Moderna.
4. Relações do Dip com Outros Ramos do Direito
 - 4.1. Teorias: Monismo e Dualismo, Teoria Conciliadora.
5. Fundamentos do Dip
 - 5.1. Teorias Voluntarista e Objetivista, Outras.
6. Estados
 - 6.1. Conceitos, Classificação e Coletividades não Estatais.
7. Reconhecimento de Estados
 - 7.1. Natureza Política e Jurídica do Reconhecimento.
 - 7.2. Formas de Reconhecimento.
8. Reconhecimento de Governo
 - 8.1. Idem ao Item Anterior
9. Sucessão e Extinção de Estados
 - 9.1. Conceitos, Fusão, Anexação, Independência e Emancipação.
10. Direitos e Deveres Fundamentais dos Estados
 - 10.1. Evolução Histórica.
 - 10.2. A Convenção Francesa
 - 10.3. O Direito do Estado Sobre seu Território.
11. Restrições aos Direitos dos Estados
 - 11.1. Quando Ocorre.
 - 11.2. Servidões.
 - 11.3. Concessões.
 - 11.4. Condomínio
 - 11.5. Neutralidade.
12. Intervenção

- 12.1. Conceito.
- 12.2. Formas: Intervenção Coletiva pela Onu.

- 13. Responsabilidade Dos Estados
 - 13.1. Conceito.
 - 13.2. Formas de Responsabilidade: Direta, Indireta, Comissão, Omissão, Convencional e Delituosa.

- 14. A Guerra
 - 14.1. Trabalho Prático.

- 15. Coletividades não Estatais
 - 15.1. Trabalho Prático Sobre as Organizações Jurídicas Internacionais.
 - 15.2. Relações Internacionais com o Mercosul.

- 16. Comércio Internacional
 - 16.1. Impostos Aduaneiros
 - 16.2. Exportação/Importação
 - 16.3. Dumping
 - 16.4. Zonas Livres
 - 16.5. Fretes Internacionais
 - 16.6. Preços
 - 16.7. Câmbio
 - 16.8. Pagamentos.

- 17. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: NOÇÃO E FUNDAMENTO.
 - 17.1. Conceito de Direito Internacional Privado. Análise da denominação. Natureza das normas jusprivatistas internacionais
 - 17.2. Objeto do direito internacional privado. Delimitação. Princípios.
 - 17.3. Fontes do direito internacional privado: legislações
 - 17.4. interna e internacional
 - 17.5. Elementos de conexão. Conceito. Enumeração. Análise dos principais elementos de conexão do sistema de D.I.Pr. brasileiro. Teoria da Qualificação. Aplicação do direito estrangeiro - Prova do teor, vigência e sentido do direito, dos usos e costumes estrangeiros
 - 17.6. Contratos Internacionais e LEX MERCATORIA: análise, elementos, cláusulas padrão, INCOTERMS e solução. Convenção de Viena sobre Compra e Venda Internacional e demais convenções da UNICTRAL
 - 17.7. Arbitragem Privada Internacional: procedimentos, execução de sentenças e laudos, prática internacional (Chambre de Commerce International e Chambre Arbitrale de Paris) e nacional (EUROCAMARAS, FIESP, CAMESP)

Bibliografia básica:

ACCIOLY, Hildebrando, NASCIMENTO SILVA, Geraldo Eulálio do e CASELLA, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional Público: Curso elementar**. Prefácio de: José Sette Câmara. 15 ed. São Paulo: Saraiva. 2014

SEITENFUS, Ricardo (org) - **Legislação Internacional**. São Paulo, Manole, 2009. (biblioteca virtual)

Bibliografia Complementar

MELLO, C.D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. Vol.1 e 2. 12 ed. Rio de Janeiro, Renovar, 2004.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito Internacional do Trabalho**. 3.ed.. São Paulo: LTR, 2000.

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional Privado: teoria e prática**. São Paulo: Saraiva, 1996.

TAVOLARO, Agostinho Toffoli. **Direito Tributário Internacional**. São Paulo: MP, 2006.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Direito Internacional Público: parte geral**. 7.ed.. São Paulo: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2008.

Disciplina: Direito Processual Penal II: Procedimentos Especiais e Execuções	
---	--

Carga horária: 66 horas

8º período

Ementa:

Sujeitos do processo. Teoria da prova. Modalidades de provas. Processo e procedimento. Procedimentos em espécie. Sentença. Coisa julgada. Teoria dos recursos. Recursos em espécie. Ações autônomas de impugnação. Nulidades processuais.

Competências e Habilidades:

Conhecimento acerca dos institutos fundamentais do Direito Processual Penal, proporcionando não só uma visão acadêmica, mas pragmática e interdisciplinar do Direito.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Exposições orais. Apreciação crítica da bibliografia. Oferta de roteiros que permitam a racionalização do desenvolvimento das aptidões. Organização de pesquisas bibliográficas, individualmente ou em grupos. Quadro-negro, retroprojeto/transparências. Análise de peças processuais.

Conteúdo Programático:

1. Sujeitos do Processo

- 1.1 Juiz
 - 1.1.1
- 1.2 Ministério Público
- 1.3 Acusado
- 1.4 Defensor
- 1.5 Assistente de acusação
- 1.6. Auxiliares da Justiça

2. Teoria da Prova

- 2.1 Conceito de prova
- 2.2 Prova, indícios e presunções
- 2.3 Finalidade e objeto da prova
- 2.4 Ônus da prova
- 2.5 Distribuição do ônus da prova
- 2.6 Iniciativa probatória judicial

3. Modalidades de Provas

- 3.1 Interrogatório
- 3.2 Confissão;
- 3.3 Perguntas ao ofendido
- 3.4 Prova testemunhal
- 3.5 Prova pericial
- 3.6 Prova documental
- 3.7 Reconhecimento de coisas e pessoas
- 3.8 Acareação
- 3.8 Busca e apreensão

4. Processo e Procedimento

- 4.1 Conceito de processo
- 4.2 Conceito de procedimento
- 4.3 Características da relação processual
- 4.4 Formas procedimentais
- 5. Procedimentos em espécie
 - 5.1 Procedimento comum
 - 5.2 Procedimento sumário
 - 5.3 Procedimento sumaríssimo
 - 5.4 Procedimento para apuração dos crimes de competência do Tribunal do Júri
 - 5.5 Procedimento dos crimes falimentares
 - 5.6 Procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos
 - 5.7 Procedimento dos crimes contra a honra
 - 5.8 Procedimento de competência originária dos Tribunais Superiores

6. Suspensão Condicional do Processo

- 6.1 Conceito

- 6.2 Requisitos
- 6.3 Revogação, extinção e efeitos

7. Sentença e Coisa Julgada

- 7.1 Conceito
- 7.2 Natureza jurídica e classificação dos atos decisórios judiciais
- 7.3 Requisitos essenciais
- 7.4 Princípio da correlação
 - 7.4.1 *Emendatio libelli*
 - 7.4.2 *Mutatio libelli*
- 7.5 Sentença condenatória e sentença absolutória
- 7.6 Embargos de declaração de primeiro grau
- 7.7 Publicação e intimação da sentença
- 7.8 Coisa julgada.

8. Teoria dos Recursos

- 8.1 Conceito de recurso
- 8.2 Natureza jurídica e fundamento dos recursos
- 8.3 Pressupostos recursais
- 8.4 Efeitos dos recursos
- 8.5 Recurso "*ex officio*" ou reexame necessário

9. Recursos em Espécie

- 9.1 Recurso em sentido estrito
- 9.2 Apelação
- 9.3 Embargos de declaração
- 9.4 Carta testemunhável
- 9.5 Embargos de declaração
- 9.6 Embargos infringentes e de nulidade
- 9.7 Agravo em execução criminal
- 9.8 Correição parcial
- 9.9 Recurso ordinário constitucional
- 9.10 Recurso extraordinário e especial
- 9.11 Embargos de divergência
- 9.12 Reclamação

10. Ações Autônomas de Impugnação

- 10.1 Revisão criminal
- 10.2 *Habeas corpus*
- 10.3 Mandado de segurança

11. Nulidades processuais

- 11.1 Princípios reitores
- 11.2 Nulidades em espécie
- 11.3 Efeitos

Bibliografia Básica:

WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil**. Vol. 2, 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. Vol. 3. 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo Penal**. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Bibliografia Complementar:

PACHECO, Denilson Feitoza. Direito Processual Penal: teoria, crítica e práxis. 7.ed.. Niteroi, RJ: Impetus, 2010.
CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 14ª Ed. 2007. São Paulo. Saraiva.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. Vol. 2. 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
LIMA, Renato Brasileiro. **Manual de Processo Penal**. Vol. Único. 2ª Ed. 2014. Juspodivm.
NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 11 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

Disciplina: Direito Civil VI: Coisa e Propriedade Intelectual	
Carga horária: 66 horas	8º período

Ementa:

Posse. Direitos Reais. Da Propriedade. Direitos reais sobre coisas alheias. Direitos reais de garantia. Propriedade Intelectual.

Competências e Habilidades:

Proporcionar o conhecimento acerca dos diversos institutos de direito real, situando-os em harmonia com as exigências sociais, visando uma compreensão crítica a respeito dos mesmos.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. Posse
 - 1.1 Conceito
 - 1.2 Teorias
 - 1.3 natureza jurídica
 - 1.4 classificação

- 1.5 composses
- 1.6 tutela possessória.
- 1.7 Aquisição e perda da posse.
- 1.8 Efeitos da posse
- 1.9 ações possessórias.

2. Propriedade

- 2.1 Conceito
- 2.2 Elementos
- 2.3 objeto.
- 2.4 Extensão do direito de propriedade.
- 2.5 Restrições ao direito de propriedade.
- 2.6 Aquisição da propriedade imóvel.
- 2.7 Aquisição da propriedade móvel.
- 2.8 Usucapião.
- 2.9 Condomínio.
- 2.10 Direitos de vizinhança.
- 2.11 Propriedade fiduciária
- 2.12 Propriedade resolúvel
- 2.13 Perda da propriedade.

3. Direitos reais sobre coisas alheias

- 3.1 Enfitese
- 3.2 Direito de Superfície
- 3.3 Usufruto
- 3.4 Uso
- 3.5 Habitação
- 3.6 Servidões prediais
- 3.7 Renda constituída sobre imóvel.

4. Direitos reais de garantia

- 4.1 Conceito e características
- 4.2 Requisitos
- 4.3 Efeitos
- 4.4 Penhor
- 4.5 Hipoteca
- 4.6 Anticrese

Bibliografia Básica:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. Teoria geral do direito civil. Vol. 4. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil: direito das coisas**. 28.ed. v.5. São Paulo: Saraiva, 2009.

VENOSA, Silvio Salvo. **Direito Civil**. Parte geral Vol.5. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar:

GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil**. 15 ed. Rio de Janeiro. Ed. Forense, 2000

DOWER, Nélon Godoy Bassil Dower. **Curso Moderno de Direito Civil: direito** das coisas. v.4. São Paulo: Nelpa.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições De Direito Civil: Introdução** ao direito civil, teoria geral de direito civil. 19 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.v.4

LISBOA, Roberto Senise. **Manual de Direito Civil. Vols. 4.** 7ª Ed. 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro. Vol. 5.** 09 Ed. 2014. Saraiva

Ementa: DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV – EXECUÇÃO	
Carga Horária: 66 horas	8º período

Ementa:

Títulos executivos. Das partes. Requisitos para realizar qualquer execução. Liquidação da sentença. Execução para a entrega de coisa certa e incerta. Execução das obrigações de fazer e de não fazer. Execução por quantia certa contra devedor solvente. Dos Embargos do devedor. Da Execução por quantia certa contra devedor insolvente.

Competências e Habilidades:

Domínio e conhecimento dos processos de execução e cautelar, visando também uma reflexão crítica a respeito do ordenamento processual civil brasileiro, bem como aplicação às situações concretas.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia:

Aulas expositivas; dinâmicas em grupos; leituras orientadas; elaboração e produção de textos; interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. Dos Títulos Executivos
2. Das Partes
3. Dos Requisitos Necessários para Realizar Qualquer Execução
4. Da Execução para Entrega de Coisa: Da Entrega de Coisa Certa. da Entrega de Coisa Incerta

5. Da Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer
 6. Da Execução por Quantia certa Contra Devedor Solvente
 - 6.1.1. Da penhora, da avaliação e da expropriação de bens.
 - 6.1.2. Da citação do devedor e da indicação de bens
 - 6.1.3. Da penhora e do depósito
 - 6.1.4. Da penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais
 - 6.1.5. Da penhora, do depósito e da administração de empresa e de outros estabelecimentos.
 - 6.1.6. Da avaliação
 - 6.1.7. Da Adjudicação
 - 6.2. Da execução por quantia certa contra devedor insolvente
 - 6.2.1. Da insolvência
 - 6.2.2. Da insolvência requerida pelo credor
 - 6.2.3. Da insolvência requerida pelo devedor ou por seu espólio
 - 6.2.4. Da declaração judicial de insolvência
 - 6.2.5. Das atribuições do administrador
 - 6.2.6. Da verificação e da classificação dos créditos
 - 6.2.7. Do saldo devedor
 - 6.2.8. Da extinção das obrigações
 - 6.3. Do pagamento ao credor
 - 6.4. Da execução contra a Fazenda Pública
 - 6.5. Da execução de alimentos
7. Dos Embargos do Devedor
 - 7.1. Das Disposições Gerais
 - 7.2. Dos Embargos à Execução contra a Fazenda Pública
 - 7.3. Dos embargos à Execução
 - 7.4. Dos embargos na execução por carta
8. Da Suspensão e da Extinção do Processo de Execução

Bibliografia Básica:

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil.** Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Vol. 2. 49 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro.** Vol. 3. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil.** Vol. 3, 13 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014

Bibliografia Complementar:

MARTINS, Sergio Pinto. **Instituições de direito público e privado.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ALVIM, Arruda. **Direito Processual Civil.** 12 ed. São Paulo: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2008. v.2. 393 p. (Coleção Estudos e Parceres - II).

ASSIS, Araken de. **Manual da Execução**. 11.ed.. Sao Paulo: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2008.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil**. Vol.2, 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. 20.ed. v.3. São Paulo: Saraiva, 2001.

Ementa: PRÁTICA JURÍDICA II – PENAL	
Carga Horária: 66 horas	8º período

Ementa:

Inquérito Policial. Relaxamento de Prisão. Liberdade Provisória. Habeas Corpus. Ação Penal. Ações autônomas de impugnação. Recursos em Matéria Criminal. Correição Parcial. Habeas Corpus (2º Grau). Revisão Criminal.

Competências e Habilidades:

Reflexão crítica para relacionar os conceitos teóricos à atividade jurídica, bem como à ética profissional; exercício da prática e atividade forense, com enfoque aos procedimentos e peças processuais em primeiro grau de jurisdição.

Metodologia de Ensino:

Elaboração de peças processuais simuladas. Debate sobre temas da atualidade relacionados ao campo jurídico e ao conteúdo programático. Estudo e análise de autos findos. Atividades complementares.

Sistema de Avaliação:

Elaboração de peças processuais simuladas, realizadas em sala de aula. Prova bimestral, com a elaboração de peça processual simulada. Participação e relatório de atendimento da prática real e atividades complementares. Participação em sala de aula, tais como exposição de tema ou caso previamente estudado.

Conteúdo Programático:

1. Inquérito Policial

1.1 – Procedimento. Prazos.

1.2-Início e peças inaugurais (representação)

1.3 - Encerramento e arquivamento

2 - Relaxamento de prisão

2.1 - Hipóteses de cabimento

2.2 - Procedimento.

3 - Liberdade Provisória

3.1- Classificação

3.2- Hipóteses de cabimento

3.3- Fiança

4. Habeas Corpus

4.1- Legitimidade

4.2- Espécies

4.3- Cabimento

4.4- Competência

4.5- Procedimento

5. Ação penal

5.1- Iniciativa Pública

5.1.2- Denúncia

5.2- Iniciativa Privada

5.2.1- Queixa-crime

5.3- Procedimento Sumário

5.4- Procedimento Ordinário

5.4.1- Interrogatório

5.4.2- Defesa Preliminar (Defesa Prévia)

5.4.3- Alegações finais pelo Ministério Público

5.4.4- Alegações finais pela Defesa

5.4.5- Sentença

6. Ações Autônomas de Impugnação

6.1 Ação rescisória

6.2 Mandado de segurança

7. Recursos em Matéria Criminal

7.1 Recursos em sentido estrito

7.2 Apelação

7.3 Embargos infringentes e de nulidade

7.4 Embargos de Declaração

7.5 Recurso Constitucional Ordinário

7.6 Recurso especial extraordinário

7.7 Modelos de agravos

7.8 Carta testemunhável

8. Correição Parcial

9. Habeas Corpus (2º grau)

10. Revisão Criminal

Bibliografia Básica:

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática de Processo Penal. 35ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. Vol. 1 e 2. 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PACHECO, Denilson Feitoza. Direito Processual Penal: teoria, crítica e práxis. 7.ed.. Niteroi, RJ: Impetus, 2008.

Bibliografia Complementar:

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo Penal**. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 11 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

PEREIRA, José Ruy Borges ; PEREIRA, Débora Lígia Grazioli Borges ; PEREIRA, Maurício Carlos Borges. **Processo Penal** teoria e prática. São Paulo: Metodo, 2001.

MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal**. Saraiva, 2014

Figueiredo, Maria Patricia Vanzolini; Junqueira, Gustavo Octaviano Diniz; Dezem, Guilherme Madeira; Machado, Angela Cangiano / RT. **Prática Penal - Col. Prática Forense - Vol. 6 - 10ª Ed.** 2014.

DIREITO COLETIVO E PROCESSUAL DO TRABALHO	
Carga Horária: 66 horas	10º período

Ementa:

Procedimentos especiais. Inquérito para apuração de falta grave. Mandado de segurança. Ação rescisória. Ação de consignação em pagamento. Ação monitória. Ação possessória. Ação de prestação de contas. Medidas cautelares. Dissídio coletivo.

Competências e Habilidades:

Conhecimento acerca dos diversos institutos processuais aplicáveis na Justiça do Trabalho, visando uma compreensão atualizada e crítica a respeito da aplicabilidade do processo nos casos práticos do cotidiano empresarial.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. Procedimentos Especiais
 - 1.1 Introdução

2. Inquérito para apuração de falta grave

- 1.1 Beneficiários
- 1.2 Características
- 1.3 Procedimentos
- 1.4 Prazos
- 1.5 Audiência
- 1.6 Efeitos da sentença

2. Ação Rescisória

- 2.1 Fundamentos
- 2.2 Natureza Jurídica
- 2.3 Cabimento no Processo do Trabalho
- 2.4 Requisitos
- 2.5 Competência
- 2.6 Legitimidade
- 2.7 Sentença Homologatória
- 2.8 Processamento
- 2.9 Petição Inicial
- 2.10 Procedimentos

3. Mandado de Segurança

- 3.1 Conceito
- 3.2 Natureza Jurídica
- 3.3 Objetivo
- 3.4 Direito líquido e certo
- 3.5 Autoridade coatora
- 3.6 Competência
- 3.7 Hipóteses de cabimento
- 3.8 Petição Inicial
- 3.9 Provas
- 3.10 Prazo de ajuizamento
- 3.11 Processamento
- 3.12 Recurso
- 3.13 Requisitos

4. Ação de Consignação em pagamento

- 4.1 Conceito
- 4.2 Pressupostos
- 4.3 Cabimento no processo do trabalho
- 4.4 Hipóteses
- 4.5 Consignação extrajudicial
- 4.6 Competência
- 4.7 Petição Inicial
- 4.8 Contestação
- 4.9 Reconvenção
- 4.10 Sentença

5. Prestação de Contas
6. Ação cominatória
7. Ações possessórias
8. Ação monitória
9. Medidas cautelares
 - 9.1 Introdução
 - 9.2 Conceito
 - 9.3 Natureza Jurídica
 - 9.4 Pressupostos
 - 9.5 Liminar
 - 9.6 Revogabilidade
 - 9.7 Procedimento
 - 9.8 Sentença
 - 9.9 Coisa Julgada
 - 9.10 Recurso
 - 9.11 Execução
 - 9.12 Medidas cautelares específicas
10. Dissídios Coletivos
 - 10.1 Conceito
 - 10.2 Distinção
 - 10.3 Características
 - 10.4 Classificação
 - 10.5 Competência
 - 10.6 Limites do poder normativo
 - 10.7 Eficácia da sentença
 - 10.8 Natureza Jurídica do poder normativo
 - 10.9 Legitimidade
 - 10.10 Contestação
 - 10.11 Reconvenção
 - 10.12 Instrução
 - 10.13 Sentença
 - 10.14 Vigência
 - 10.15 Revisão
 - 10.16 Ação de cumprimento

Bibliografia Básica:

Martins, Sergio Pinto. **Direito processual do trabalho**. 35 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Giglio, Wagner D.; Correa, Claudia Giglio Veltri. **Direito processual do trabalho**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DAMASCENO, Fernando Américo Veiga. **Direito, Processo e Justiça do Trabalho**: Princípios e Perspectivas. Manole, 2002. (biblioteca virtual)

Bibliografia Complementar:

GONÇALES, Odonel Urbano. **Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTR, 1999.

OLIVEIRA, Francisco Antonio de. **Manual de Processo do Trabalho**. 3.ed.. São Paulo: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2005.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 12.ed.. São Paulo: LTr, 2014.

SAAD, Eduardo Gabriel; SAAD, José Eduardo Duarte; BRANCO, Ana Maria Saad Castello. **Curso de direito processual do trabalho**. 7.ed.. São Paulo: LTr, 2014.

ALMEIDA, Cleber Lúcio de. **Direito processual do trabalho: de acordo com as leis ns. 11.232/2005, 11.276/2006, 11.277/2006 e 11.280/2006**. 5 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

CRETELLA JÚNIOR, José ; CRETELLA NETO, José. **1000 perguntas e respostas de direito tributário: para as provas das Faculdades de Direito, para os Exames da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, para concursos públicos e para o provão do MEC**. 9.ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2003. 146 p.

Disciplina: Metodologia e Técnica de Pesquisa	
Carga horária: 66 horas	8º período

Ementa:

Noções básicas para a aprendizagem de pesquisa. Fontes de pesquisa. Ética na pesquisa. Tipos de pesquisa. Projeto de pesquisa. Metodologia de pesquisa científica: formulação e delimitação do problema de pesquisa; referente teórico: contextualização do campo de pesquisa; coleta e interpretação de dados. Divulgação dos resultados de pesquisa.

Conteúdo programático:

- 1 - Noções básicas
 - 1.1 O que é Metodologia Científica
 - 1.2 Conceito de ciência
 - 1.3 Objetivos da ciência
 - 1.4 Onde se faz ciência
 - 1.5 Conhecimento científico
 - 1.6 Método Científico

- 2 - Pesquisa
 - 2.1 Conceito
 - 2.2 Pesquisa para quê?
 - 2.3 Pesquisa científica
 - 2.4 Tipos de pesquisa científica
 - 2.5 Projetos de pesquisa
 - 2.6 Etapas de pesquisa científica

- 3 - Ética na pesquisa
 - 3.1 Conceito

- 3.2 Comitê de Ética na pesquisa
- 3.3 Composição do comitê
- 3.4 Ética aplicada à pesquisa em seres humanos
- 3.5 Legislação
- 3.6 CONEP

4 – Pesquisa na Internet e Resultado de Pesquisa

- 4.1 Introdução
- 4.2 Cuidados que se deve ter quando pesquisar na internet
- 4.3 Sites de busca
- 4.4 Bases de dados científicas
- 4.5 Como realizar pesquisa
- 4.6 Divulgação dos resultados de pesquisa
- 4.7 O que é um paper?

Bibliografia Básica:

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2013

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2013.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira. **Fundamentos de metodologia científica**. 3.ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2014

Bibliografia Complementar:

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2007. (biblioteca virtual)

REA, Louis M.; Richard A Parker. **Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução**. São Paulo: Pioneira, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2001

SERAFINI, Maria Teresa. **Como escrever textos**. 10 ed. São Paulo: Globo, 2000.

OLIVEIRA, Claudionor dos Santos. **Metodologia científica, planejamento e técnicas de pesquisa: uma visão holística do conhecimento humano**. 2.ed. São Paulo: Universidade Ibirapuera, 2005

DIREITO CIVIL VII: FAMÍLIA	
Carga Horária: 66 horas	9º período

Ementa:

Direito de família. Casamento. Efeitos jurídicos do casamento. Regime de bens entre os cônjuges. Dissolução da sociedade conjugal. União estável. Relações de parentesco. Famílias monoparentais. Alimentos. Direito de família protetivo.

Competências e Habilidades:

Compreensão acerca dos institutos de direito de família, buscando estabelecer uma visão atualizada e crítica a respeito dos mesmos.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. Direito de Família

- 1.1. Origem.
- 1.2. Evolução histórica.
- 1.3 Fontes.
- 1.4. Garantia constitucional.
- 1.5. Conteúdo.
- 1.6. Novas tendências do Direito de Família.
- 1.7. O fenômeno da constitucionalização.

2. Família

- 2.1. Transformações e evolução conceitual.
- 2.2. Concepção eudemonista.

3. Casamento

- 3.1. Procedimento de habilitação.
- 3.2. Celebração.
- 3.3. Prova.
- 3.4. Casamento civil e casamento religioso.
 - 3.4.1. Impedimentos matrimoniais.
 - 3.4.2. Impedimentos absolutamente dirimentes.
 - 3.4.3. Impedimentos relativamente dirimentes.
 - 3.4.4. Impedimentos impeditentes.
- 3.5. Invalidade matrimonial.
- 3.6. Inexistência.
 - 3.6.1. Nulidade e anulabilidade do casamento.
 - 3.6.2. Simulação.
- 3.7. Casamento putativo.
- 3.8. Efeitos do casamento.
 - 3.8.1. Pessoais e patrimoniais.
 - 3.8.2. Direitos e deveres dos cônjuges.

4. Regimes de Bens entre os Cônjuges

- 4.1. Generalidades
- 4.2. Princípios fundamentais.
- 4.3. Pacto antenupcial.
- 4.4. Regime legal ou supletivo.
- 4.4.1. Classificação.
- 4.5. Bem de família.

5. Dissolução da Sociedade Conjugal

- 5.1. Separação judicial (litigiosa e por mútuo consentimento).
- 5.2. Divórcio.
- 5.3. Concubinato.

6. União Estável

- 6.1. União entre pessoas do mesmo sexo.
- 6.2. Família Monoparental.

7. Relações de Parentesco

- 7.1. Generalidades.
- 7.2. Classificação.

8. Filiação

- 8.1. Poder familiar.
- 8.2. Reconhecimento dos filhos.
- 8.3. Investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento.
- 8.4. Adoção.
- 8.5. Poder familiar.
- 8.6. Exercício do poder familiar.
- 8.7. Suspensão e extinção do poder familiar.
- 8.8. Reprodução Assistida.

9. Alimentos

- 9.1. Ação de alimentos.
- 9.2. Alimentos provisionais.
- 9.3. Alimentos provisórios.
- 9.4. Execução de prestação alimentícia.
- 9.5. Natureza jurídica dos alimentos.
- 9.6. Obrigação alimentícia.
- 9.7. Pessoas obrigadas dos alimentos.
- 9.8. Pressupostos da ação de alimentos.
- 9.9. Prestação alimentícia.
- 9.10. Prisão civil.

10. Direito de família protetivo

- 10.1. Tutela.
- 10.1.1. Tutores.
- 10.1.2. Incapazes de exercer a tutela.
- 10.1.3. Escusa dos tutores.

- 10.1.4. Exercício da tutela.
- 10.1.5. Bens do tutelado.
- 10.1.6. Prestação de contas na tutela.
- 10.1.7. Cessaçãõ da tutela.
- 10.2. Curatela.
- 10.2.1. Interditos.
- 10.2.2. Curatela do nascituro e do enfermo ou portador de deficiência física.
- 10.2.3. Exercício da curatela.

Bibliografia Básica:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. Direito de Família. Vol. 5. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
 WALD, Arnaldo. **O Novo Direito de Família**. 14.ed.. São Paulo: Saraiva, 2002.
 VENOSA, Silvio Salvo. **Direito Civil. Direito de Família** Vol.6. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar:

GOMES, Orlando. **Direito de família**. 13 ed. Rio de Janeiro. Ed. Forense, 2000.
 RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil: direito de família**. 27.ed. v.6. São Paulo: Saraiva, 2002.
 LISBOA, Roberto Senise. **Manual de Direito Civil. Vols. 5**. 8ª Ed. 2013.
 Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro. Vol. 6** . 11ª Ed. 2014. Saraiva
 PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições De Direito Civil: Direito de Família**. 16 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. v.5.

Disciplina: Direito Previdenciário: Seguridade Social	
Carga horária: 66 horas	9º período

Ementa:

Conceito de Previdência Social. Contribuições sociais. Benefícios da Previdência Social. Assistência social.

Metodologia:

Aulas expositivas; dinâmicas em grupos; leituras orientadas; elaboração e produção de textos, entre outras.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Competências e habilidades:

Conhecimento da legislação e institutos de direito previdenciário e de assistência social, bem como da jurisprudência, procurando formular uma compreensão atualizada e crítica dos mesmos.

Conteúdo Programático:

1. Conceito de Previdência Social

- 1.1. A Previdência Social e sua função econômica na realidade brasileira*
- 1.2. Evolução da proteção social na história do direito brasileiro*
- 1.3. Princípios e escopos da Seguridade Social*
- 1.4. Seguridade Social e Custeio*

2. Contribuições Sociais

3. Benefícios da Previdência Social

4. Assistência Social

- 4.1. Noções fundamentais*
- 4.2. Princípios básicos*

Bibliografia Básica:

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. 19.ed.. Niteroi, RJ: Impetus, 2014.

CHAMON, Omar. **Introdução ao Direito Previdenciário**. Barueri, SP, Manole, 2005. (biblioteca virtual)

MONTEIRO, Antonio Lopes. **Crimes contra a previdência social: Lei n.9.983, de 14 de julho de 2000: texto, comentários e aspectos polêmicos**. 2.ed.. São Paulo: Saraiva, 2003.

Bibliografia Complementar:

Curso de **Direito Previdenciário**. 5.ed.. São Paulo: LTR, 2002.

SOUZA, Fábio. **Direito Processual Previdenciário: temas atuais**. Niteroi, RJ: Impetus, 2009.

PRADO, Luiz Regis. **Direito Penal Econômico: ordem econômica, relações de consumo, sistema financeiro, ordem tributária, sistema previdenciário, lavagem de capitais**. 2.ed.. São Paulo: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2007.

HORVATH Junior, Miguel. **Direito Previdenciário**. Barueri, SP, Manole, 2011. (biblioteca virtual)

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Direito Penal Tributário: crimes contra a ordem tributária e contra a previdência social**. 5.ed.. São Paulo: Atlas, 2007.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO I

Carga Horária: 66 horas

9º período

Ementa:

Direito financeiro. Introdução ao direito tributário. Relações com outros ramos do direito. Fontes. Classificação. Legislação tributária. Tributo. A Competência e o Poder de Tributar e de Regular: Sistema constitucional tributário. Discriminação das receitas tributárias.

Competências e Habilidades:

Interpretação e aplicação do Direito Tributário no equacionamento de problemas em consonância com as exigências sociais, culturais e econômicas no exercício da profissão, com uma postura voltada para o exercício da "cidadania tributária".

Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

1. Direito Financeiro

1.1 Finalidade e papel do Estado

1.2 Atividades desenvolvidas pelo Estado. Histórico: o surgimento do Estado. Evolução desde a família até o surgimento do Estado Moderno. A soberania e o poder de tributar do Estado. A atividade financeira do Estado

1.3 Receita pública: originária e derivada. Crédito público. Despesa pública. Conceito e classificação

1.4 Orçamento. Espécies. Regime constitucional e Leis infraconstitucionais

2. Introdução ao Direito Tributário

2.1 Conceito. Objeto. Autonomia: aspectos didático e científico. Regência Legal: CTN, CF, Leis Esparsas

3. Relações com outros ramos do direito: Direito Constitucional, Financeiro, Administrativo, Penal, Internacional Público, Processual Civil, Civil, Comercial, Trabalho

4. Fontes do Direito Tributário

5. Classificação: Hierarquia e Espécies.

6. Legislação Tributária. Hierarquia. Código Tributário Nacional

6.1 Vigência e aplicação

6.2 Vigência: no tempo e no espaço

6.3 Interpretação: conceito, princípios e métodos

6.4 Integração: conceito e aplicabilidade no Direito Tributário

7. Tributo

7.1 Conceito; natureza jurídica; classificação

7.2 Espécies do gênero tributo: impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório, contribuições sociais; outras contribuições especiais federais. Classificações. Definição do CTN e CF

7.3 Função ou objetivo

8. A Competência e o Poder de Tributar e de Regular: Fiscal, Extrafiscal e Parafiscal

9. Sistema Constitucional Tributário

9.1. Competência tributária

9.2. Princípios constitucionais tributários. Limitações constitucionais do poder de tributar. Imunidades

10. Discriminação das Receitas Tributárias

10.1. Impostos da União

10.2. Impostos dos Estados e do Distrito Federal

10.3. Impostos dos Municípios

Bibliografia Básica:

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 25^a. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 22.ed.. São Paulo: Malheiros editores, 2006.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. 12.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

Bibliografia Complementar:

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 20^a. Ed. S. Paulo: Saraiva, 2014.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário**. 6.ed.. São Paulo: Saraiva, 1998.

PINTO, Fabiana Lopes - **Direito Tributário**. Barueri, SP, Manole, 2012. (biblioteca virtual)

CASSONE, Vittorio. **Direito Tributário: fundamentos constitucionais da tributação, definição de tributos e suas espécies, conceito e classificação dos impostos, doutrina, prática e jurisprudência**. 17.ed.. São Paulo: Atlas, 2006.

CRETELLA JÚNIOR, José ; CRETELLA NETO, José. **1000 perguntas e respostas de direito tributário: para as provas das Faculdades de Direito**, para os

Exames da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, para concursos públicos e para o provão do MEC. 9.ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

DIREITO CIVIL VIII: SUCESSÕES

Carga Horária: 66 horas

9º período

Ementa:

Direito das sucessões. Abertura da sucessão. Aquisição da herança. Capacidade sucessória. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Testamento. Invalidade do testamento. Disposições testamentárias. Legados. Fideicomisso. Petições de herança. Inventário e partilha.

Competências e Habilidades:

Compreensão acerca dos institutos de direito de sucessões, buscando estabelecer uma visão atualizada e crítica a respeito dos mesmos.

Sistema de Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Fundamento do direito sucessório

1.2. Conteúdo do direito das sucessões

1.3 Terminologias adotadas e identificação do objeto da sucessão - O patrimônio do falecido

1.3.1 A herança

2. DA SUCESSÃO EM GERAL

2.1. Momento da transmissão da herança - Da abertura da sucessão

2.1.1. Comoriência

2.2. Espécies de sucessão

2.3. Espécies de sucessores

3. ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA

3.1. Aceitação da herança

3.1.1. Espécies de aceitação

3.1.2. Características da aceitação

3.2. Renúncia da herança

3.2.1. Restrições à liberdade de renunciar

3.2.2. Efeitos da renúncia

3.2.3. Retratação da renúncia e da aceitação

3.3. Da cessão de direitos hereditários

4. TRANSMISSÃO DA HERANÇA

4.1. Transmissão da herança - Considerações iniciais

4.2. Do lugar da instauração do inventário

- 4.3. Inventários conjuntos
- 4.4. Indivisibilidade da herança

5. DA HERANÇA JACENTE

- 5.1. Conceito e características
- 5.2. Casos de jacência
- 5.3. Arrecadação da herança jacente
- 5.4. Da investigação para localização de herdeiros
- 5.5. Do comparecimento de herdeiro e sua habilitação
- 5.6. Da declaração de vacância da herança

6. DA CAPACIDADE SUCESSÓRIA

- 6.1. Introdução e verificação da capacidade sucessória
- 6.2. Da exclusão do herdeiro por indignidade
- 6.3. Distinção entre incapacidade, indignidade e deserdação

7. SUCCESSÃO LEGÍTIMA

- 7.1. Introdução
- 7.2. Ordem de vocação hereditária
 - 7.2.1. Sucessão por direito próprio (por cabeça) e por representação (por estirpe) e partilha em linha
- 7.3. Da sucessão por representação

8. SUCCESSÃO NA LINHA RETA

- 8.1. Sucessão dos descendentes
- 8.2. Sucessão dos ascendentes

9. SUCCESSÃO DECORRENTE DO CASAMENTO E DA UNIÃO ESTÁVEL

- 9.1. Sucessão do cônjuge concorrendo com descendentes e ascendentes
- 9.2. Sucessão exclusiva do cônjuge
- 9.2. Sucessão do companheiro concorrendo com parentes do falecido

10. SUCCESSÃO DOS COLATERAIS

- 10.1. Sucessão dos colaterais

11. SUCCESSÃO TESTAMENTÁRIA

- 11.1. Notas introdutórias e breve notícia histórica
- 11.2. Sucessão testamentária na atualidade

12. FORMAS DE TESTAMENTO

- 12.1. Testamento público
- 12.2. Testamento cerrado
- 12.3. Testamento particular
- 12.4. Testamentos especiais

13. CODICILO

14. TESTEMUNHAS TESTAMENTÁRIAS

15. DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS

15.1. Disposições restritivas.

15.2. Redução das disposições testamentárias

16. CAPACIDADE PARA ADQUIRIR POR TESTAMENTO

17. DESERDAÇÃO

17.1. Noção e requisitos essenciais

17.2. Deserdação versus exclusão por indignidade: semelhanças e dessemelhanças

17.3. Deserdação dos descendentes pelos seus ascendentes e deserdação dos ascendentes pelos seus descendentes

17.4. Exclusão da sucessão, ação de deserdação e efeitos da deserdação

18. INVALIDIDADE DO TESTAMENTO

18.1 Introdução

18.2. Revogação do testamento

18.3. Rompimento do testamento

18.4. Caducidade do testamento

18.5. Nulidade do testamento

19. LEGADOS

19.1. Noção, sujeitos e objeto dos legados

19.2. Espécies de legados

19.3. Efeitos do legado

19.4. Caducidade do legado

20. DIREITO DE ACRESCER

21. SUBSTITUIÇÕES TESTAMENTÁRIAS

21.1. Conceito e espécies de substituição

21.2. Características e elementos do fideicomisso

21.3. Caducidade do fideicomisso

21.4. Ineficácia do fideicomisso

21.5. Fideicomisso e usufruto: exegese para identificação da vontade do testador

22 DA LIQUIDAÇÃO DA HERANÇA – O INVENTÁRIO

23. COLAÇÕES

24. SONEGADOS

25. A PARTILHA NO INVENTÁRIO (JUDICIAL OU ADMINISTRATIVO)

Bibliografia básica:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. Direito das Sucessões. Vol. 6. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil: direito das sucessões**. 26.ed. v.7. São Paulo: Saraiva, 2006.

VENOSA, Silvio Salvo. **Direito Civil. Direito das Sucessões Vol.7**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia complementar:

GOMES, Orlando. **Sucessões**. 9 ed. Rio de Janeiro. Ed. Forense, 2000.
WALD, Arnaldo. **Direito das sucessões**. 12.ed.. São Paulo: Saraiva, 2002.
LISBOA, Roberto Senise. **Manual de Direito Civil. Vols. 5**. 8ª Ed. 2013.
GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro. Vol. 6** . 11ª Ed. 2014. Saraiva
PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições De Direito Civil: Direito de Família**. 16 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

PRÁTICA JURÍDICA III: TRABALHO

Carga Horária: 66 horas

9º período

Ementa:

Orientação e preparação do aluno para as atividades jurídicas no âmbito do direito do trabalho, dando enfoque à tipicidade de ações neste ramo do direito, com atividades simuladas.

Metodologia:

Elaboração de peças processuais simuladas. Debate sobre temas da atualidade relacionados ao campo jurídico e ao conteúdo programático. Estudo e análise de autos findos. Atividades complementares.

Avaliação:

Elaboração de peças processuais simuladas, realizadas em sala de aula. Prova bimestral, com a elaboração de peça processual simulada. Participação e relatório de atendimento da prática real e atividades complementares. Participação em sala de aula, tais como exposição de tema ou caso previamente estudado.

Competências e Habilidades:

Proporcionar o conhecimento básico dos preceitos e instituições do Direito do Trabalho e Processual Trabalhista, mediante o exercício da prática e atividade forense, com enfoque aos procedimentos e elaboração de peças processuais.

Conteúdo Programático:

1. Da Justiça do Trabalho

1.1 Competência da justiça do trabalho

1.2 Competência dos juízes de direito da justiça comum

1.3 Competência dos juízes do trabalho

1.4 Competência dos Tribunais Regionais do Trabalho

1.5 Competência do Tribunal Superior do Trabalho

2. Formas de resolução de conflitos trabalhistas

2.1 Comissões de conciliação prévia

2.2 Dissídios individuais

2.3 Dissídios coletivos

3. Ações Trabalhistas no Dissídio Individual

3.1 Ações de conhecimento

3.2 Ações cautelares

3.3 Ações de execução ou executivas

4. Procedimentos Processuais Trabalhistas

4.1 Classificação dos procedimentos

4.2 Tratamento dado às partes

5.1 Petição inicial de reclamação

5.2 Citação - notificação

5.3 Audiência de instrução e julgamento

5.4 Recurso

6. Resposta do Reclamado

6.1 Exceções

6.2 Contestação

6.3 Reconvenção

7. Procedimento Sumaríssimo

7.1 Características – Petição Inicial

7.2 Contestação

8. Recursos

8.1 Disposições Gerais

8.2 Espécies de recursos

8.3 Outros recursos ou meios de defesa

9. Recurso Ordinário

9.1 Disposições gerais e Cabimento

9.2 Processamento

10. Recurso de Revista

10.1 Disposições gerais e Cabimento

10.2 Processamento

11. Agravo de Instrumento

11.1 Disposições gerais e Cabimento

11.2 Processamento

12. Agravo de Petição

12.1 Disposições gerais e Cabimento

12.2 Processamento

13. Embargos de Terceiro

13.1 Disposições gerais e Cabimento

13.2 Processamento

14. Recurso Extraordinário

14.1 Disposições gerais e Cabimento

14.2 Processamento

15. Ação Rescisória

15.1 Disposições gerais e Cabimento

15.2 Processamento

16. Mandato de Segurança

16.1 Disposições gerais e Cabimento

16.2 Processamento

Bibliografia Básica:

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. 35 ed. São Paulo: 2014.

DAMASCENO, Fernando Américo Veiga. **Direito, Processo e Justiça do Trabalho: Princípios e Perspectivas**. Manole, 2002. (biblioteca virtual)

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 28 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar:

GIGLIO, Wagner D. **Direito Processual do Trabalho**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FREDIANI, Yone - **Direito do Trabalho**. Barueri, SP, Manole, 2011. (biblioteca virtual)

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 33.ed. São Paulo: LTr, 2007.

DARCANHY, Mara Vidigal. **Teletrabalho para pessoas portadoras de necessidades especiais**. São Paulo: LTR, 2006.

EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE

Carga Horária: 66 horas

9º período

EMENTA:

Empreendedorismo: novos paradigmas, características, oportunidades, desenvolvimento de atitudes empreendedoras. Perfil e postura

empreendedora. Viabilidade de um negócio. Definição, características e aspectos de um Plano de Negócios. Empreendedorismo e o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: conceitos e praticas. Responsabilidade Social, Consumo Consciente, Relações Multi-stakeholders, Ética e Cidadania.

OBJETIVOS:

- Definir e compreender o significado do termo empreendedorismo;
- Conhecer a importância do empreendedorismo para o mercado de trabalho;
- Conhecer os tipos de empreendedores;
- Conhecer as competências empreendedoras;
- Compreender, analisar e elaborar um plano de negócios;
- Possibilitar que o aluno compreenda os fatores locais e globais que influenciam na implantação, desenvolvimento e controle de negócios empreendedores e seus impactos sociais, econômicos e ambientais.
- Habilitar o aluno a entender a Sustentabilidade como parte integrante da estrutura social;
- Possibilitar ao aluno a compreensão e o desenvolvimento de ações sustentáveis consonantes com a sua vida profissional.

METODOLOGIA:

Os alunos serão estimulados a participar do processo de aprendizagem através de aulas à distância, onde o Professor fica disponível, por meio de chats ou fóruns pré-agendados, para tirar dúvidas e encaminhar questões de conteúdo, ministrar exercícios e/ou aplicar tarefas e receber trabalhos.

Leitura contínua de textos propostos. Resolução dos exercícios propostos.
Pesquisa sobre temas propostos ao longo das unidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade 1 – Conhecendo o empreendedorismo

- 1.1 Raízes do empreendedorismo: a origem do termo
- 1.2 A importância do estudo
- 1.3 Tipos de empreendedores
- 1.4 A postura empreendedora
- 1.5 Mitos e realidades do empreendedorismo

Unidade 2 – As competências empreendedoras

- 2.1 Posicionamento estratégico
- 2.2 Conhecimento
- 2.3 Pensamento crítico
- 2.4 Autogerenciamento interpessoal
- 2.5 Liderança
- 2.6 Relacionamento interpessoal
- 2.7 Comunicação e influência

Unidade 3 – A elaboração do Plano de Negócios

- 3.1 O plano de negócio
- 3.2 Elaborando o plano de negócio
- 3.3 Capa
- 3.4 Caracterização do empreendimento
- 3.5 Análise de mercado
- 3.6 Localização e instalação
- 3.7 O mercado consumidor
- 3.8 Fornecedor
- 3.9 A concorrência
- 3.10 Pessoal
- 3.11 Estratégia competitiva
- 3.12 Fluxo financeiro

Unidade 4 – Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável

- 4.1 As transformações da sociedade
- 4.2 Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável e Consumo Consciente
- 4.3 Sustentabilidade e Práticas Empresariais
- 4.4 Relatório de Sustentabilidade e Balanço Social
- 4.5 Legislação e Normas da Sustentabilidade

Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, Idalberto - Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4ªed. Barueri-SP, Manole, 2012. (biblioteca virtual)
DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa**. 14 ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002
DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática** 5.ed. São Paulo: Pioneira, 2005

Bibliografia Complementar:

KOUZES, James M. **O desafio da liderança**. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
Bernardi, Luiz Antonio. **Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
ARANTES, Elaine Cristina. **Empreendedorismo e Responsabilidade Social. V.4**, Curitiba, Intersaberes, 2014. (biblioteca virtual)
DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**. 6.ed. São Paulo: Ed. de Cultura, 1999.
DORNELAS, Jose Carlos Assis. **Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I**Carga Horária:** 200 horas**9º período****Ementa:**

Componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando. Deve ser desenvolvido conforme Regulamento de Estágio anexo, nas diversas áreas de atuação do Direito.

Bibliografia básica e complementar: Indicada, se necessário, conforme área em que o estágio esteja sendo desenvolvido.

TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO**Carga Horária:** 66 horas**10º período****Ementa:**

Propõe-se temas abrangentes da área jurídica, como: Tópicos de Criminologia, Medicina Legal, Legislação Penal Especial, Últimas Reformas Processuais, Direito e Bioética, Meios Alternativos de Solução dos Litígios e Ações Constitucionais.

COMPETÊNCIA E HABILIDADES:

Compreensão de textos e fundamentação específica para produção de documentos jurídicos, mediante incentivo à leitura e desenvolvimento da capacidade analítica do aluno.

METODOLOGIA DE ENSINO:

O conteúdo da disciplina será ministrado por meio de aulas expositivas, mas com interatividade discente, sempre contextualizando a teoria e a prática com exemplos destinados à compreensão e aplicação dos conceitos expostos, usando-se recursos audiovisuais, quadro de giz, etc.; leitura, interpretação de textos e dos artigos, um a um, mas de forma sistemática; estudos dirigidos, seminários, dinâmicas de grupo, trabalhos de pesquisa em sala e extrassala, individuais ou em grupos visando a uma melhor compreensão e fixação dos conteúdos trabalhados.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO:

Os alunos serão avaliados de forma contínua, pela frequência, atividades desenvolvidas em sala de aula e participação, e avaliações parciais e bimestrais, seminários, pesquisa, entre outras, prova, conforme calendário institucional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Criminologia.

1.1. Conceito.

1.2. Evolução histórica.

1.3. Escola Clássica e Escola Positiva

2. Criminologia e a Política Criminal

2.1. Teorias relacionadas à Criminologia

2.2. Escolas Sociológicas

2.2.1. Teorias: Consenso e Conflito

3. Vitimologia na Criminologia

3.1. Conceito

3.2. Classificação

4. Medicina Legal

4.1. Conceito

4.2. Utilidade nos diversos ramos do Direito

5. Medicina Legal: peritos e perícias

5.1. Conceito de perícias

5.2. Tipo de perícias

5.3. Atuação do perito

5.4. Documentos médico-legais

6. Lei de Drogas (Lei 11.343/06)

6.1. Crimes da Lei de Drogas

6.2. Discussão do STF quanto a Constitucionalidade dos artigos da Lei de Drogas

6.3. Penas da Lei de Drogas

6.4. Sujeito Ativo e Sujeito Passivo

6.5. Natureza Jurídica

7. Lei de Organização Criminosa (Lei 12.850/13)

7.1. Ação Controlada

7.2. Infiltração dos Agentes

7.3. Crimes

7.4. Inexigibilidade de Conduta Diversa

8. Lei dos Transplantes de Órgãos (Lei 9.434/97)

8.1. Conceito

8.2. Condutas tipificadas

8.3. Crimes

9. Mandado de Injunção x Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão

9.1. Legitimidade

9.2. Propositura

9.3. "Amicus Curiae"

9.4. Modulação dos Efeitos

Bibliografia Básica:

LEMBO, Cláudio - **A pessoa: seus direitos**. Barueri, SP, Manole, 2007.
(biblioteca virtual)

FERNANDES, Newton ; FERNANDES, Valter. **Criminologia Integrada**.
2.ed.. São Paulo: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2002.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. Vol. 1 e 2. 35 ed. São Paulo:
Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar:

CALHAU, Lélío Braga. **Resumo de Criminologia**. 8.ed.. Niterói, RJ:
Impetus, 2013.

DURKHEIM, Emile. **Ética e sociologia da moral**. 2.ed.. São Paulo:
Landy, 2006.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado** – 18ª Ed. 2014.
Saraiva.

FRANÇA, Genival Veloso de. **Direito Médico**. 12.ed.. Rio de Janeiro:
Forense, 2014.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil –
Esquematizado**. 4ª Ed. 2014. Saraiva.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO II

Carga Horária: 66 horas

10º período

Ementa:

Obrigações tributárias. Crédito tributário. Administração tributária. Punibilidade em Matéria Tributária. Processo administrativo tributário. A consulta em matéria fiscal e seus efeitos. Processo judicial tributário.

Competências e Habilidades:

Interpretação e aplicação do Direito Tributário no equacionamento de problemas em consonância com as exigências sociais, culturais e econômicas no exercício da profissão, com uma postura voltada para o exercício da "cidadania tributária".

Avaliação:

Avaliações bimestrais escritas conforme calendário institucional. Avaliações parciais a critério do plano de aula do professor, podendo ser constituídas de atividades orientadas, exercícios práticos, seminários, produção de textos, entre outras.

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos, leituras orientadas, elaboração e produção de textos, interpretação jurisprudencial, entre outras.

Conteúdo Programático:

1 Obrigação Tributária

- 1.1. Conceito. Natureza jurídica. Obrigação principal e acessória
- 1.2. Norma Jurídica Tributária. Elementos: material, temporal, espacial, subjetivo ou pessoal e quantitativo. Hipótese de Incidência e Fato Gerador
- 1.3. Categorias especiais da técnica da tributação: Isenção. Incidência. Não - incidência, alíquota zero
- 1.4. Solidariedade. Efeitos. Capacidade tributária. Domicílio
- 1.5. Responsabilidade tributária: Principal. Transferência e substituição. Por infrações e denúncia espontânea

2. Crédito Tributário

- 2.1. Noções gerais
- 2.2. Lançamento tributário: definição, natureza jurídica, requisitos, princípios e modalidades
- 2.3. Suspensão, extinção e exclusão
- 2.4. Garantias, preferências e privilégios do Crédito Tributário

3. Administração Tributária: Fiscalização, dívida ativa, certidões negativas

4. Punibilidade em Matéria Tributária

- 4.1. O ilícito tributário e os crimes fiscais. Noções gerais
- 4.2. As infrações tributárias no CTN. Responsabilidades

4.3. Espécies de infrações contra a ordem tributária

4.4. Sanções administrativas e penais

5. Processo Administrativo Tributário: Lançamento, O Auto de Infração e o Procedimento Contencioso. A Consulta em Matéria Fiscal e Seus Efeitos

6. Processo Judicial Tributário

6.1 Execução fiscal; defesa

Bibliografia Básica:

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 2ª. ed. 25 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. 12.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 22.ed.. São Paulo: Malheiros editores, 2006.

Bibliografia Complementar:

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 20ª. Ed. S. Paulo: Saraiva, 2014.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário**. 6.ed.. São Paulo: Saraiva, 1998.

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Direito Penal Tributário: crimes contra a ordem tributária e contra a previdência social**. 5.ed.. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Sergio Pinto. **Manual de Direito Tributário**. 5.ed.. São Paulo: Atlas, 2006.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio; SALOMÃO FILHO, NUSDEO, Fábio (org.) **Poder econômico: direito, pobreza, violência, corrupção**. Barueri, SP, Manole, 2009. (biblioteca virtual)

PRÁTICA JURÍDICA IV: PETIÇÕES CIVEIS	
Carga Horária: 66 horas	10º período

Ementa:

Ações autônomas de impugnação. Recursos em Matéria Criminal. Correição Parcial. Habeas Corpus (2º Grau). Revisão Criminal.

Metodologia:

Elaboração de peças processuais simuladas. Debate sobre temas da atualidade relacionados ao campo jurídico e ao conteúdo programático. Estudo e análise de autos findos. Atividades complementares.

Sistema de Avaliação:

Elaboração de peças processuais simuladas, realizadas em sala de aula. Prova bimestral, com a elaboração de peça processual simulada. Participação e relatório de atendimento da prática real e atividades complementares. Participação em sala de aula, tais como exposição de tema ou caso previamente estudado.

Competências e Habilidades:

Reflexão crítica para relacionar os conceitos teóricos à atividade jurídica, bem como à ética profissional; exercício da prática e atividade forense, com enfoque aos procedimentos e peças processuais em primeiro grau de jurisdição.

Conteúdo Programático:

1. Ações Autônomas de Impugnação

1.1 Ação rescisória

1.2 Mandado de segurança

2. Recursos em Matéria Criminal

2.1 Recursos em sentido estrito

2.2 Apelação

2.3 Embargos infringentes e de nulidade

2.4 Embargos de Declaração

2.5 Recurso Constitucional Ordinário

2.6 Recurso especial extraordinário

2.7 Modelos de agravos

2.8 Carta testemunhável

3. Correição Parcial

4. Habeas Corpus (2º grau)

5. Revisão Criminal

Bibliografia Básica:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. Teoria geral do direito civil. Vol. 2. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VENOSA, Silvio Salvo. **Direito Civil**. Parte geral Vol.1. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil**. Vol. 1, 2 e 3. 10 ed. e 13 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

Bibliografia Complementar:

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**.

Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Vol. 1, 2 3 . 55 ed., 49 ed. e 37 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MARTINS, Sergio Pinto. **Instituições de direito público e privado**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil** Brasileiro, 23 ed. São Paulo, Saraiva, 2013.

MILHOMENS, Jônatas; ALVES, Geraldo Magela. **Manual de Petições: cíveis, criminais, trabalhistas**. 15.ed.. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005.

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. **Curso Completo de Processo Civil**. Impetus. 2014

Ementa: PRÁTICA JURÍDICA V: PETIÇÕES PENAIIS	
Carga Horária: 66 horas	10º período

Ementa:

Prática processual cível: Petição inicial: ritos ordinário e sumário; Resposta do réu: contestação, impugnações, exceções; Recursos: apelação, agravo, embargos de declaração, embargos infringentes, recurso especial, recurso extraordinário e procedimentos especiais.

Competências e Habilidades:

Reflexão crítica para relacionar os conceitos teóricos à atividade jurídica, bem como à ética profissional; exercício da prática e atividade forense, com enfoque aos procedimentos e peças processuais em primeiro grau de jurisdição.

Metodologia:

Elaboração de peças processuais simuladas. Debate sobre temas da atualidade relacionados ao campo jurídico e ao conteúdo programático. Estudo e análise de autos findos. Atividades complementares.

Avaliação:

Elaboração de peças processuais simuladas, realizadas em sala de aula. Prova bimestral, com a elaboração de peça processual simulada. Participação e relatório de atendimento da prática real e atividades complementares. Participação em sala de aula, tais como exposição de tema ou caso previamente estudado.

4.4. Conteúdo Programático:

1. Elaboração de procurações por instrumento particular e substabelecimento com ou sem reserva de poderes.
2. Elaboração de peça para renúncia, revogação de mandato e contrato de honorários.
3. Petição inicial de rito ordinário – a) partes constitutivas da redação; b) os diferentes tipos de pedido.
4. Petição inicial de rito sumário – a) peculiaridades do procedimento; b) partes constitutivas da redação.

5. Elaboração de peças a partir de casos hipotéticos diversos com amparo na legislação em vigor, jurisprudência e doutrina.
6. Elaboração de peças pelo rito sumário tendo como sugestão de temas: demanda de alimentos, investigação de paternidade, revisional de alimentos, execução de alimentos, demandas possessórias, indenização por acidente de trânsito com pleito de danos morais e materiais, procedimentos da lei do inquilinato, execução de título extrajudicial.
7. Audiência simulada do rito sumário.
8. Resposta do réu: produção de peças em sede de contestação aos pedidos iniciais formulados a partir das sugestões acima.
9. Estudo das peculiaridades que envolvem a defesa pela via da contestação.
10. Produção de uma reconvenção; impugnação ao valor da causa, exceção de incompetência relativa do juízo, exceção de impedimento e/ou suspeição do juiz.
11. Estudo de expedientes judiciais: mandados de citação e intimação em diversos procedimentos, cartas precatórias, certidões em geral, ofícios.
12. Análise de autos findos.
13. Atendimento ao público junto ao Escritório Modelo de Prática Jurídica – distribuição e acompanhamento de pedidos em juízo – participação em audiência conciliatórias, de instrução e julgamento e júris.
14. Confecção das petições a partir dos casos concretos orientados pelo Escritório Modelo.

Bibliografia Básica

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. 13 ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2014.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. Vol. 1 e 2. 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PACHECO, Denilson Feitoza. **Direito Processual Penal: teoria, crítica e práxix**. 7.ed.. Niteroi, RJ: Impetus, 2010.

Bibliografia Complementar

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo Penal**. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 11 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

BITENCOURT, C.R. **Tratado de Direito Penal**. 20 ed. São Paulo: Saraiva, V.1. 2014

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 14ª Ed. 2007. São Paulo. Saraiva.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte geral arts. 1º a 120 do CP**. 11.ed. v.1e 2. 16 ed. e 11 ed. Niteroi, RJ: Impetus, 2014.

Ementa: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: CONCLUSÃO

Carga Horária: 66 horas

10º período

Ementa:

Conclusão e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, que envolve o levantamento, a análise e a discussão dos resultados obtidos na pesquisa realizada pelo discente, dentro do que é preconizado pela metodologia científica.

Competências e Habilidades:

Conhecimento acerca das Técnicas para a elaboração e defesa do trabalho de conclusão de curso (que foi aprovado no projeto protocolado na coordenação de monografias) devendo exercitar as etapas do processo de desenvolvimento do trabalho científico, de cunho profissional da área de atuação que o aluno esteja em vias de graduar-se. Seguir os ditames da metodologia científica, cumprindo o seu embasamento teórico.

Sistema de Avaliação:

Atividades em sala de aula (oficinas) e relatórios de leitura com valor 5,0 (no primeiro e segundo bimestre) e avaliação bimestral com peso 5,0. No primeiro bimestre a avaliação bimestral será composta do primeiro capítulo da monografia acompanhado dos itens pré-textuais e referências bibliográficas. No segundo bimestre será solicitada a entrega do texto monográfico completo (Introdução, três capítulos e conclusão).

Metodologia de Ensino:

Aulas expositivas, dinâmicas em grupos (defesa simulada), leituras e pesquisa temática orientada, elaboração e produção de textos, entre outras.

Conteúdo Programático:

- 1 **Construção do texto científico para o TCC segundo as normas da ABNT**
 - 1.1- Construção dos capítulos
 - 1.2- Citação
 - 1.2.1 Citação direta /curta e longa
 - 1.2.2 Citação Indireta / Paráfrase e Condensação
 - 1.2.3 Citação de citação
 - 1.3 Regras de apresentação
 - 1.3.1 Citação na sentença
 - 1.3.2 Citação pós- sentença
 - 1.4 Notas de Rodapé
 - 1.4.1 Notas de referência e notas explicativas
 - 1.5 Transcrição de elementos de uma referência (Autoria, Título, Subtítulo, Edição, Local, Editora, Data)
 - 1.6 Modelos de Referência

- 1.6.1 Referências de trabalhos em geral
- 1.6.2 Referências em meio eletrônico
- 1.6.3 Capítulo de Livro
- 1.6.4 Publicação periódica
- 1.6.7 Documento jurídico (Legislação, jurisprudência, doutrina, documento jurídico em meio eletrônico)
- 1.6.8 Trabalhos de conclusão de curso: tese, dissertação e monografia
- 1.7 Formatação e editoração
- 1.8 Estrutura do Trabalho científico
 - 1.8.1 Parte externa (Capa e Lombada)
 - 1.8.2 Elementos Pré-textuais (Folha de rosto, Errata, Folha de aprovação, Dedicatória, Agradecimentos, Epígrafe, Resumo em língua vernácula, Resumo em língua estrangeira, Lista de ilustrações, Lista de tabelas, Lista de abreviaturas e/ou siglas, Lista de símbolos, Sumário)
 - 1.8.3 Elementos Textuais (introdução desenvolvimento, conclusão)
 - 1.8.4 Elementos pós-textuais (Referências, Glossário, Apêndice, Anexo, Índice)
- 2 – Técnicas de apresentação da monografia (TCC)
 - 2.1 – Procedimentos e protocolo para a apresentação do TCC perante a Banca Examinadora.

Bibliografia básica:

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Manual da Monografia Jurídica**. 2.ed.. Sao Paulo: Saraiva, 2002.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira ; SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães. **Metodologia para pesquisa jurídica**: manual para elaboração e apresentação de monografias. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

LAKATOS, Eva Maria ; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 3.ed.. São Paulo: Atlas, 2000.

Bibliografia complementar:

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5.ed.. SãoPaulo: Prentice Hall, 2006.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para a iniciação científica. 2.ed.. São Paulo: Makron books, 2006.

CARVALHO, Maria Cecília M. de (org.). **Construindo o saber: metodologia científica** fundamentos e técnicas. 17.ed.. São Paulo: Papirus, 2006.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira; SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães. **Metodologia para pesquisa jurídica**: manual para elaboração e apresentação de monografias. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

KOCHE, Jose Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação á pesquisa. 20ª Ed. Petropolis: Vozes, 2002.

Ementa: ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	
Carga Horária: 200 horas	10º período

Ementa: Componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando. Deve ser desenvolvido conforme Regulamento de Estágio anexo, nas diversas áreas de atuação do Direito.

Bibliografia básica e complementar: Indicada, se necessário, conforme área em que o estágio esteja sendo desenvolvido.

Ementa: ATIVIDADES COMPLEMENTARES	
Carga Horária: 360	Integrada no decorrer do curso, ou seja até o 10º período

Ementa:

Componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Devem ser desenvolvidas no decorrer do curso, conforme Regulamento Anexo.

Bibliografia básica e complementar: Indicada, se necessário, conforme área em que a atividade for desenvolvida.

Ementa: LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	
Carga Horária: 66	Optativa (podendo ser cursada em qualquer período)

EMENTA

Estudo, conceituação e caracterização da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como forma de comunicação e expressão do surdo.

OBJETIVOS

Apresentar aos alunos os conceitos teórico-práticos para conhecimento e uso da Língua Brasileira de Sinais, como modalidade gestual-visual, que é o sistema lingüístico das comunidades surdas no Brasil.

METODOLOGIA

Aulas expositivas e ilustradas
Workshop

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O indivíduo surdo
- Histórico da educação do surdo no Brasil e no mundo
- Legislação vigente a respeito da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dos Direitos da Pessoa Surda
- Papel do professor e do intérprete no uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e sua formação
- Parâmetros fonológicos da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS
- Sistema de transcrição para a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (Sistema de notação em palavras)
- Pequenos diálogos com a utilização do alfabeto manual (datilologia), características de pessoa e coisas, pronomes pessoais / demonstrativos / possessivos / interrogativos, tipos de verbos.

Bibliografia Básica

Vários autores. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica.** v.1 e v 2 . Brasília: Ministério da Educação, 2004. 139 p. e 207 p. (Programa nacional de apoio à educação dos surdos.

Libras Conhecimento além dos Sinais – Daniel Choi...(et- al.) – organizado por Maria Cristina da Cunha Pereira – 1ªed. – São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2011 (biblioteca virtual)

GESSER, AUDREI. **LIBRAS, que língua é essa?.** São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2014

Bibliografia Complementar

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua Portuguesa.** Brasília: MEC, 2004. 94 p.
Brasil. Secretaria de Educação Especial. **Língua Brasileira de Sinais.** v.3. Brasília: SEESP, 1998. 127 p. (Série Atualidades Pedagógicas 4).
Educação para surdos: práticas e perspectivas. São Paulo: Santos Editora, 2008. 197 p.

LUZ, RENATO DENTE. CENAS SURDAS: os surdos terão lugar no coração do mundo? São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2013.
GESSER, AUDREI. O Ouvinte e a surdez - sobre ensinar e aprender a LIBRAS. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2015

5. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS À FORMAÇÃO

A seguir, em tópicos as atividades articuladas com a formação almejada

5.1. Estágio Supervisionado

O aprendizado do Direito não se restringe à compreensão dos textos legais e doutrinários: a prática efetiva da advocacia é uma dimensão fundamental do estudo do Direito. Por essa razão, os Cursos de Graduação em Direito e no caso em tela, o da Universidade Ibirapuera proporciona a seus alunos a oportunidade de um aprendizado prático, através do contato direto com a realidade da advocacia.

Conforme estabelece o regimento interno da Universidade Ibirapuera, através de seu Curso de Direito atrelado aos ditames legais em vigor, o Estágio Supervisionado e o Núcleo de Prática Jurídica são expressões de síntese do Curso.

Dentre as atividades do NPJ, destacam-se o Estágio Supervisionado e o Trabalho de Curso (TC), este último, específico para os alunos dos três últimos semestres de graduação. No NPJ programa-se Atividades Complementares para estímulo e como complemento na formação integral dos alunos; possibilitam-se estágios profissionais; albergam-se os serviços de assistência judiciária (SAJU), onde, além do atendimento personalizado a população carente do entorno, elaboram-se peças processuais; cumprem-se atividades externas de visitas a órgãos públicos e particulares de interesse profissional, incluindo a assistência às audiências nos fóruns; estudam-se o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e o Código de Ética e Disciplina; realizam-se atos processuais em audiências

simuladas e em Ofício Judicial, observando-se todos os procedimentos legais, desde o protocolo inicial até o final, à luz da Ética.

Quanto ao Estágio Supervisionado, este se encontra em conformidade com a matriz curricular do curso, vislumbrando-se um percentual das atividades desenvolvidas.

5.1.1. Mecanismos efetivos de acompanhamento

Há mecanismos efetivos de acompanhamento e orientação para o cumprimento das atividades de estágios supervisionados e das atividades complementares, além do regulamento institucionalizado.

Em cada semestre é desenvolvido um ensino que atende aos anseios dos discentes e docentes, assim como a população em seu entorno no atendimento jurídico. Implantou-se um currículo com métodos que desenvolvem a prática pedagógica enquanto mecanismos e parâmetros para a busca real de eficácia:

- Incremento ao acesso às informações referentes ao curso de Direito e a todas atividades que lhe sejam afetas;
- Oferta de momentos de discussão entre professores e estudantes, com estratégia que motive a participação dos estudantes;
- Na consideração das necessidades dos docentes e discentes, por ocasião do planejamento e execução do caminho a ser seguido, durante o processo de ensino-aprendizagem realizado no espaço pedagógico dos núcleos de atendimento à população carente;
- No compartilhamento de uma nova dimensão de aprendizagem na prática do núcleo de prática jurídica, a partir do diálogo acerca do trabalho desenvolvido;
- No reforço dos princípios da aprendizagem significativa, aprendizagem a partir da prática e busca ativa do conhecimento (aprender a aprender);

- Na valorização do ensino baseado em problemas reais onde o professor é facilitador do processo ensino-aprendizagem e na busca de novos conhecimentos;
- Na valorização e viabilização das oportunidades em participar de projetos de extensão, pesquisa e da flexibilização curricular como oportunidades a serem aproveitadas na formação do profissional.

5.1.2. Formas de Avaliação do Desempenho

As formas adotadas para que os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelos atores do Curso de Direito, são relatórios escritos, com divulgação na comunidade acadêmica para possibilitar aos demais discentes acompanhar os resultados, em especial, ao final dos trabalhos, permitindo assim, por um lado, a valorização do empenho do discente, e por outro, a transparência no processo.

A relação aluno / orientador é adequada à prática profissional, equilibrada em termos de quantidade e disponibilidade dos docentes.

Nesse caso, todos os alunos, professores e demais atores que atuam direta e indiretamente na prática e no estágio recebem orientação adequada segundo a proposta do curso, conforme é possível demonstrar através de documentos disponíveis no Núcleo de Prática Jurídica.

As atividades desenvolvidas no âmbito interno da Universidade, incluindo-se as de estágio supervisionado, funcionam de forma adequada, cujos estágios encontram-se institucionalizados e consolidados através do SAJU, com local apropriado para Mediação e Conciliação.

Nesses casos os alunos são sempre incentivados e auxiliados na participação das atividades externas, sendo que os núcleos de atendimento jurídico e práticas de conciliação e mediação encontram-se já instalados em locais que propiciam o vínculo com o entorno da Universidade Ibirapuera, nos dois campi nos quais encontra-se em funcionamento.

Contatou-se que os alunos sempre se mostraram dispostos e participativos em todas as atividades propostas, sejam elas realizadas no

âmbito da disciplina ou como parte da aula, como atividade mais abrangente e as de audiência e júri simulados no decorrer dos períodos letivos.

A partir do segundo (2º) semestre de 2007, visando plena adequação à figura do conceito de estágio supervisionado, e diferentemente do que ocorre nos demais cursos de direito do país, houve significativa mudança no trâmite da componente curricular.

Com intuito de esclarecer os aspectos decorrentes das novas componentes curriculares, denominadas estágio supervisionado, passa-se a seguir breve texto a respeito.

O estágio supervisionado na atualidade não é uma matéria ou disciplina, nesse sentido, não há o que se falar em nota.

A nova concepção dessa componente curricular revela que, o curso encontra-se conforme o exigido pelo MEC e OAB. Assim, nessas componentes exige-se dos alunos **tarefas e presença**, sendo imprescindível:

1. Participação em atividades jurídicas reais disponibilizadas no curso (SAJU), somente para os estágios supervisionados;
2. Participação em atividades jurídicas reais não disponibilizadas no curso, através de visitas orientadas;
3. Atividade jurídica simulada. (cada professor deverá, no mínimo, dividir a sala em grupos, para a realização de processos simulados envolvendo inclusive, a audiência);
4. Prática de atividades de arbitragem;
5. Prática de negociação, conciliação e mediação;
6. Análise de autos findos;
7. Elaboração de textos e peças jurídico-legais (mínimo de cinco (5) peças);
8. Prática de atuação jurídica oral

Ademais, todos os atos praticados pelos discentes devem ter a respectiva **comprovação**.

Praticada a tarefa, o docente fará o controle de entrega pelo discente, respeitando o limite mínimo de entrega de 75% daquelas.

Toda tarefa solicitada pelo docente, não se tratando de Atividade Complementar, ao final do semestre, o professor comunicará ao coordenador, através de documento próprio, uma lista dos alunos que cumpriram ou não a porcentagem mínima.

Paralelamente às tarefas decorrentes do estágio supervisionado, é de rigor esclarecer que a nova sistemática encontra-se disciplinada, a partir do 9º semestre do curso, sendo que neste, o estágio supervisionado I está voltado ao conteúdo cível e trabalhista, no 10º semestre, o estágio supervisionado II está voltado ao conteúdo tributário e penal.

Assim, as tarefas que os discentes cumprem encontram-se vinculadas ao conteúdo do estágio supervisionado a cumprir.

O que se busca é, em sala de aula, a capacitação do alunado para elaboração de peças e atuação e aprendizado para atuar em audiências simuladas, e extra-classe, o cumprimento das tarefas para o efetivo aprendizado real do estágio.

5.2. Comitê de Ética em Pesquisa – COEPE

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Ibirapuera (COEPE/UNIB) foi instituído pela Portaria da Reitoria nº 07/2001, tendo sido registrado na CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), órgão vinculado ao Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde para avaliar as pesquisas, que envolvam seres humanos, realizadas na instituição. Em dezembro de 2004, o COEPE/UNIB obteve a aprovação de um projeto de fortalecimento aprovado pelo DECIT/MS/CNPq, que culminou com a realização do evento em 04 de junho de 2005. Esse evento envolveu mais de 200 participantes da Universidade (Coordenadores, professores e alunos). Além disso, esse projeto permitiu a compra de equipamentos e móveis para compor a infra-estrutura da sala do COEPE. Dessa forma, as atividades do COEPE/UNIB têm o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade das pesquisas realizadas na Instituição. São suas principais atribuições:

- Revisar os protocolos de pesquisa, que envolvam seres humanos e emitir parecer;
- Desempenhar papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência;
- Ser co-responsável com o pesquisador no âmbito ético;
- Receber dos sujeitos da pesquisa ou de qualquer outra parte denúncias de abusos ou notificação sobre fatos adversos que possam alterar o curso normal do estudo;
- Manter comunicação regular e permanente com a CONEP/MS;
- Ser interlocutor entre a instituição e a CONEP.
- O protocolo de pesquisa deve ser encaminhado ao COEPE em duas vias e a pesquisa só poderá ser iniciada após parecer final do órgão.

5.3. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é uma componente curricular obrigatória e indispensável para a colação de grau, e consiste em um processo individual de pesquisa e produção científica orientados, que culminam, dentre outros, na elaboração e redação de monografia jurídica.

Os objetivos gerais do Trabalho de Conclusão de Curso são os de propiciar aos alunos do Curso de Graduação em Direito a ocasião de demonstrar o grau de habilidade adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, a consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica no Direito. O regulamento do TC se encontra anexo nesse projeto.

O Professor-Pesquisador desempenha um importante papel na formação do aluno, desenvolvendo a capacitação do mesmo para formas e etapas de coleta de fontes indispensáveis de pesquisa.

Ademais, o Professor-Pesquisador induz o alunado à curiosidade do saber, face aos métodos de investigação, interpretação e análise dos

dados pesquisados.

Além disso, a UNIB com intuito de despertar a vocação científica, aumentar a produção acadêmica, preparar o aluno para o ingresso na pós-graduação, fomentar o desenvolvimento de pesquisa, integrar os programas de pós-graduação com a graduação, prevê em seu Regulamento do Programa Institucional de Iniciação Científica, a participação do aluno em diversos programas de pesquisa, como PIC/UNIB, PVIC/UNIB e PIBIC.

Para fins operacionais e administrativos, os trabalhos de curso serão realizados ao longo do curso, conforme regulamento.

5.4.1 Atividades Complementares

A formação complementar é aquela que permite ao aluno complementar, articular e agregar novas informações, conhecimentos e conteúdo geral de maneira interdisciplinar.

As atividades Complementares se pautam na legislação federal, a qual trata deste assunto, a LDBEN/1996, pelos Pareceres CNE/CES 67/2003 homologado por despacho do Ministro em 02/06/2003 e Parecer nº 08/2007, além da Resolução CNE/CES nº 2 de 18 de junho de 2007.

A participação dos alunos nas atividades complementares é obrigatória e todas as ações são regidas por normas e mecanismos de avaliação específicos. São atividades realizadas fora do horário letivo curricular. Estas atividades estão especificadas por blocos semestrais, com carga horária estabelecidas pelo curso.

Dessa forma, o aluno deverá iniciar o cumprimento das Atividades Complementares no 1º período, podendo acumular horas de um semestre para o outro, caso ultrapasse as 50h previstas por semestre; distribuir as horas ao longo do curso, mesclando os tipos de atividades acima descritos; entregar, no final de cada semestre, pelo menos 50h de atividades realizadas.

Especificamente ao curso de Direito, as atividades complementares se encontram disciplinadas também em regulamento próprio.

As Atividades Complementares – AC - desenvolvidas pelos alunos se constituem em atividades que proporcionam flexibilidade e enriquecimento curricular operacionalizadas no projeto pedagógico do curso de Direito, ampliando as possibilidades da interação acadêmica, flexibilização curricular, criação, produção e compartilhamento do conhecimento.

São traduzidas em mecanismos de aproveitamento e/ou ampliação dos conhecimentos adquiridos pelo estudante, em várias atividades, projetos multidisciplinares, visitas teóricas, trabalhos em equipe, desenvolvimento de protótipos, participação em empresas juniores e outras atividades empreendedoras, participação em eventos científicos, culturais, em programas ou cursos oferecidos por organizações empresariais.

São componentes curriculares enriquecedores e formadores do perfil do formando, vivenciados dentro e fora do ambiente acadêmico, e tem por objetivo o desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes concernentes às exigências da profissão e às possibilidades de atuação do futuro profissional.

São regidas por um Regulamento Institucional de Atividades Complementares que estabelece as diretrizes básicas para o comprimento destas atividades em todos os cursos da Um Universidade Ibirapuera. São modalidades de atividades previstas:

- ACEx Atividades Complementares de Extensão
- ACPro Atividades Complementares Profissionais
- ACE Atividades Complementares de Ensino
- ACP Atividades Complementares de Pesquisa
- ACD Outras atividades, como participação em projetos de empresas juniores, publicações em jornais, magazines, revistas, etc.

O Curso de Direito oferece regularmente várias atividades complementares aos alunos, tais como: palestras, oficinas, visitas, cine-debate, mini-cursos, etc. Estas atividades são ministradas ou coordenadas por professores, técnicos, alunos e até ex-alunos. Toda comunidade é convidada a oferecer atividades complementares e a participar das mesmas. Os alunos podem apresentar trabalhos, desenvolver oficinas, desde que o material tenha sido supervisionado por um professor e passe pela avaliação do professor que coordena as atividades complementares.

A carga horária total é de 360 horas aula ou 300 horas relógio integralizadas durante os dez semestres do curso.

As atividades são postadas pelos alunos via sistema "web classes", e o professor responsável, analisa e valida ou não a atividade. O aluno acompanha os resultados via web, sabe quantas horas já cumpriu, e caso tanto o professor quanto o aluno tenham alguma dúvida podem se comunicar por correio eletrônico.

6. AVALIAÇÃO

6.1. Sistema de Avaliação do processo ensino-aprendizagem

A proposta curricular, bem como, a legislação vigente prima por conceder uma grande importância à avaliação, reiterando que ela deve ser contínua, formativa e personalizada, concebendo-a como mais um elemento do processo de ensino-aprendizagem, o qual nos permite conhecer o resultado das ações didáticas e, por conseguinte, melhorá-las.

Consoante as propostas pedagógicas do Curso de Direito, pode-se afirmar que esse conceito de processo de avaliação encontra-se presente no sistema adotado e está concretizado, e não se resume em provas, exercícios, testes, trabalhos, etc.

O projeto pedagógico para ser atendido em seu todo implica também em compreender a avaliação como um processo amplo da aprendizagem, indissociável do todo, que envolve responsabilidades do

professor e do aluno, e para ser atendido em seu todo implica também em compreender a avaliação como um processo amplo da aprendizagem, indissociável do todo, que envolve responsabilidades do professor e do aluno. Nesse caso, há vários tipos e formas de avaliar que são consideradas:

- a) Conhecimento inicial do aluno de Direito: suas competências curriculares, seu estilo de aprendizagem, seus interesses, suas técnicas de trabalho;
- b) O professor é orientado a recolher informações de forma contínua e com diversos procedimentos metodológicos, julgando o grau de aprendizagem, ora em relação a todo grupo-classe, ora em relação a um determinado aluno em particular.
- c) Adequar o processo de ensino aos alunos como grupo e àqueles que apresentam dificuldades, tendo em vista os objetivos propostos.

O desempenho acadêmico dos alunos será aferido semestralmente, em conformidade com os ditames expedidos pelo CONSUN:

As avaliações de desempenho serão expressas por notas que variam de zero a dez, sendo aprovado o aluno com média final 6.

No decorrer de cada semestre letivo, os alunos serão avaliados nas diferentes disciplinas, mediante, no mínimo, três instrumentos de avaliação, sendo um deles obrigatoriamente uma prova institucional escrita, a ser aplicada no período previsto no Calendário Acadêmico.

Os demais instrumentos para compor a média semestral, assim como o momento de sua aplicação, ficam a critério do professor.

São considerados instrumentos de avaliação: provas, seminários, trabalhos individuais e em grupos, fichamentos de leitura, resumos, arguições orais, relatórios, dissertações escritas etc. aos quais, em conformidade com o Regimento Geral, poderão ser atribuídos pesos, a critério dos Colegiados de Coordenação Didática dos Cursos.

O aluno que não realizar uma ou mais das avaliações parciais, no decorrer do semestre, deverá justificar-se perante o professor da disciplina, a

quem caberá decidir sobre a possibilidade e a conveniência de oferecer-lhe nova oportunidade.

Será atribuída a nota zero ao aluno que não comparecer nas datas determinadas pelo professor para alguma das avaliações previstas no semestre e também não apresentar motivo justificado, a fim de fazer jus a nova oportunidade.

O aluno que faltar no dia da prova institucional deverá solicitar a segunda chamada, mediante requerimento protocolado na Central de Atendimento, observando o prazo e os critérios estabelecidos pela instituição e/ou pelo Colegiado de Coordenação Didática do Curso.

As dúvidas e/ ou reclamações sobre as avaliações parciais ou a prova institucional deverão ser esclarecidas diretamente com o professor da disciplina, no momento da devolução das avaliações aplicadas.

Os alunos poderão solicitar revisão da média semestral mediante requerimento protocolado na Central de Atendimento no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico. Os requerimentos protocolados fora de prazo serão indeferidos sumariamente.

A média semestral resultante das avaliações deverá ser inserida no sistema webclasses pelo professor da disciplina, no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico.

Às disciplinas de natureza prática, assim como aos Estágios Supervisionados, às Atividades Complementares, aos Mecanismos de Estudos Sistêmicos e aos Trabalhos de Conclusão de Curso aplica-se o disposto nos respectivos regulamentos.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Coordenador e pelas demais instâncias responsáveis.

Ainda, com a intenção de avaliar o discente nas mais diversas disciplinas oferecidas no decorrer da graduação, é elaborado, semestralmente, pela IES um Exame Simulado, que objetiva apurar o atual desempenho, conhecimento e preparo do acadêmico para sua futura aprovação nos mais diversos exames admissionais e concursos públicos.

6.1.1. Coerência entre o ensino, aprendizagem e a concepção do curso

O curso de Direito busca formar profissionais comprometidos com os processos de transformações sociais visando melhoria das condições para a sociedade e com a criatividade para a solução dos litígios, tendo como meta a realização da justiça.

Nesse parâmetro o sistema de avaliação já descrito no item anterior demonstra que o procedimento institucional de ensino e aprendizagem está coerente com a concepção do curso.

7.

8. Avaliação do Curso

7.1. Resultados obtidos na Avaliação do MEC

Na última avaliação do MEC o curso recebeu na dimensão 1 o conceito CR, na dimensão 2 o conceito CB e na dimensão 3 o conceito CB, tendo sua renovação de reconhecimento concedida pela Portaria MEC no 2698 de 29 de julho de 2005, publicado no DOU de 02 de agosto de 2005, seção I fls. 8. Entretanto, cabe salientar, que foi avaliada a matriz até então praticada, de cunho mais tradicionalista.

A partir de 2007, depois da reforma curricular, ocorrida na Universidade o curso ainda não recebeu comissão "in Loco".

7.2. Participação no ENADE

O curso de Direito foi avaliado nos últimos 3 exames da área de Ciências Sociais, ou seja, 2006, 2009 e 2012 e participará do ENADE 2015, quando então as alterações inseridas na matriz durante o decorrer dos anos, agora devidamente implantadas, serão avaliadas.

Em 2006, 2009 e 2015 apresentou resultado um pouco abaixo da média nacional sem, entretanto, comprometer seu desempenho, pois uma análise mais detalhada comprova que o índice do ENADE vem subindo. Entretanto, se consideramos a mudança na legislação educacional, ficou com CPC 3 em todos os anos.

Planejamento e execução de ações em função dos resultados obtidos

Assim, considerando-se os processos avaliativos (Relatório Comissão in loco, Desempenho no ENADE e avaliação da CPA), tomou-se medidas que possuem nítida intenção de mudança do quadro apresentado, buscando a excelência do ensino:

- Indissociabilidade entre ensino (graduação e pós-graduação “ stricto sensu”), pesquisa e extensão;
- Utilização de metodologia de ensino que conduzam ao desenvolvimento do raciocínio jurídico e à reflexão crítica;
- As aulas são associadas a seminários, discussão de textos, estudos de casos, painéis, simpósios e outros métodos didáticos apropriados ao ensino jurídico, com o uso de tecnologia educacional contemporânea;
- Enfoque interdisciplinar, de modo a inserir a análise do fenômeno jurídico na realidade social, política e econômica;
- Estruturação do curso de forma a capacitá-lo à transmissão do saber acumulado, à articulação do ensino com a pesquisa e a extensão, com a adequação à realidade social e a produção de saber novo, a ser instrumento de transformação sob a perspectiva da justiça social;
- Institucionalização do Núcleo de Prática Jurídica como órgão de execução da interdisciplinaridade e dos estágios supervisionados;
- Relacionamento próximo da administração do curso com seus docentes e discentes para a imediata constatação de equívocos ou de atos de sucesso;

- Biblioteca com um acervo bibliográfico que atenda plenamente as necessidades do curso com obras jurídicas e de referência às matérias do curso;

Vislumbra-se que as novas ações acadêmicas e administrativas voltadas ao Curso de Direito, imprimiram um novo rumo ao Curso.

Ademais, é importante destacar que o curso busca bons resultados internos e externos, demonstra claramente a evolução.

7.3. Articulação da auto-avaliação do curso com a auto-avaliação institucional

A avaliação institucional também se pautará pelos procedimentos e processos de avaliação permanente previstos internamente para os cursos – conforme a CPA – Comissão Própria de Avaliação nos seguintes critérios:

- Compreendem o desempenho global dos Cursos, todas as modalidades de ensino e produção de conhecimento, desenvolvidos na pesquisa e extensão;
- A busca constante pela qualidade em toda a produção acadêmica dos cursos;
- Indicadores de resultados de cursos como o Exame Nacional de Cursos;
- Os resultados da CPA sob a avaliação do corpo docente, dos Cursos e da IES que acontecem anualmente por parte do corpo docente e discente.

A auto-avaliação do curso vem sendo realizada anualmente para que se possa, de fato, aperfeiçoar o Curso partindo de seus resultados.

8. PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DE APOIO AOS DISCENTES

8.1. Bolsa de Estudos, Financiamentos e Descontos

A Universidade Ibirapuera preocupada com a permanência do estudante em seu corpo social, e tomando por base o empobrecimento da renda familiar, oferta um desconto social, de até 40% do valor das mensalidades aos estudantes carentes. Também concede para os alunos que efetuarem pagamento até o dia 10 de cada mês, percentuais de 12% a 22%, de acordo com o valor do curso. Aderiu aos programas do FIES e PROUNI para que alunos economicamente mais carentes também possam estudar.

A Universidade Ibirapuera compreende a importância da qualificação e requalificação de trabalhadores para atender as mudanças tecnológicas, o acompanhamento de novos paradigmas gerenciais que permitam às empresas competir no atual mundo globalizado, por isso, firmou convênios com empresas, associações, sindicatos e prefeituras, para conceder aos conveniados, bem como aos seus dependentes, uma bonificação especial nas mensalidades, sem ônus para os conveniados, com descontos 50% sobre o valor oficial dos cursos. Com essa iniciativa, a Universidade soma esforços para vencer novos desafios que a globalização impõe.

As bolsas visam propiciar ao estudante condições básicas para a continuidade do custeio da vida acadêmica e têm como objetivos principais:

- Apoiar a capacitação do corpo docente e discente para a busca da excelência nos cursos de graduação, atendendo às disposições legais pertinentes;
- Estimular a participação discente necessária à implantação e/ou desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão;
- Viabilizar a implantação de programas de pós-graduação *scrito senso*;
- Contribuir para a elevação e manutenção dos padrões institucionais de qualidade almejados pelos processos de auto-avaliação e de avaliação externa;

- Favorecer a dedicação dos discentes enquanto requisitos importantes para a qualidade do ensino e pesquisa e condição para a formação continuada.

As diretrizes básicas da política de bolsas para o aluno da Universidade Ibirapuera visam desenvolver os programas de bolsas nas seguintes modalidades:

Bolsa de Demanda Social: concedida ao candidato no processo seletivo de graduação, selecionado pelo programa Universidade para todos (PROUNI) e pela Universidade Ibirapuera, que atende aos critérios estabelecidos;

Bolsa Grupo Familiar: desconto concedido aos integrantes de uma mesma família que estudem, simultaneamente, na Universidade. São consideradas relações de parentesco: pais e filhos, irmãos, marido e mulher;

Bolsa Iniciação científica: destinada a alunos regularmente matriculados em seus cursos de graduação e, selecionados, conforme os procedimentos descritos no regulamento próprio;

Bolsa FIES: o Fundo de Financiamento ao Estatuto do Ensino Superior – FIES – criado pelo Governo Federal para financiar os estudos de alunos com poucos recursos;

Bolsa de Extensão: concedida a alunos da graduação visando apoiar projetos de extensão;

Bolsa de Pesquisa: auxílio concedido pelas agências financiadoras de pesquisa (Capes, CNPq e FAPESP) aos pós-graduandos de mestrado e de doutorado para desenvolvimento de atividades acadêmicas de pesquisa;

Bolsas Acadêmicas: Monitoria e Convênios Acadêmicos, de acordo com os seus respectivos regulamentos.

8.2. Desenvolvimento de Atividades Culturais e Esportivas

A Universidade Ibirapuera conta com os espaços do Anfiteatro e do auditório para encontros culturais, como filmes e discussão temática,

teatro, palestras, recepcionamento de autoridades acadêmicas em assuntos específicos e de interesse para formação geral e específica do aluno.

8.3. Apóio Psicopedagógico

Considerando-se que em toda situação nova ou vivenciada, os conteúdos psicológicos são mobilizados no ambiente universitário, direta ou indiretamente. Entretanto, nem todos os alunos estão preparados e maduros para acompanhar, entender e enfrentar, por isso, é de fundamental importância o apoio e a assistência ao aluno no enfrentamento da nova realidade.

Assim, o apoio psicopedagógico tem por base alguns pressupostos indispensáveis ao engajamento do aluno para o sucesso acadêmico:

- Conscientização do aluno no tocante à sua realidade universitária e a realidade sócio-profissional;
- Adaptação e facilitação do aluno na descoberta e potencialização de seus conhecimentos, habilidades e atitudes;
- Motivação do aluno para transformar dificuldades/obstáculos em desafios que propiciarão o seu crescimento como pessoa e como profissional;
- Suporte ao aluno para estabelecer metas pessoais e de socialização, facilitando a realização integral e o alcance de objetivos, com ênfase no aspecto profissional.

8.4. Mecanismos de Nivelamento

A Universidade Ibirapuera compreende que a educação é para todos, por isso, desenvolveu um programa de nivelamento voltado ao atendimento de alunos objetivando auxiliá-los na superação das lacunas apresentadas.

A proposta pontua a aquisição de conhecimentos que devem ir além de uma aplicação imediata, com o intuito de dirimir as dificuldades que

possam prejudicar o acompanhamento dos cursos pelo aluno, causando desinteresse, desânimo, somando-se a outros fatores pode levar ao insucesso e evasão.

São diretrizes básicas para nivelamento do aluno na Universidade:

- Criação e implementação de um programa de capacitação e nivelamento do conteúdo de ensino médio de interesse dos cursos da instituição;
- Atendimento extraclasse;
- Atendimento dos alunos de pós-graduação que estejam realizando atividades didáticas de ensino aos alunos da graduação;
- Estudo individual ou em grupo nas instalações da biblioteca, em salas específicas, previamente agendado, com material especificado pelos docentes.

8.5 Atendimento Extra-Classe

- Atendimento extraclasse aos alunos pelos professores em regime de tempo integral, com horário reservado;
- Atividades de formação, isto é, reforço escolar (português e matemática);

8.6 Acessibilidade à Tecnologia da Informação

Laboratórios para atendimento aos alunos e acesso às instruções de apoio aos estudos, possibilitando acesso ao material didático, sanar dúvidas, pesquisar, responder tarefas, participar de fóruns de discussão, , chats e outros.